



Secretaria Municipal de Fazenda

Legislação Consolidada

LEI Nº 8.725

Dispõe sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - e dá outras providências.

LEI Nº 8.725, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2003

Dispõe sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - e dá outras providências.

O Povo do Município de Belo Horizonte, por seus representantes, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA

Art. 1º - O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - tem como fato gerador a prestação de serviço definido em lei complementar, constante da Lista de Serviços que integra o Anexo Único desta Lei, ainda que esse não constitua atividade preponderante do prestador.

§ 1º - O ISSQN incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado em outro país.

§ 2º - Os serviços mencionados na Lista de Serviços que integra o Anexo Único desta Lei ficam sujeitos apenas ao ISSQN, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias, ressalvadas as exceções expressas na Lista de Serviços.

§ 3º - O ISSQN incide ainda sobre o serviço prestado mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente, por intermédio de autorização, permissão ou concessão, com pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§ 4º - A incidência do ISSQN independe de:

I - denominação do serviço prestado;

II - existência de estabelecimento fixo;

III - cumprimento de exigência legal, regulamentar ou administrativa, relativa ao exercício da atividade, sem prejuízo das cominações cabíveis;

IV - do resultado financeiro obtido no exercício da atividade.

Art. 2º - O ISSQN não incide sobre:

I - a exportação de serviço para o exterior do País;

II - a prestação de serviço em relação de emprego, de trabalhador avulso, de diretor e membro de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedade e fundação, bem como de sócio-gerente e de gerente-delegado;

III - o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, os juros e os acréscimos moratórios relativos a operação de crédito realizada por instituição financeira.

Parágrafo único - Fica excluído do disposto no inciso I deste artigo o serviço desenvolvido no País, cujo resultado se verifique no Brasil, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

CAPÍTULO II

DO LOCAL DA INCIDÊNCIA

Art. 3º - Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte preste serviço, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, tornando-se irrelevante para caracterizá-lo qualquer denominação como sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato, entre outras.

Art. 4º - O serviço será considerado prestado e o imposto será considerado devido quando o estabelecimento prestador ou, na sua falta, o domicílio do prestador localizar-se no Município, ressalvadas as hipóteses previstas no § 1º deste artigo.

§ 1º - O ISSQN será devido no Município quando seu território for o local de:

I - estabelecimento do tomador ou do intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde estes estiverem domiciliados, como dispõe o § 1º do art. 1º desta Lei;

II - instalação de andaime, palco, cobertura e outras estruturas de uso temporário, quando cedidas;

III - execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poço, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem, instalação e montagem de produto, peça e equipamento, bem como acompanhamento e fiscalização da execução de obra de engenharia, arquitetura e urbanismo;

IV - serviço de demolição;

V - reparação, conservação e reforma de edifício, estrada, ponte, porto e congêneres;

VI - execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos;

VII - execução de limpeza, manutenção e conservação de via e logradouro público, imóvel, chaminé, piscina, parque, jardim e congêneres;

VIII - execução de decoração, jardinagem, corte e poda de árvores;

IX - controle e tratamento de efluente de qualquer natureza e de agente físico, químico e biológico;

~~X - florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres;~~

X - florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para qualquer fim e por qualquer meio;

Inciso X com redação dada pela Lei nº 11.079, de 23/11/2017 (Art. 2º).

XI - execução de serviço de escoramento, contenção de encosta e congêneres;

XII - serviço de limpeza e dragagem de rio, porto, canal, baía, lago, lagoa, represa, açude e congêneres;

XIII - guarda de bem e estacionamento de veículo terrestre automotor, aeronave e embarcação;

~~XIV - de bens ou de domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços de vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas;~~

XIV - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da Lista de Serviços que integra o Anexo Único desta lei;

Inciso XIV com redação dada pela Lei nº 11.079, de 23/11/2017 (Art. 2º).

XV - armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie;

XVI - execução de serviço de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, exceto a produção, com ou sem encomenda prévia, de evento, espetáculo, entrevista, show, balé, dança, desfile, baile, teatro, ópera, concerto, recital, festival e congêneres;

~~XVII - onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços de transporte de natureza municipal;~~

XVII - execução do transporte, no caso dos serviços descritos no item 16 da Lista de Serviços que integra o Anexo Único desta lei;

Inciso XVII com redação dada pela Lei nº 11.079, de 23/11/2017 (Art. 2º)

XVIII - estabelecimento ou domicílio do tomador da mão-de-obra, para serviço de fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregado ou trabalhador avulso ou temporário, contratado pelo prestador de serviço;

XIX - feira, exposição, congresso ou congêneres a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços de planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres;

XX - prestação de serviço portuário, aeroportuário, ferroportuário e de terminal rodoviário, ferroviário e metroviário.

XXI - domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

Inciso XXI acrescentado pela Lei nº 11.079, de 23/11/2017 (Art. 2º)

XXII - domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito, inclusive as designadas credenciadoras, e demais descritos no subitem 15.01;

Inciso XXII acrescentado pela Lei nº 11.079, de 23/11/2017 (Art. 2º)

XXIII - domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09.”. (NR)

Inciso XXIII acrescentado pela Lei nº 11.079, de 23/11/2017 (Art. 2º)

§ 2º - Em caso de serviço de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, poste, cabo, duto e conduto de qualquer natureza, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o ISSQN no Município, quando, em seu território, houver extensão de ferrovia, rodovia, poste, cabo, duto e conduto de qualquer natureza, objeto de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 3º - Em caso de serviço de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio, dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência ao usuário e outro serviço definido em contrato, ato de concessão ou de permissão ou em norma

oficial, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o ISSQN no Município, quando, em seu território, houver extensão de rodovia explorada.

§ 4º - Em caso de serviço executado em águas marítimas, considera-se ocorrido o fato gerador do ISSQN, no Município, quando este for o local do estabelecimento prestador.

§ 5º - Fica excluído do disposto no § 4º deste artigo o serviço portuário, ferroportuário, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcação, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviço de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviço acessório, movimentação de mercadoria, serviço de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviço de armador, estiva, conferência, logística e congêneres.

§ 6º - Nos casos de incidência do ISSQN segundo a regra geral prevista no caput deste artigo, em sendo emitida Nota Fiscal de Serviços ou Nota Fiscal de Serviços Eletrônica autorizada pela Administração Tributária Municipal, considera-se localizado o estabelecimento prestador no Município e devido o imposto incidente à Fazenda Pública Municipal, ainda que a pessoa jurídica emissora dos referidos documentos fiscais possua outros estabelecimentos, formal ou informalmente situados em outras localidades.

§ 6º acrescentado pela Lei nº 10.692, de 30/12/2013 (Art. 17).

§ 7º - No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, inclusive as designadas credenciadoras, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados na administração tributária municipal, nos termos que dispuser o regulamento.

§ 7º acrescentado pela Lei nº 11.079, de 23/11/2017 (Art. 3º).

§ 8º - No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

§ 8º acrescentado pela Lei nº 11.079, de 23/11/2017 (Art. 3º)

§ 9º - Na hipótese de descumprimento do disposto no caput ou no § 1º ambos do art. 8º-A da Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado.

§ 9º acrescentado pela Lei nº 11.079, de 23/11/2017 (Art. 3º)

CAPÍTULO III

DA BASE DE CÁLCULO

Art. 5º - O preço do serviço é a base de cálculo do ISSQN e é considerado, para fins desta Lei, como o valor total recebido ou devido em consequência da prestação do serviço, vedadas deduções, exceto as expressamente autorizadas em Lei.

Art. 6º- Incorporam-se à base de cálculo do ISSQN:

I - o valor acrescido e o encargo de qualquer natureza;

II - o desconto e o abatimento concedido sob condição.

Art. 7º- Quando se tratar de contraprestação, sem prévio ajuste do preço, ou quando o pagamento do serviço for efetuado mediante o fornecimento de mercadorias, a base de cálculo do ISSQN será o preço do serviço corrente na praça.

Art. 8º - A base de cálculo do ISSQN incidente sobre o serviço de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, poste, cabo, duto e conduto de qualquer natureza será proporcional à extensão da ferrovia, rodovia, cabo, duto e conduto de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes no Município.

Art 9º - Fica excluído da base de cálculo do ISSQN o valor do material fornecido pelo prestador de serviço de execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obra de construção civil, hidráulica ou elétrica e congêneres, inclusive sondagem, perfuração de poço, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem, instalação e montagem de produto, peça e equipamento, bem como reparação, conservação e reforma de edifício, estrada, ponte, porto e congêneres.

Parágrafo único - Para fins deste artigo, considera-se material fornecido pelo prestador do serviço aquele que permanecer incorporado à obra após sua conclusão, desde que a aquisição, pelo prestador, seja comprovada por meio de documento fiscal idôneo, e o material seja discriminado, com o seu valor, no documento fiscal emitido em decorrência da prestação do serviço.

~~Art. 10 — Fica a sociedade organizada sob a forma de cooperativa, nos termos da legislação específica, autorizada a deduzir da base de cálculo do ISSQN o valor recebido de terceiros e repassado a seus cooperados e a credenciados para a prática de ato cooperativo auxiliar, a título de remuneração pela prestação dos serviços.~~

Art. 10 - Não se inclui na base de cálculo do ISSQN devido pelas sociedades organizadas sob a forma de cooperativa, nos termos da legislação específica, o valor recebido de terceiros e repassado a seus cooperados e a credenciados para a prática de ato cooperativo auxiliar, a título de remuneração pela prestação dos serviços.

Art. 10 com redação dada pela Lei nº 11.079, de 23/11/2017 (Art. 4º).

Art. 11 - Na prestação de serviço de transporte coletivo urbano, o ISSQN devido será calculado sobre o preço do serviço, deduzido o valor correspondente à parcela paga à empresa gestora do transporte coletivo público, a título de gerenciamento operacional.

Art. 12 - O ISSQN incidente sobre serviço prestado sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte será exigido deste, trimestralmente, em função de cada atividade profissional exercida, à razão de:

I - atividade profissional de nível superior R\$100,00 (cem reais);

II- demais atividades profissionais..... R\$50,00 (cinquenta reais).

Parágrafo único - Para efeito de incidência do ISSQN, não se configura prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, a do profissional que, no exercício de sua atividade, for auxiliado por mais de três pessoas físicas, com ou sem vínculo empregatício, ou de profissional com habilitação idêntica à sua.

§ 1º - Para efeito de incidência do ISSQN, não se configura prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, a do profissional que, no exercício de sua atividade, for auxiliado por mais de três pessoas físicas, com ou sem vínculo empregatício, ou de profissional com habilitação idêntica à sua.

Parágrafo único renumerado para § 1º pela Lei nº 9.799, de 30/12/2009 (Art. 6º).

§ 2º - O Executivo, por meio de Decreto, poderá conceder desconto pelo pagamento antecipado do ISSQN devido pelos profissionais autônomos.

§ 2º acrescentado pela Lei nº 9.799, de 30/12/2009 (Art. 6º)

~~Art. 13 — Quando a atividade de médico, enfermeiro, obstetra, ortóptico, fonoaudiólogo, protético, médico veterinário, contador, contabilista, agente de propriedade industrial, advogado, engenheiro, arquiteto, urbanista, agrônomo, dentista, economista e psicólogo for prestada por sociedades profissionais, o ISSQN devido será exigido mensalmente, calculado à razão de R\$35,00 (trinta e cinco reais) em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal nos termos da lei aplicável.~~

~~Art. 13 — Quando a atividade de médico, enfermeiro, obstetra, fisioterapeuta, ortóptico, fonoaudiólogo, protético, médico veterinário, contador, contabilista, agente de propriedade industrial, advogado, engenheiro, arquiteto, urbanista, agrônomo, dentista, economista e psicólogo for prestada por sociedades profissionais, o ISSQN devido será exigido mensalmente, calculado à razão de R\$35,00 (trinta e cinco reais) em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal nos termos da lei aplicável.~~

Caput com redação dada pela Lei nº 9.356, de 26/4/2007 (Art. 1º)

~~Parágrafo único — O disposto neste artigo não se aplica à sociedade que apresente qualquer uma das seguintes características:~~

~~I — natureza comercial;~~

~~II — sócio pessoa jurídica;~~

~~III — atividade diversa da habilitação profissional dos sócios;~~

~~IV — sócio não habilitado para o exercício de atividade correspondente ao serviço prestado pela sociedade;~~

~~V — sócio que não preste serviço em nome da sociedade, nela figurando apenas com aporte de capital;~~

~~VI — caráter empresarial;~~

~~VII — existência de filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato, ou qualquer outro estabelecimento descentralizado.~~

Art. 13 - Quando os serviços de médico, enfermeiro, obstetra, ortóptico, fonoaudiólogo, protético, médico veterinário, contador, técnico em contabilidade, agente da propriedade industrial, advogado, engenheiro, arquiteto, urbanista, agrônomo, dentista, economista e psicólogo forem prestados por sociedades constituídas por profissionais de mesma habilitação, o ISSQN devido será exigido mensalmente em relação a cada sócio da sociedade, bem como em relação a cada profissional habilitado, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal nos termos da lei aplicável.

§ 1º - O disposto neste artigo não se aplica à sociedade que apresente qualquer uma das seguintes características:

I - natureza comercial;

II - sócio pessoa jurídica;

III - atividade diversa da habilitação profissional dos sócios;

IV - sócio não habilitado para o exercício de atividade correspondente ao serviço prestado pela sociedade;

V - sócio que não preste serviço em nome da sociedade, nela figurando apenas com aporte de capital;

VI - caráter empresarial;

VII - sociedade pluriprofissional, constituída por sócios com habilitações profissionais diferentes;

VIII - terceirização de serviços vinculados a sua atividade fim a outra pessoa jurídica.

§ 2º - O disposto neste artigo só se aplica às Sociedades Simples ou que, embora Simples tenham se constituído sob uma das formas previstas nos artigos 1.039 a 1.092 do Código Civil, desde que haja a previsão legal ou expressa em seus documentos constitutivos da assunção da responsabilidade pessoal dos sócios.

§ 3º - O ISSQN será calculado em relação ao número de profissionais da sociedade, incluindo-se todos os sócios mais os profissionais habilitados, empregados ou não, que prestam serviços em nome da sociedade, na seguinte proporção:

I - pelos primeiros 5 profissionais: R\$120,00 (cento e vinte reais) por profissional;

II - pelo 6º ao 10º profissional: R\$180,00 (cento e oitenta reais) por profissional;

III - pelo 11º ao 20º profissional: R\$240,00 (duzentos e quarenta reais) por profissional;

IV - a partir do 21º profissional: R\$300,00 (trezentos reais) por profissional.

§ 3º com redação dada pela Lei nº 9.799, de 30/12/2009 (Art. 7º), a partir de 1º de janeiro de 2010.

§ 4º - A sociedade enquadrada nas disposições do caput deste artigo fica obrigada a relacionar no documento fiscal emitido para acobertar a prestação do serviço o nome, a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF - e o número de registro no órgão de classe dos profissionais que, com seu trabalho pessoal, prestaram o serviço em nome da sociedade.

Art. 13 com redação dada pela Lei nº 9.799, de 30/12/2009 (Art. 7º)

~~§ 5º - O imposto mensal calculado nos termos do § 4º deste artigo está limitado ao valor de 5% (cinco por cento) da receita de serviços mensal auferida pela sociedade.~~

§ 5º acrescentado pela Lei nº 10.082, de 12/1/2011 (Art. 19).

§ 5º - O valor do imposto devido, calculado nos termos do § 3º deste artigo, limitar-se-á ao percentual de 5% (cinco por cento) da receita mensal bruta de serviços da sociedade.

§ 5º com redação dada pela Lei nº 10.692, de 30/12/2013 (Art. 18).

Art. 13-A - O ISSQN devido na prestação dos serviços de registros públicos, cartorários e notariais será calculado sobre o valor dos emolumentos dos atos notariais e de registro praticados.

§ 1º - Não se inclui na base de cálculo do imposto devido sobre os serviços de que trata o *caput* deste artigo o valor da Taxa de Fiscalização Judiciária, do Estado de Minas Gerais, cobrada juntamente com os emolumentos.

§ 2º - Incorporam-se à base de cálculo do Imposto de que trata o *caput* deste artigo, no mês do seu recebimento, os valores recebidos pela compensação de atos gratuitos ou de complementação de receita mínima da serventia.

§ 3º - Os valores recolhidos pelo Notário ou Registrador, calculados com base na sua receita de emolumentos, em cumprimento à determinação legal, para a compensação de atos gratuitos praticados pelos cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais e a complementação de receita mínima de serventias deficitárias, poderão ser deduzidos da base de cálculo do imposto.

Art. 13A acrescentado pela Lei nº 9.677, de 30/12/2008 (Art. 1º).

Art. 13-B - Os prestadores dos serviços a que se referem os subitens 4.22 e 4.23 da Lista de Serviços, que integra o Anexo Único desta Lei, poderão deduzir da base de cálculo do imposto próprio a recolher os valores despendidos para o cumprimento e assistência assegurada aos usuários nesses planos com hospitais, clínicas, médicos, odontólogos, laboratórios e demais serviços previstos no item 4 dessa Lista, desde que o ISSQN correspondente aos serviços objetos da dedução tenha sido retido na fonte e recolhido ao Município de Belo Horizonte.

Art. 13-B acrescentado pela Lei nº 9.799, de 30/12/2009 (Art. 8º).

Parágrafo único - A dedução autorizada no caput deste artigo não poderá resultar em imposto a recolher inferior ao valor do imposto devido calculado sob a alíquota mínima de 2% (dois por cento), não sendo permitido qualquer tipo de compensação para períodos de apuração subsequentes.”. (NR)

Parágrafo único acrescentado pela Lei nº 11.079, de 23/11/2017 (Art. 5º).

Art. 13-C - Os prestadores dos serviços referidos nos subitens 12.13 e 17.10 da Lista de Serviços, que integra o Anexo Único desta Lei, poderão deduzir da base de cálculo do imposto próprio a recolher os valores despendidos com serviços tomados de terceiros diretamente vinculados à prestação dos serviços dos subitens referidos neste artigo, desde que o ISSQN correspondente aos serviços objetos da dedução tenha sido retido na fonte e recolhido ao Município.

Art. 13-C acrescentado pela Lei nº 9.799, de 30/12/2009 (Art. 8º).

Parágrafo único - A dedução autorizada no caput deste artigo não poderá resultar em imposto a recolher inferior ao valor do imposto devido calculado sob a alíquota mínima de 2% (dois por cento), não sendo permitido qualquer tipo de compensação para períodos de apuração subsequentes.

Parágrafo único acrescentado pela Lei nº 11.079, de 23/11/2017 (Art. 6º).

Art. 13-D - Nos termos e nas condições disciplinados em regulamento, o Executivo poderá estabelecer valores presumidos das exclusões e deduções da base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - mencionados nesta lei, sem prejuízo da regular comprovação dos valores efetivamente realizados pelos contribuintes, para fins de simplificação da emissão dos documentos fiscais de prestação de serviço e apuração do imposto mensal a recolher.

Art. 13-D acrescentado pela Lei nº 10.692, de 30/12/2013 (Art. 19).

CAPÍTULO IV

DAS ALÍQUOTAS

~~Art. 14 - São as seguintes as alíquotas do ISSQN:~~

~~I - 2% (dois por cento) para os serviços inseridos nos itens 1, 7, 8, 10 e 35, e nos subitens 3.02, 4.02, 4.20, 9.02, 9.03, 11.02, 11.03, 12.01, 12.03, 12.07, 12.08, 12.11, 12.12, 13.05, 15.09, 17.04 a 17.08 e 17.24 da Lista de Serviços que integra o Anexo Único desta Lei;~~

~~II - 3% (três por cento) para o serviço inserido nos subitens 4.01, 4.03 a 4.19, 4.21 a 4.23, 12.02, 12.06, 12.16, 19.01 da Lista de Serviços que integra o Anexo Único desta Lei;~~

~~III - 5% (cinco por cento) para o serviço inserido nos demais itens e subitens da Lista de Serviços que integra o Anexo Único desta Lei, não relacionados nos incisos I e II deste artigo.~~

~~§ 1º A alíquota será de 2% (dois por cento) para o serviço de assistência à saúde humana, inserido no item 4 da Lista de Serviços que integra o Anexo Único desta Lei, prestado por meio de convênio ou contrato formalmente celebrado com o Sistema Único de Saúde - SUS, bem como para o serviço de atendimento a pessoa portadora de deficiência prestado por clínica especializada.~~

~~§ 2º A alíquota será de 2% (dois por cento) para o serviço de laboratório, inserido no subitem 4.03 da Lista de Serviços que integra o Anexo Único desta Lei.~~

~~§ 3º A alíquota será de 2% (dois por cento) para o serviço de diversão relativo a boliche, inserido no subitem 12.09 da Lista de Serviços que integra o Anexo Único desta Lei.~~

~~§ 4º A alíquota será de 2% (dois por cento) para o serviço de transporte público urbano de pessoas, inserido no subitem 16.01 da Lista de Serviços que integra o Anexo Único desta Lei.~~

~~§ 5º A alíquota será de 2% (dois por cento) para o serviço de resposta audível (Central de Telemarketing), inserido no subitem 17.02 da Lista de Serviços que integra o Anexo Único desta Lei.~~

~~§ 6º A alíquota será de 2% (dois por cento) para o serviço de administração de imóveis e de administração de frota de veículo, inserido no subitem 17.12 da Lista de Serviços que integra o Anexo Único desta Lei.~~

~~§ 6º A alíquota será de 2% (dois por cento) para o serviço de administração de imóveis e condomínios, residenciais e comerciais, e de administração de frota de veículo, previstos no subitem 17.12 da Lista de Serviços que integra o Anexo Único desta Lei.~~

§ 6º com redação dada pela Lei nº 9.799, de 30/12/2009 (Art. 9º)

~~§ 7º A alíquota será de 2% (dois por cento) para o serviço prestado por sociedade constituída como cooperativa de trabalho, na forma da legislação específica, desde que atendidos os seguintes requisitos, mediante apuração da autoridade fiscal:~~

- ~~a) inexistência de vínculo empregatício entre a cooperativa e seus associados;~~
- ~~b) impossibilidade de ingresso, em seu quadro social, de empresa que atue no mesmo ramo de prestação de serviço da cooperativa, bem como de pessoa física ou jurídica dela associada;~~
- ~~c) posse dos seguintes livros: de Matrícula, de Atas das Assembléias Gerais, de Atas dos Órgãos de Administração, de Presença dos Associados nas Assembléias Gerais e de Atas do Conselho Fiscal;~~
- ~~d) realização de Assembléia Geral Ordinária, anualmente, com deliberação acerca da prestação de contas e respectivo parecer do Conselho Fiscal, destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas, e eleição dos componentes dos órgãos de administração e do Conselho Fiscal;~~
- ~~e) administração a cargo de uma Diretoria ou do Conselho de Administração, composto exclusivamente por associados eleitos em Assembléia Geral, com mandato de até 4 (quatro anos), e renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) do Conselho de Administração.~~

~~§ 8º A alíquota será de 2% (dois por cento) para o serviço de agenciamento prestado pelas Agências de Correios Franqueadas.~~

~~§ 9º O descumprimento dos requisitos exigidos no § 7º deste artigo, para a fruição da alíquota de 2% (dois por cento), sujeita a pessoa ao recolhimento do ISSQN pela aplicação da alíquota pertinente ao serviço efetivamente prestado.~~

~~§ 10 A alíquota será de 2% (dois por cento) para o serviço de pesquisa de opinião pública inserido no subitem 17.01 da Lista de Serviços que integra o Anexo Único desta Lei." (NR)~~

§ 10 acrescentado pela Lei nº 9.234, de 26/7/2006 (Art. 1º)

~~§ 11 — A alíquota será de 2% (dois por cento) para os serviços de registros públicos, cartorários e notariais, inclusive relativos a situações jurídicas com ou sem conteúdo financeiro, previstos no subitem 21.01 da Lista de Serviços que integra o Anexo Único desta Lei.~~

§ 11 acrescentado pela Lei nº 9.677, de 30/12/2008 (Art. 2º)

~~§ 12 — A alíquota será de 5% (cinco por cento) para os serviços de locação e cessão de uso de espaços destinados à instalação de stands ou box em shoppings populares, feiras shop e empreendimentos semelhantes, a cargo do proprietário do empreendimento.~~

§ 12 acrescentado pela Lei nº 9.799, de 30/12/2009 (Art. 10)

~~§ 13 — A alíquota será de 2% (dois por cento) para o serviço de administração de cartão de crédito ou débito, previsto no subitem 15.01 da Lista de Serviços que integra o Anexo Único desta Lei.~~

§ 13 acrescentado pela Lei nº 10.082, de 12/1/2011 (Art. 20)

Art. 14 - As alíquotas do ISSQN são as seguintes:

I - 3% (três por cento) para os serviços prestados por sociedade constituída como cooperativa de trabalho, na forma da legislação específica, desde que atendidos os seguintes requisitos, mediante apuração da autoridade fiscal:

- a) inexistência de vínculo empregatício entre a cooperativa e seus associados;
- b) impossibilidade de ingresso, em seu quadro social, de empresa que atue no mesmo ramo de prestação de serviço da cooperativa, bem como de pessoa natural ou jurídica dela associada;
- c) posse dos seguintes livros:
 - 1) Matrícula;
 - 2) Atas das Assembleias Gerais;
 - 3) Atas dos Órgãos de Administração;
 - 4) Presença dos Associados nas Assembleias Gerais;
 - 5) Atas do Conselho Fiscal;
- d) realização de Assembleia Geral Ordinária, anualmente, com deliberação acerca da prestação de contas e respectivo parecer do Conselho Fiscal, destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas, e eleição dos componentes dos órgãos de administração e do Conselho Fiscal;
- e) administração a cargo de uma Diretoria ou do Conselho de Administração, composto exclusivamente por associados eleitos em Assembleia Geral, com mandato de até 4 (quatro) anos e renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) do Conselho de Administração a cada mandato.

II - 2,5% (dois e meio por cento) para os serviços:

- a) inseridos no item 1 e nos subitens 7.01, 7.03, 7.20, 10.01, 10.03, 10.09 e 10.10 da Lista de Serviços que integra o Anexo Único desta lei;
- b) de pesquisa de opinião pública, inseridos no subitem 17.01 da Lista de Serviços que integra o Anexo Único desta lei;
- c) de resposta audível (Centrais de Telemarketing), inseridos no subitem 17.02 da Lista de Serviços que integra o Anexo Único desta lei;

d) de cobrança amigável de dívidas e outros direitos vencidos, por conta e ordem de terceiros, inseridos no subitem 17.22 da Lista de Serviços que integra o Anexo Único desta lei, prestado exclusivamente mediante teleatendimento por centrais de atendimento telefônico (call center) regularmente constituídas;

III - 3% (três por cento) para os serviços:

a) inseridos nos itens 4, 8 e 35 da Lista de Serviços que integra o Anexo Único desta lei;

~~b) inseridos nos subitens 3.02, 7.19, 7.21, 9.02, 9.03, 10.02, 10.04, 10.05, 10.06, 10.07, 10.08, 12.01, 12.03, 12.07, 12.11, 12.12, 13.05, 15.09, 17.06, 17.08 e 17.24 da Lista de Serviços que integra o Anexo Único desta lei;~~

b) inseridos nos subitens 3.02, 7.19, 7.21, 9.02, 9.03, 10.02, 10.04, 10.05, 10.06, 10.07, 10.08, 12.01, 12.03, 12.07, 12.11, 12.12, 13.05, 17.06, 17.08 e 17.24 da Lista de Serviços que integra o Anexo Único desta lei;”. (NR)

Item b com redação dada pela Lei nº 11.079, de 23/11/2017 (Art. 7º)

~~e) de administração de cartões de crédito ou de débito, inseridos no subitem 15.01 da Lista de Serviços que integra o Anexo Único desta lei;~~

Item c revogado pela Lei nº 11.079, de 23/11/2017 (Art. 12)

d) de administração de imóveis e condomínios, residenciais e comerciais, e de administração de frotas de veículos, inseridos no subitem 17.12 da Lista de Serviços que integra o Anexo Único desta lei;

IV - 5% (cinco por cento) para os serviços inseridos em todos os demais itens e subitens da Lista de Serviços que integra o Anexo Único desta lei, não expressamente referidos nos incisos I, II e III deste artigo.

Parágrafo único - A inobservância de quaisquer dos requisitos estabelecidos nas alíneas “a” a “e” do inciso I do caput deste artigo não permitirá à cooperativa de trabalho a fruição da alíquota de 3% (três por cento), sujeitando-a ao recolhimento do ISSQN conforme a aplicação da alíquota correspondente ao serviço por ela efetivamente prestado.

Art. 14 com redação dada pela Lei nº 10.692, de 30/12/2013 (Art. 20).

CAPÍTULO V

DA APURAÇÃO

Art. 15 - A apuração do valor do ISSQN, por períodos fixados em regulamento, será feita pelo contribuinte ou pelo responsável tributário por meio de sua documentação fiscal, e o recolhimento do ISSQN ocorrerá na forma e nas condições regulamentares, ficando sujeito a posterior homologação pela autoridade competente, exceto quando se tratar de profissional autônomo.

Art. 16 - O sinal e o adiantamento recebidos pelo contribuinte, durante a prestação de serviço, integram o preço deste, no mês em que forem recebidos.

Art. 17 - Quando a prestação do serviço for subdividida, considera-se devido o ISSQN no mês em que for concluída qualquer etapa contratual a que estiver vinculada a exigibilidade do preço do serviço.

Art. 18 - A diferença resultante de reajustamento do preço dos serviços integrará a receita tributável do mês em que sua fixação se tornar definitiva.

CAPÍTULO VI

DO CONTRIBUINTE E DOS RESPONSÁVEIS

Art. 19 - O contribuinte do ISSQN é o prestador do serviço.

~~Art. 20 - São responsáveis pela retenção na fonte e pelo recolhimento do ISSQN devido neste Município, referente aos serviços tomados, observado o disposto no art. 22 desta Lei:~~

Art. 20 - São obrigados a proceder à retenção na fonte e recolher o ISSQN retido, devido neste Município, relativo aos serviços tomados, observados os casos previstos no art. 22 desta Lei:

Caput com redação dada pela Lei nº 9.334, de 6/2/2007 (Art. 1º).

I - o órgão, a empresa e a entidade da Administração Direta e Indireta da União, do Estado e do Município;

***ADIN nº 1.0000.04.410874-4 do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais,
IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO – INCISO VIGENTE.***

II - a empresa concessionária de serviço público responsável pelo fornecimento de energia elétrica, de água ou de telecomunicação;

III - a instituição financeira ou equiparada autorizada, pelo Banco Central do Brasil, a funcionar;

IV - a companhia aérea ou seu representante;

V - a empresa de plano de saúde;

VI - a empresa ou a entidade que administre ou explore loterias e outros jogos, apostas, sorteios, prêmios ou similares;

VII - a empresa ou clube de seguro e capitalização, bem como seu representante;

VIII - o tomador de serviço que tenha despendido a partir do ano de 2002, com o pagamento de serviços de terceiros, valor anual, igual ou superior a R\$240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), apurado no exercício financeiro correspondente ao ano civil anterior ao do serviço tomado.

§ 1º - O valor estabelecido no inciso VIII deste artigo será apurado considerando-se todas as despesas com serviço de terceiros, inclusive com o serviço cujo prestador não esteja estabelecido no Município, excluindo-se o valor referente às tarifas de energia elétrica, telefonia, água e esgoto.

§ 2º - O valor estabelecido no inciso VIII deste artigo, apurado na forma do § 1º deste artigo, corresponderá, quando for o caso, ao somatório do valor das despesas de todos os estabelecimentos do tomador, situados no Município.

§ 3º - O tomador de serviço de que trata o inciso VIII deste artigo ficará desobrigado desta responsabilidade se, durante 3 (três) anos consecutivos, não despende, com serviço de terceiros, o valor nele estabelecido.

§ 4º - Quando as pessoas definidas neste artigo não retiverem na fonte, no todo ou em parte, o ISSQN devido, fica o prestador do serviço obrigado a recolher o imposto até o dia 5 (cinco) do mês imediatamente subsequente ao do recebimento de qualquer parcela do preço do respectivo serviço.

§ 4º acrescentado pela Lei nº 9.334, de 6/2/2007 (Art. 2º).

§ 5º - O Executivo regulamentará, mediante decreto, a criação de um banco de dados intitulado Registro Geral de Responsáveis Tributários do ISSQN - Regert-ISSQN, a cuja inscrição e atualização compulsórias se sujeitarão todas as pessoas jurídicas mencionadas nos incisos do caput deste artigo, bem como os responsáveis tributários mencionados nos incisos II e VI do art. 21 desta lei.

§ 5º acrescentado pela Lei nº 10.692, de 30/12/2013 (Art. 21)

§ 6º - As pessoas jurídicas já existentes, bem como aquelas que vierem a existir após o advento desta lei, ficam obrigadas a providenciar sua inscrição no Regert-ISSQN, nos termos e nas condições estabelecidos no decreto a que se refere o § 5º deste artigo.

§ 6º acrescentado pela Lei nº 10.692, de 30/12/2013 (Art. 21)

~~Art. 21 - São também responsáveis pela retenção na fonte e recolhimento do ISSQN devido no Município, observado o disposto no art. 22 desta Lei:~~

Art. 21 - São solidariamente responsáveis pela retenção e recolhimento do ISSQN devido neste Município, observado o disposto no art. 22 desta Lei:

Caput com redação dada pela Lei nº 9.334, de 6/2/2007 (Art. 3º)

I - o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado em outro País;

II - o responsável, pessoa física ou jurídica, por ginásio, estádio, teatro, salão e congêneres, quanto aos eventos realizados nesses locais e, supletivamente, o promotor ou o patrocinador, pessoa física ou jurídica, quanto aos eventos por ele promovidos ou patrocinados;

III - o tomador dos seguintes serviços, quando o prestador não estiver formalmente estabelecido neste Município:

- a) cessão de andaime, palco, cobertura e de outras estruturas de uso temporário;
- b) execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obra de construção civil, hidráulica ou elétrica e de obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poço, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem, instalação e montagem de produto, peça e equipamento;
- c) demolição;
- d) reparação, conservação e reforma de edifício, estrada, ponte, porto e congêneres;
- e) varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos;
- f) limpeza, manutenção e conservação de via e logradouro público, de imóvel, chaminé, piscina, parque, jardim e congêneres;
- g) decoração, jardinagem, corte e poda de árvore;
- h) controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agente físico, químico e biológico;
- i) florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação e congêneres;
- j) escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres;
- k) limpeza e dragagem de rio, porto, canal, baía, lago, lagoa, represa, açude e congêneres;
- l) acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo;
- m) vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas;
- n) fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregado ou trabalhador, avulso ou temporário, contratado pelo prestador de serviço;
- o) planejamento, organização e administração de feira, exposição, congresso e congêneres;

IV - o tomador de serviço, quando:

- a) o prestador do serviço, obrigado a emitir Nota Fiscal de Serviço ou documento equivalente, deixar de fazê-lo ao tomador;
- b) o prestador do serviço, estabelecido formal ou informalmente no Município, emitir Nota Fiscal de Serviço autorizada por outro município.
- c) o prestador de serviços, pessoa física, deixar de fornecer cópia da guia de recolhimento do ISSQN - Autônomo correspondente ao último trimestre imediatamente anterior à data do pagamento do serviço.

Alínea “ c” acrescentada pela Lei nº 9.334, de 6/2/2007 (Art. 4º).

V - o tomador do serviço, quando o prestador do serviço for pessoa jurídica, cujo estabelecimento previsto em seu ato constitutivo para o exercício de suas atividades, nos termos do art. 1.142 do Código Civil, não existir de fato, conforme apurado e declarado pela Fazenda Pública do Município em processo administrativo disciplinado em regulamento;

Inciso V acrescentado pela Lei nº 9.335, de 6/2/2007 (Art. 1º).

VI - a empresa que atua no chamado sistema de “compra coletiva”, agenciando ou intermediando a venda de serviços por meio de sítio eletrônico na rede mundial de computadores, com relação ao imposto incidente sobre o valor total da compra de serviços realizada pelos consumidores.

Inciso VI acrescentado pela Lei nº 10.692, de 30/12/2013 (Art. 22).

VII - a agência de propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanha ou sistema de publicidade, pelo imposto incidente sobre os serviços agenciados ou intermediados, contratados por conta e ordem do cliente da agência;

Inciso VII acrescentado pela Lei nº 11.079, de 23/11/2017 (Art. 8º).

VIII - o prestador dos serviços elencados nos subitens 12.13 e 17.10 da Lista de Serviços que integra o Anexo Único desta lei, pelo imposto incidente sobre os serviços tomados de terceiros vinculados à prestação dos serviços descritos nos subitens referidos neste inciso.”. (NR)

Inciso VIII acrescentado pela Lei nº 11.079, de 23/11/2017 (Art. 8º)

Parágrafo único - A responsabilidade tributária prevista neste artigo implica o recolhimento integral do ISSQN, independente de ter sido efetuada a sua retenção.

Parágrafo único acrescentado pela Lei nº 9.334, de 6/2/2007 (Art. 5º).

Art. 22 - O tomador de serviço, inclusive o órgão, a empresa e a entidade da Administração Pública Direta e Indireta deixará de reter o ISSQN na fonte, em qualquer hipótese prevista nesta Lei, quando:

I - o prestador do serviço, em caso de serviço isento, informar, em todas as vias do documento fiscal emitido, os fundamentos legais indicativos desta situação;

II - o prestador do serviço, nos serviços imunes ou sujeitos ao regime de estimativa, apresentar o despacho de reconhecimento da imunidade tributária ou a certidão de estimativa, dentro de seu prazo de validade, respectivamente, e fizer constar na Nota Fiscal de Serviços, ou em outro documento, o número do processo administrativo correspondente;

III - o prestador do serviço for pessoa física inscrito no Cadastro Mobiliário de Contribuintes de Tributos Municipais fornecer cópia da guia de recolhimento do ISSQN - autônomo correspondente ao último trimestre imediatamente anterior à data do pagamento do serviço prestado;

~~IV - o serviço for prestado por sociedade de profissionais, nos termos do art. 13 desta Lei, e for fornecida cópia da guia de recolhimento do ISSQN referente ao mês anterior ao da prestação;~~

~~tendo por base de cálculo o número de profissionais habilitados;~~

IV - o serviço for prestado por sociedade de profissionais, desde que o prestador observe, quanto à emissão do correspondente documento fiscal, o disposto no § 4º do art. 13 desta lei;

Inciso IV com redação dada pela Lei nº 10.692, de 30/12/2013 (Art. 23).

V - o prestador do serviço apresentar a Nota Fiscal de Serviços Avulsa relativa ao serviço tomado;

VI - o prestador do serviço for incentivador de projetos culturais, no Município, e fornecer cópia do respectivo Certificado de Incentivo Fiscal, conforme a legislação específica, dentro de seu prazo de validade;

VII - o prestador do serviço for instituição financeira ou equiparada autorizada, pelo Banco Central do Brasil, a funcionar;

VIII- o prestador de serviço for a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT - ;

IX - o prestador do serviço for concessionário de serviço público de telefonia, energia elétrica, água e esgoto, transporte de passageiros, ou de serviço cuja cobrança seja efetuada mediante conta emitida pela respectiva concessionária.

X - o prestador do serviço for delegatário de serviço de registro público cartorário e notarial;

Inciso X acrescentado pela Lei nº 9.799, de 30/12/2009 (Art. 11).

XI - o prestador do serviço for empresa incentivada pelo Programa de Incentivo à Instalação e Ampliação de Empresas no Município e se tratar de serviço prestado no período de fruição dos benefícios fiscais a ele concedidos, nos termos do regulamento, acobertado por nota fiscal de serviços eletrônica com a informação do Certificado de Incentivo Fiscal correspondente.

Inciso XI acrescentado pela Lei nº 9.799, de 30/12/2009 (Art. 11)

~~Art. 23 — A responsabilidade pela retenção na fonte e pelo recolhimento do ISSQN, excluída a pessoa física não mencionada nesta Lei, é atribuída a todas as pessoas referidas nos arts. 20 e 21, estabelecidas no Município, compreendendo qualquer de seus estabelecimentos, seja matriz, filial, agência, posto, sucursal ou escritório, mesmo as que gozem de isenção ou imunidade, inclusive o órgão, a empresa e a entidade da Administração Pública Direta e Indireta, a empresa individual, o condomínio, a associação, o sindicato e os cartórios notarial e de registro.~~

***ADIN nº 1.0000.04.405432-8 do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais,
PROCEDÊNCIA DO PEDIDO - EXPRESSÃO DECLARADA INCONSTITUCIONAL***

AÇÃO RESCISÓRIA nº 1.0000.09.506192-5/000 do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – anula acórdão da Adin nº 1.0000.04.405432-8.

***ADIN nº 1.0000.04.41874-4 do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais,
IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO – EXPRESSÃO VIGENTE***

Art. 23 - As obrigações atribuídas às pessoas definidas nos arts. 20 e 21 desta Lei alcançam qualquer de seus estabelecimentos, seja matriz, filial, agência, posto, sucursal ou escritório, mesmo as que gozem de isenção ou imunidade, o órgão, a empresa e a entidade da Administração Pública direta e indireta, a empresa individual, o cartório, bem como a associação, o sindicato e o condomínio, que se equipara à pessoa jurídica quanto à exigência de retenção e recolhimento do ISSQN.

Caput com redação dada pela Lei nº 9.334, de 6/2/2007 (Art. 6º).

~~§ 1º — O responsável tributário fica obrigado a recolher integralmente o ISSQN devido, acrescido de multa, juros e atualização monetária, se for o caso, independentemente de ter~~

~~seu valor não será retido na fonte, sujeitando-se o infrator às penalidades cabíveis definidas na legislação tributária.~~

§ 1º - O descumprimento da obrigação de reter o ISSQN devido comporta a aplicação de penalidade acessória quando:

I - o tomador de serviço previsto no art. 20 desta Lei deixar de fazê-la;

~~II - o responsável definido no art. 21 desta Lei deixar de fazê-la, nos casos em que o prestador tiver recolhido o imposto.~~

§ 1º com redação dada pela Lei nº 9.334, de 6/2/2007 (Art. 7º).

II - o responsável definido no art. 21 desta lei deixar de fazê-la, nos casos em que o prestador tiver recolhido ou parcelado o imposto, ou, então, quando a Fazenda Pública efetuar o respectivo lançamento tributário, cobrando do prestador o imposto originariamente devido na operação.

Inciso II com redação da pela Lei nº 10.692, de 30/12/2013 (Art. 24).

§ 2º - O prestador do serviço responde supletivamente em caso de descumprimento, total ou parcial, pelo responsável, da obrigação de que trata este artigo.

§ 3º - As alíquotas do ISSQN a ser retido na fonte são as constantes do art. 14 desta Lei.

~~Art. 24 - Em caso de serviço de propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanha ou sistema de publicidade, elaboração de desenho, texto e demais materiais publicitários, a retenção na fonte incidirá sobre o valor total pago à agência de publicidade e propaganda, ainda que o serviço tenha sido prestado por terceiros, excluído o valor referente à veiculação de publicidade e propaganda.~~

Art. 24 revogado pela Lei nº 11.079, de 23/11/2017 (Art. 12).

Art. 25 - Em caso de responsabilidade tributária pelo ISSQN incidente sobre o serviço de execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obra de construção civil, hidráulica ou elétrica e de obra semelhante, inclusive sondagem, perfuração de poço, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produto, peça e equipamento, bem como no caso de reparação, conservação e reforma de edifício, estrada, ponte, porto e congêneres, deve ser retido, na fonte, o ISSQN apurado sobre o valor total do documento fiscal de prestação do serviço, excluído o valor, nele discriminado, do material fornecido pelo prestador.

§ 1º - Para efeito deste artigo, o valor a ser excluído da base de cálculo do ISSQN a ser retido, relativo ao material fornecido pelo prestador do serviço, não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do respectivo documento fiscal de prestação do serviço.

§ 2º - Em caso de o valor do material fornecido ser superior a 30% (trinta por cento) do valor total do documento fiscal, o imposto retido em excesso poderá ser descontado do valor do ISSQN próprio a ser recolhido pelo prestador.

Art. 26 - Ficará responsável pelo recolhimento do ISSQN o tomador de serviços que, a despeito de não estar sujeito às hipóteses de responsabilidade tributária previstas nesta Lei, proceder à retenção do ISSQN na fonte.

Art. 27 - O prestador do serviço-pessoa jurídica poderá descontar do valor do ISSQN próprio, a vencer, o valor do imposto indevidamente recolhido, inclusive o retido na fonte por terceiros, sujeitando-se à ulterior verificação do Fisco e, se for o caso, à imposição de multa, juros e atualização monetária.

CAPÍTULO VII

DO ARBITRAMENTO

Art. 28 - A base de cálculo do ISSQN será arbitrada pela autoridade fiscal competente, quando:

- I - o valor efetivo do preço do serviço não puder ser conhecido;
- II - o registro fiscal ou contábil, bem como a declaração ou o documento fiscal exibido pelo sujeito passivo ou pelo terceiro obrigado, for insuficiente ou não merecer fé;
- III - o contribuinte ou o responsável pelo serviço recusar-se a exibir à fiscalização o elemento necessário à comprovação do valor do serviço prestado;
- IV - for constatada a existência de fraude ou sonegação, pelo exame de livro, documento fiscal ou comercial exibido pelo contribuinte, ou por qualquer outro meio direto ou indireto de verificação;
- V - a documentação fiscal não for reconstituída, no prazo regulamentar, em caso de perda, extravio ou inutilização de documento fiscal.

CAPÍTULO VIII

DA ESTIMATIVA

Art. 29 - A base de cálculo do ISSQN poderá ser fixada por estimativa, mediante iniciativa do Fisco ou a requerimento do sujeito passivo, quando:

- I - a atividade for exercida em caráter provisório;
- II - a espécie, a modalidade ou o volume de negócios e de atividades do contribuinte aconselharem tratamento fiscal específico;
- III - o sujeito passivo não puder emitir documento fiscal;
- IV - o sujeito passivo incorrer, reiteradamente, em descumprimento de obrigação acessória.

Art. 30 - Para fins de fixação, por estimativa, da base de cálculo do ISSQN, serão considerados, entre outros, os seguintes elementos:

- I - o preço corrente do serviço, na praça;
- II - o tempo de duração e a natureza específica da atividade;
- III - o valor da despesa geral do contribuinte durante o período considerado para o cálculo da estimativa;
- IV - o volume de receita auferida em períodos anteriores e sua projeção para o futuro;
- V - outros contribuintes de mesma atividade e porte econômico;
- VI - a capacidade potencial de prestação de serviço.

Art. 31 - O regime de estimativa será deferido para um período de até 12 (doze) meses, e sua base de cálculo será atualizada anualmente, podendo a autoridade fiscal, a qualquer tempo, proceder à suspensão de sua aplicação ou à revisão do valor estimado.

Art. 32 - O contribuinte que não concordar com o valor estimado poderá apresentar reclamação no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de publicação do despacho.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES GERAIS

~~Art. 33 - São obrigadas a inscreverem-se no Cadastro de Contribuintes de Tributos Mobiliários - CMC - as pessoas físicas ou jurídicas estabelecidas no Município, ainda que por meio de agência, posto, sucursal ou escritório, cujas atividades estejam sujeitas à incidência de tributos municipais, mesmo as que gozem de isenção ou imunidade.~~

~~§ 1º - A obrigação de que trata este artigo estende-se a órgão, empresa e entidade da Administração Pública Direta e Indireta, empresa individual, condomínio, associação, sindicato e cartório notarial e de registro.~~

***ADIN nº 1.0000.04.405432-8, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais –
PROCEDÊNCIA DO PEDIDO – § 1º DECLARADO INCONSTITUCIONAL***

***AÇÃO RESCISÓRIA nº 1.0000.09.506192-5/000 do Tribunal de Justiça do Estado de Minas
Gerais – anula acórdão da Adin nº 1.0000.04.405432-8.***

~~§ 2º - Fica dispensado da obrigação de que trata este artigo o profissional autônomo isento do ISSQN.~~

~~§ 3º - A autoridade competente promoverá, de ofício, inserção, alteração e baixa em inscrição de pessoa física ou jurídica sujeita a obrigação tributária, na forma regulamentar.~~

Art. 33 - São obrigadas a se inscreverem no Cadastro de Contribuintes de Tributos Mobiliários - CMC -, nos termos do regulamento, as pessoas naturais ou jurídicas sujeitas às obrigações tributárias, principais e acessórias, instituídas no Município, mesmo que gozem de isenção ou imunidade.

§ 1º - A obrigação de que trata o caput deste artigo estende-se:

I - a qualquer dos estabelecimentos das pessoas nele referidas, seja matriz, filial, agência, posto, sucursal ou escritório;

II - aos órgãos, empresas e entidades da Administração Pública Direta e Indireta de todos os poderes da União, Estado e Município, que se constituam em unidades gestoras de orçamento;

III - ao condomínio edilício residencial ou comercial, associação, sindicato e aos prestadores de serviços notariais e de registros públicos;

IV - aos grupos de sociedades e consórcios, constituídos na forma da lei federal aplicável;

V - ao partido, comitê político e candidatos a cargos políticos eletivos, nos termos de legislação específica;

VI - aos consórcios de empregadores;

VII - aos consulados, missões e delegações diplomáticas permanentes;

VIII - às representações permanentes de organizações internacionais;

IX - à incorporação imobiliária objeto de opção pelo Regime Especial de Tributação - RET - de que trata a Lei Federal nº 10.931, de 2 de agosto de 2004;

X - ao prestador de serviço sujeito à incidência do ISSQN nos termos do art. 4º, § 1º, incisos II a XX desta Lei, não estabelecido no Município, quando o tomador também não estiver aqui formalmente estabelecido.

§ 2º - Fica dispensada da obrigação de que trata este artigo a pessoa natural cuja atividade não esteja sujeita aos tributos municipais, inclusive o profissional autônomo isento do ISSQN.

§ 3º - A autoridade competente, na forma do regulamento, poderá promover de ofício a inserção, alteração e baixa da inscrição da pessoa natural ou jurídica sujeita à obrigação de que trata este artigo.

Art. 33 com redação dada pela Lei nº 9.799, de 30/12/2009 (Art. 12).

§ 4º - A entidade religiosa e a associação sem fins lucrativos que não desenvolva atividade industrial, comercial ou de serviços, com exceção da atividade exclusivamente voltada para a consecução dos seus objetivos estatutários e que não remunere os membros ocupantes dos cargos de sua diretoria, será intimada a realizar a inscrição de que trata o *caput* deste artigo, na forma do regulamento, antes de promovida a inscrição de ofício de que trata o § 3º.

§ 4º acrescentado pela Lei nº 11.213, de 13/1/2020 (Art. 1º).

Art. 34 - A pessoa física ou jurídica que tiver relação pessoal e direta com a efetiva ou potencial prestação de serviço sujeito à incidência do ISSQN, bem como o tomador de serviço, responsável ou não pela retenção na fonte e pelo recolhimento do ISSQN, é obrigado a possuir, independentemente da ocorrência do fato gerador do ISSQN, emitir e escriturar os documentos e os livros fiscais, na forma estabelecida em regulamento, salvo disposição expressa em contrário.

§ 1º - A pessoa vinculada ao fato gerador do ISSQN fica também obrigada ao cumprimento de obrigação acessória prevista na legislação tributária municipal.

§ 2º - A dispensa de possuir, emitir e escriturar os documentos e os livros fiscais ocorrerá na forma e na condição estabelecida em regulamento.

Art. 34-A - As administradoras de cartões de crédito, de cartões de débito em conta corrente, as empresas prestadoras de serviços operacionais relacionados àquelas administradoras, bem como todas as demais instituições financeiras congêneres, independentemente do fato de estarem ou não sediadas no Município, ficam obrigadas a informar às autoridades fiscais da Administração Tributária Municipal, observado o disposto no art. 6º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, todos os dados, valores, números de contas, códigos e identificação das respectivas agências bancárias, bem como todos os detalhes acerca das operações financeiras e de quaisquer outros negócios jurídicos celebrados por prestadores de serviços cujos pagamentos sejam realizados por meio de seus sistemas de crédito, débito ou similares, na forma, no prazo e nas condições previstos em regulamento.

Art. 34-A acrescentado pela Lei nº 10.692, de 30/12/2013 (Art. 25).

Art. 35 - Para a extinção do crédito tributário objeto de processo administrativo ou judicial envolvendo o Município e a sociedade cooperativa constituída na forma da lei e envolvendo o Município e a instituição financeira e equiparada, autorizada, pelo Banco Central do Brasil, a funcionar, poderá ser celebrada, na condição estipulada em regulamento específico, transação para prevenção ou terminação de litígio que contenha questão relativa ao ISSQN, como a controvérsia sobre local de incidência e o conflito de competência decorrente do enquadramento de atividades na Lista de Serviços que integra o Anexo Único desta Lei.

Art. 36 - **O inciso I do art. 8º e os arts. 9º, 10 e 12 a 14, da Lei nº 5.641, de 22 de dezembro de 1989,** passam a ter a seguinte redação:

"I - Taxa de Fiscalização de Engenhos de Publicidade;

Art. 9º - A Taxa de Fiscalização de Engenhos de Publicidade - TFEP -, fundada no poder de polícia do Município, concernente à utilização de seus bens públicos de uso comum, à proteção da paisagem e da estética urbana, à saúde, à segurança e à tranquilidade públicas, tem como fato gerador a fiscalização exercida pelo Município

sobre a instalação e a manutenção de engenho de publicidade em cumprimento da legislação municipal específica.

Art. 10 - A TFEP incide sobre o engenho exposto na paisagem urbana e visível de qualquer ponto do espaço público.

Art. 12 - O contribuinte da TFEP é a pessoa física ou jurídica proprietária do engenho.

Parágrafo único - Ficam obrigados, solidariamente, ao pagamento da TFEP, na forma e nos prazos regulamentares:

I - o proprietário de banca de jornal e revista ou o titular da licença para sua instalação, em relação ao engenho de publicidade nela instalado;

II - a pessoa física ou jurídica titular do estabelecimento onde se encontra instalado o engenho de publicidade e qualquer pessoa que nele figure como anunciante;

III - o proprietário do imóvel, edificado ou não, onde se encontra instalado o engenho e o anunciante no momento da diligência fiscal;

IV - o condomínio e a empresa administradora do condomínio, em caso de engenho instalado em edifício condominial;

V - o titular da permissão para exploração do serviço de transporte público individual de passageiros, em se tratando de engenho de publicidade instalado em veículo;

VI - o subconcessionário e a empresa concessionária do Sistema de Transporte Público do Município de Belo Horizonte, em se tratando de engenho de publicidade instalado em veículo de transporte público coletivo de passageiros;

VII - o anunciante, em se tratando de engenho de publicidade instalado no mobiliário urbano, no momento da diligência fiscal;

VIII - o promotor do evento e o proprietário do imóvel, em se tratando de engenho de publicidade instalado em feira, exposição, festival, congresso e similares;

IX - o promotor do evento realizado em logradouro público, em se tratando de engenho de publicidade instalado no local.

Art. 13 - A TFEP será lançada anualmente tomando-se, como base, as características do engenho, no primeiro dia de cada exercício, e o valor constante do item V da Tabela I desta Lei.

§ 1º - Em caso de haver, em um único engenho de publicidade, espaço destinado a diversas mensagens publicitárias, a TFEP será calculada com base no somatório das áreas das mesmas.

§ 2º - Em caso de haver diferenciação de fachada para compor o engenho de publicidade, o lançamento da taxa será feito com base na área total da fachada diferenciada.

§ 3º - Considera-se fachada diferenciada aquela caracterizada por alteração de cor, revestimento, acabamento, iluminação e por outros recursos que visam a destacar ou a compor o engenho.

§ 4º - Quando a instalação do engenho ocorrer após a data do vencimento anual da taxa, o lançamento será feito com base nas características do engenho na data do cadastramento e o valor do ISSQN será cobrado integralmente, vedado o seu fracionamento em função da data de instalação.

§ 5º - Em se tratando de engenho de publicidade instalado em feira, exposição, festival, congresso e congêneres, a TFEP a eles correspondente será recolhida até o dia útil imediatamente anterior ao início da realização do evento.

Art. 14 - A incidência da TFEP independe de:

I - cumprimento de exigência legal, regulamentar ou administrativa, relativa ao engenho;

II - licença, autorização, permissão ou concessão, outorgada pela União, Estado ou Município;

III - pagamento de preço, emolumento e qualquer importância eventualmente exigida, inclusive para expedição de licença ou vistoria.

Parágrafo único - O pagamento da TFEP não implica a aprovação do engenho de publicidade e nem a concessão de licença para sua exposição. (NR)".

Art. 37 - **O inciso V da Tabela I de que trata o art. 10 da Lei nº 5.641/89** passa a ter a seguinte redação:

"V - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ENGENHOS DE PUBLICIDADE

Por ano:

5.1	Engenho de divulgação de publicidade inanimado não compreendido em outro item desta tabela:	
5.1.1	Engenho de divulgação de publicidade luminoso	R\$ 51,00 por m ²
5.1.2	Engenho de divulgação de publicidade não luminoso	R\$ 24,00 por m ²
5.2	Engenho de divulgação de publicidade animado não compreendido em outro item desta tabela:	
5.2.1	Engenho de divulgação de publicidade luminoso	R\$68,00 por m ²
5.2.2	Engenho de divulgação de publicidade não luminoso	R\$34,00 por m ²
5.3	Engenho de divulgação de publicidade tipo tabuleta (outdoor)	R\$307,00 por unidade
5.4	Engenho de divulgação de publicidade acoplado a termômetro ou relógio	R\$137,00 por unidade
5.5	Engenho de divulgação de publicidade acoplado a barreira de pedestre	R\$38,00 por unidade
5.6	Engenho de divulgação de publicidade acoplado a veículo de transporte coletivo	R\$30,00 por unidade
5.7	Engenho de divulgação de publicidade acoplado a grade protetora de árvores	R\$13,00 por unidade
5.8	Engenho de divulgação de publicidade acoplado a poste com indicativo de logradouros	R\$13,00 por unidade

5.9	Engenho de divulgação de publicidade acoplado a abrigo de ônibus	R\$150,00 por unidade
5.10	Engenho de divulgação de publicidade acoplado a veículo de transporte público individual:	
5.10.1	Engenho de divulgação de publicidade acoplado à lateral ou à traseira do veículo	R\$12,00 por unidade
5.10.2	Engenho de divulgação de publicidade acoplado ao dístico identificador do serviço	R\$51,00 por m2 NR".

Art. 38 - **O art. 3º da Lei nº 5.839, de 28 de dezembro de 1990**, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3º - A microempresa terá direito à redução de 100% (cem por cento) do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - nos primeiros 60 (sessenta) meses como microempresa. (NR)".

Art. 39 - **O inciso I do art. 14 da Lei nº 5.839/90** passa a ter a seguinte redação:

"I - TFEP, em se tratando de engenhos:

a) destinados, exclusivamente, à identificação de:

1 - órgão e entidade da União, Estado e Município;

2 - via, logradouro público e numeral de edificação;

3 - sinalização de trânsito de veículo e de pedestre;

4 - templo de qualquer culto e de instituição de educação e assistência social que goze de imunidade;

b) instalados em:

1 - fachada de casa de diversão pública, com a finalidade de divulgar atração musical, teatral, filme e congêneres;

2 - canteiro de obra de construção civil exigido pela legislação específica;

3 - caixa de correio e orelhão quando se restringe à identificação do prestador do serviço a que se vinculam;

4 - em lixeira, quando não ultrapassar 40% (quarenta por cento) de sua área frontal;

5 - veículo automotor, exclusivamente, quando identificador do respectivo estabelecimento;

c) nos limites do imóvel particular, cuja soma das áreas dos engenhos, em um mesmo imóvel ou estabelecimento, não exceda a 1,00 m² (um metro quadrado);

d) que contenha, exclusivamente, mensagem com os dizeres "vende-se", "aluga-se", "liquidação" ou similar;

e) executado com material perecível como papel, papelão ou similar;

f) faixa ou estandarte, com área igual ou inferior a 1,00 m² (um metro quadrado);

g) fixado em parque, área verde, praça e canteiro adotado, desde que se restrinja à identificação do adotante. (NR)".

Art. 40 - Fica acrescentado ao **art. 14 da Lei nº 5.839/90** o seguinte parágrafo único:

"Parágrafo único - Fica isento das taxas a que se referem os incisos I, II e III deste artigo, mediante requerimento, o clube de esporte amador, identificado pela liberdade de prática e pela inexistência de qualquer forma de remuneração ou de incentivo material para atleta de qualquer idade. (NR)".

Art. 41 - Fica acrescentada ao **inciso II do art. 7º da Lei nº 7.378, de 07 de novembro de 1997**, a seguinte alínea "p":

"p - por deixar de emitir ou utilizar documento fiscal na forma e prazo regulamentares: R\$100,00 (cem reais), por documento, limitado a R\$1.000,00 (um mil reais) por ação fiscal. (NR)".

Art. 42 - **A alínea "b" do inciso IV do art. 7º da Lei nº 7.378/97** passa a ter a seguinte redação:

"b - por prestar informação, declarar dados, fornecer certidão de ato que foi lavrado, transcrito ou averbado, ou apresentar documento ou outro elemento na forma e no prazo previsto na legislação tributária municipal ou quando solicitado pelo Fisco:

1 - de forma inexata ou incompleta: R\$ 303,29 (trezentos e três reais e vinte e nove centavos);

2 - de forma inverídica: R\$ 363,93 (trezentos e sessenta e três reais e noventa e três centavos). (NR)".

Art. 43 - Fica o Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais), para reforço da dotação orçamentária consignada nos programas municipais aprovados pelo orçamento vigente, objetivando atender às despesas contratuais e compulsórias, processadas por órgão e entidade do Município, nos termos dos arts. 40 a 43, 45 e 46 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 44 - Ficam revogados:

I - os arts. 41 a 62 da Lei nº 5.641/89;

II - a Lei nº 6.295, de 23 de dezembro de 1992;

III - a Lei nº 6.494, de 29 de dezembro de 1993;

IV - a Lei nº 6.810, de 29 de dezembro de 1994;

V - a Lei nº 7.541, de 24 de junho de 1998;

VI - a Lei nº 8.464, de 20 de dezembro de 2002.

Art. 45 - Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2004.

Belo Horizonte, 30 de dezembro de 2003

Fernando Damata Pimentel

Prefeito de Belo Horizonte

(Originária do Projeto de Lei nº 1.568/03, de autoria do Executivo)

ANEXO ÚNICO

LISTA DE SERVIÇOS

1 - Serviços de informática e congêneres.

1.01 - Análise e desenvolvimento de sistemas.

1.02 - Programação.

~~1.03 - Processamento de dados e congêneres.~~

~~1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.~~

1.03 - Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.

1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.

Subitens 1.03 e 1.04 com redação dada pela Lei nº 11.315, de 7 de outubro de 2021

1.05 - Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.

1.06 - Assessoria e consultoria em informática.

1.07 - Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.

1.08 - Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.

1.09 - Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos, exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei Federal nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

Subitem 1.09 acrescentado pela Lei nº 11.315, de 7 de outubro de 2021

2 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

2.01 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

3 - Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.

3.02 - Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.

3.03 - Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.

3.04 - Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.

3.05 - Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.

4 - Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.

4.01 - Medicina e biomedicina.

4.02 - Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultrassonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.

4.03 - Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, pronto-socorros, ambulatórios e congêneres.

4.04 - Instrumentação cirúrgica.

4.05 - Acupuntura.

4.06 - Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.

4.07 - Serviços farmacêuticos.

4.08 - Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.

4.09 - Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.

4.10 - Nutrição.

4.11 - Obstetrícia.

4.12 - Odontologia.

4.13 - Ortóptica.

4.14 - Próteses sob encomenda.

4.15 - Psicanálise.

4.16 - Psicologia.

4.17 - Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.

4.18 - Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.

4.19 - Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.

4.20 - Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

4.21 - Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

4.22 - Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.

4.23 - Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.

5 - Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.

5.01 - Medicina veterinária e zootecnia.

5.02 - Hospitais, clínicas, ambulatórios, pronto-socorros e congêneres, na área veterinária.

5.03 - Laboratórios de análise na área veterinária.

5.04 - Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.

5.05 - Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.

5.06 - Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

5.07 - Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

5.08 - Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.

5.09 - Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.

6 - Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.

6.01 - Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.

6.02 - Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.

6.03 - Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.

6.04 - Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.

6.05 - Centros de emagrecimento, spa e congêneres.

6.06 - Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.

Subitem 6.06 acrescentado pela Lei nº 11.315, de 7 de outubro de 2021

7 - Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.

7.01 - Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.

7.02 - Execução, por administração, empreitada ou sub-empreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.03 - Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.

7.04 - Demolição.

7.05 - Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.06 - Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.

7.07 - Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.

7.08 - Calafetação.

7.09 - Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.

7.10 - Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.

7.11 - Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.

7.12 - Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.

7.13 - Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.

~~7.16 - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.~~

7.16 - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.

Item com redação dada pela Lei nº 11.079, de 23/11/2017 (Art. 11).

7.17 - Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.

7.18 - Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.

7.19 - Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.

7.20 - Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.

7.21 - Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.

7.22 - Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.

8 - Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.

8.01 - Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.

8.02 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

9 - Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.

9.01 - Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).

9.02 - Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.

9.03 - Guias de turismo.

10 - Serviços de intermediação e congêneres.

10.01 - agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.

10.02 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.

10.03 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.

10.04 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).

10.05 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.

10.06 - Agenciamento marítimo.

10.07 - Agenciamento de notícias.

10.08 - Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.

10.09 - Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.

10.10 - Distribuição de bens de terceiros.

11- Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.

11.01 - Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.

~~11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.~~

11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

Item com redação dada pela Lei nº 11.079, de 23/11/2017 (Art. 11).

11.03 - Escolta, inclusive de veículos e cargas.

11.04 - Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.

12 - Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.

12.01 - Espetáculos teatrais.

12.02 - Exibições cinematográficas.

12.03 - Espetáculos circenses.

12.04 - Programas de auditório.

12.05 - Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.

12.06 - Boates, taxi-dancing e congêneres.

12.07 - Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.08 - Feiras, exposições, congressos e congêneres.

12.09 - Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.

12.10 - Corridas e competições de animais.

12.11 - Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.

12.12 - Execução de música.

12.13 - Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.14 - Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.

12.15 - Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.

12.16 - Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.

12.17 - Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.

13 - Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.

13.02 - Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.

13.03 - Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.

13.04 - Reprografia, microfilmagem e digitalização.

~~13.05 - Composição gráfica, fotocomposição, clichê, zincografia, litografia e fotolitografia.~~

13.05 - Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichê, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.

Item com redação dada pela Lei nº 11.079, de 23/11/2017 (Art. 11).

14 - Serviços relativos a bens de terceiros.

14.01 - Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.02 - Assistência Técnica.

14.03 - Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.04 - Recauchutagem ou regeneração de pneus.

~~14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.~~

14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.

Item com redação dada pela Lei nº 11.079, de 23/11/2017 (Art. 11).

14.06 - Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.

14.07 - Colocação de molduras e congêneres.

14.08 - Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.

14.09 - Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.

14.10 - Tinturaria e lavanderia.

14.11 - Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.

14.12 - Funilaria e lanternagem.

14.13 - Carpintaria e serralheria.

14.14 - Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.

Item acrescentado pela Lei nº 11.079, de 23/11/2017 (Art. 11).

15. Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.

15.01 - Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.

15.02 - Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.

15.03 - Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.

15.04 - Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.

15.05 - Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos - CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.

15.06 - Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra

agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.

15.07 - Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.

15.08 - Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.

~~15.09 - Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).~~

***ADIN nº 1.0000.04.405432-8, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais –
PROCEDÊNCIA DO PEDIDO – ITEM DECLARADO INCONSTITUCIONAL***

AÇÃO RESCISÓRIA nº 1.0000.09.506192-5/000 do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – anula acórdão da Adin nº 1.0000.04.405432-8.

15.09 - Arrendamento mercantil (leasing), por qualquer modalidade e de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).

Subitem 15.09 com redação dada pela Lei nº 9.799, de 30/12/2009 (Art. 13)

15.10 - Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.

~~15.11 - Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.~~

***ADIN nº 1.0000.04.405432-8, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais –
PROCEDÊNCIA DO PEDIDO – ITEM DECLARADO INCONSTITUCIONAL***

AÇÃO RESCISÓRIA nº 1.0000.09.506192-5/000 do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – anula acórdão da Adin nº 1.0000.04.405432-8.

15.11 - Devolução, protesto, manutenção e reapresentação de títulos executivos extrajudiciais de qualquer natureza, sustação de protesto, e demais serviços a eles relacionados.

Subitem 15.11 com redação dada pela Lei nº 9.799, de 30/12/2009 (Art. 13)

15.12 - Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.

15.13 - Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.

15.14 - Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.

15.15 - Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.

15.16 - Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.

15.17 - Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.

15.18 - Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.

16 - Serviços de transporte de natureza municipal.

~~16.01 - Serviços de transporte de natureza municipal.~~

16.01 - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

Item com redação dada pela Lei nº 11.079, de 23/11/2017 (Art. 11).

16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal.

Item acrescentado pela Lei nº 11.079, de 23/11/2017 (Art. 11)

17 - Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.

17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.

17.02 - Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.

17.03 - Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.

17.04 - Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.

17.05 - Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.

17.06 - Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.

17.08 - Franquia (franchising)

17.09 - Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.

17.10 - Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.

17.11 - Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas que fica sujeito ao ICMS).

17.12 - Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.

17.13 - Leilão e congêneres.

17.14 - Advocacia.

17.15 - Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.

17.16 - Auditoria.

17.17 - Análise de Organização e Métodos.

17.18 - Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.

17.19 - Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.

17.20 - Consultoria e assessoria econômica ou financeira.

17.21 - Estatística.

17.22 - Cobrança em geral.

17.23 - Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).

17.24 - Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.

17.25 - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio, exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.

Subitem 17.25 acrescentado pela Lei nº 11.315, de 7 de outubro de 2021

18 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

19 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

20 - Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.

20.01 - Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.

20.02 - Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.

20.03 - Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

21 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

***ADIN nº 1.0000.04.405432-8, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais –
PROCEDÊNCIA DO PEDIDO – ITEM DECLARADO INCONSTITUCIONAL***

***AÇÃO RESCISÓRIA nº 1.0000.09.506192-5/000 do Tribunal de Justiça do Estado de Minas
Gerais – anula acórdão da Adin nº 1.0000.04.405432-8.***

~~21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.~~

***ADIN nº 1.0000.04.405432-8, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais –
PROCEDÊNCIA DO PEDIDO – ITEM DECLARADO INCONSTITUCIONAL***

***AÇÃO RESCISÓRIA nº 1.0000.09.506192-5/000 do Tribunal de Justiça do Estado de Minas
Gerais – anula acórdão da Adin nº 1.0000.04.405432-8.***

21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais, inclusive relativos a situações jurídicas com ou sem conteúdo financeiro.

Subitem 21.01 com redação dada pela Lei nº 9.677, de 30/12/2008 (Art. 3º).

22 - Serviços de exploração de rodovia.

22.01 - Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

23 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

23.01 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

24 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

25 - Serviços funerários.

25.01 - Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.

~~25.02 - Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.~~

25.02 - Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

Item com redação dada pela Lei nº 11.079, de 23/11/2017 (Art. 11).

25.03 - Planos ou convênio funerários.

25.04 - Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.

25.05 - Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.” (NR)

Item acrescentado pela Lei nº 11.079, de 23/11/2017 (Art. 11)

26 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.

26.01 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.

27 - Serviços de assistência social.

27.01 - Serviços de assistência social.

28 - Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

28.01 - Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

29 - Serviços de biblioteconomia.

29.01 - Serviços de biblioteconomia.

30 - Serviços de biologia, biotecnologia e química.

30.01 - Serviços de biologia, biotecnologia e química.

31 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

32 - Serviços de desenhos técnicos.

32.01 - Serviços de desenhos técnicos.

33 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

34 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

35 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

36 - Serviços de meteorologia.

36.01 - Serviços de meteorologia.

37 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

38 - Serviços de museologia.

38.01 - Serviços de museologia.

39 - Serviços de ourivesaria e lapidação.

39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).

40 - Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.

40.01 - Obras de arte sob encomenda.



www.LeisMunicipais.com.br

Versão consolidada, com alterações até o dia 29/12/2022

LEI COMPLEMENTAR Nº 23, DE 06 DE MARÇO DE 2020.

(Vide Decreto nº 1305/2022)

"DISPÕE SOBRE O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE CONFINS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A Câmara Municipal de Confins aprovou e eu, Prefeito Municipal, nos termos da Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o Sistema Tributário Municipal, com fundamento na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, dispondo sobre os fatos geradores, contribuintes, responsáveis, bases de cálculo, alíquotas, lançamento e arrecadação de cada tributo de competência municipal, disciplinando a aplicação de penalidades, a concessão de isenções e a organização e funcionamento da Administração Tributária Municipal.

Art. 2º São aplicadas à Administração Tributária Municipal e às relações entre a Fazenda Municipal e os contribuintes, independentemente de lei ou regulamento, as normas gerais do direito tributário constantes do Código Tributário Nacional, das Constituições Federal e Estadual, da legislação tributária e da Lei Orgânica do Município.

Art. 3º Os contribuintes ou quaisquer responsáveis por tributos são obrigados a cumprir as determinações desta Lei, das leis subsequentes de mesma natureza, bem como dos atos nelas previstos e estabelecidos com o fim de regular os procedimentos inerentes à Administração Tributária Municipal.

TÍTULO II

DAS NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO I

DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Seção I

Disposições Gerais

Art. 4º A expressão "legislação tributária" compreende leis, decretos e normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos de competência do Município e relações jurídicas a eles pertinentes.

Seção II

Vigência da Legislação Tributária

Art. 5º A legislação tributária do Município de Confins vigora em seu território e, fora dele, nos limites em que lhe reconheçam extraterritorialidade os convênios e demais ajustes em que figure ou as normas gerais.

Seção III

Domicílio Tributário

Art. 6º Considera-se como domicílio tributário:

I - quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou sendo incerta ou desconhecida ou, ainda, se situada fora do território do Município, o centro habitual de sua atividade;

1.

II - quanto às pessoas jurídicas ou empresários individuais, a sede da empresa ou, em relação aos atos ou fatos que deram origem à obrigação, o lugar de cada estabelecimento no Município ou, ainda, na sua falta, o de sua sede.

Parágrafo único. A autoridade fazendária poderá recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou fiscalização do tributo, aplicando as regras dos incisos deste artigo ou considerando como domicílio o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação.

Art. 7º Ficam obrigados a adotar o sistema de domicílio tributário eletrônico - DTE - a ser disponibilizado pelo Município de Confins:

I - Todos os contribuintes do ISSQN que sejam emitentes de nota fiscal eletrônica;

II - Todos os contribuintes pessoas jurídicas, exceto aqueles caracterizados como microempreendedor individual - MEI - e microempresa, na forma da lei.

§ 1º Aos contribuintes que não sejam obrigados ao uso do DTE fica facultada a adesão por termo próprio.

§ 2º O DTE tem as seguintes características:

I - Cientificar o sujeito passivo de quaisquer tipos de atos administrativos;

II - Encaminhar notificações e intimações;

III - Expedir avisos em geral.

§ 3º Quando disponível, o sistema de domicílio eletrônico de que trata este artigo observará o seguinte:

I - a comunicação será feita na forma prevista no caput deste artigo será considerada pessoal para todos os efeitos legais;

II - as comunicações serão feitas eletronicamente por meio de funcionalidade própria do sistema utilizado para a declaração, dispensando-se a sua publicação no Diário Oficial e o envio por via postal;

III - a ciência por meio do sistema de que trata o caput deste artigo possuirá os requisitos de validade;

IV - considerar-se-á realizada a comunicação no dia em que o sujeito passivo efetivar a consulta eletrônica ao teor da comunicação;

V - na hipótese do inciso anterior, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a comunicação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.

§ 4º Quando disponível o sistema de domicílio eletrônico, a consulta referida nos incisos IV e V do § 1º deverá ser feita em até 10 (dez) dias úteis, contados da data da disponibilização da comunicação no portal a que se refere o inciso I do § 1º, sob pena de ser considerada automaticamente realizada na data do término desse prazo.

§ 5º O sistema de domicílio eletrônico previsto neste artigo não exclui outras formas de notificação previstas na legislação municipal.

§ 6º Sem embargo das disposições anteriores e do valor da comunicação promovida diretamente no sistema, o sistema eletrônico deverá enviar, a título de aviso auxiliar, uma correspondência eletrônica (e-mail) ao endereço informado pelo próprio contribuinte, sendo deste a responsabilidade pela correção do endereço e pela atualização do sistema em caso de mudança de endereço.

Seção IV

Lançamento

Art. 8º O lançamento será efetuado:

I - com base em declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma regulamentar, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensável à sua efetivação;

II - com base em informações constantes dos cadastros municipais;

III - mediante a atribuição legal ao sujeito passivo do dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, sujeito a posterior homologação pela autoridade fiscal competentes, no prazo de 05 (cinco) anos, contados da ocorrência do fato gerador, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação;

IV - mediante arbitramento efetuado pela autoridade competente, sempre que forem omissos ou não merecerem fé as declarações, esclarecimentos, livros ou documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado;

V - por meio de estimativa, mediante requerimento do sujeito passivo ou quando o mesmo, reiteradamente, incorrer em infração à legislação tributária, visando dificultar a apuração do valor do tributo, sempre a critério da autoridade competente.

§ 1º A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou a excluir tributo, só será admissível mediante comprovação do erro em que se fundou e antes de notificado o lançamento.

§ 2º O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos deste artigo extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento.

§ 3º Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando à extinção total ou parcial do crédito, os quais serão, porém, considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade ou sua graduação.

Seção V

Extinção do Crédito Tributário

Art. 9º O pagamento dos tributos somente pode ser efetuado em moeda corrente ou cheque, nas instituições financeiras autorizadas, na forma e condições regulamentares.

§ 1º O pagamento através de cheque somente extingue o crédito tributário com o resgate deste pelo sacado.

§ 2º O Município poderá firmar contratos com instituições financeiras, oficiais ou não, com sede, agência ou escritório em seu território, visando ao recebimento de tributos e penalidades pecuniárias, vedada a atribuição de qualquer parcela da arrecadação a título de remuneração, observada a legislação pertinente.

Art. 10. Para fins de recolhimento dos débitos tributários, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a emitir boletos de cobrança em nome dos contribuintes em débito, diretamente ou por meio de instituições financeiras.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar contrato com instituições financeiras para cobrança administrativa dos créditos tributários, por meio de boletos bancários em nome dos contribuintes inscritos em dívida ativa.

Art. 11. A instituição financeira responsável pela cobrança de créditos tributários poderá parcelar o crédito, nas mesmas condições estabelecidas em lei para a cobrança realizada diretamente pelo Município.

Art. 12. O Secretário Municipal de Fazenda poderá autorizar a compensação de créditos tributários e fiscais com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública Municipal, passíveis de serem restituídos, somente mediante processo tributário administrativo.

§ 1º A compensação de créditos tributários e fiscais deverá ser requerida pelo contribuinte no prazo máximo de 05 (cinco) anos, contados da data do pagamento indevido ou a maior, conforme disciplinado neste Código.

§ 2º A compensação de créditos tributários e fiscais de valores iguais ou superiores a 40 UFEMG deverá obrigatoriamente ser submetida à apreciação do Chefe do Poder Executivo Municipal, antes da efetivação da compensação.

Art. 13. O Poder Executivo poderá:

I - mediante autorização legislativa, conceder remissão total ou parcial de créditos tributários e fiscal, atendendo:

- a) à situação econômica do sujeito passivo;
- b) ao erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto a matéria de fato;
- c) à diminuta importância do crédito tributário;
- d) a considerações de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do caso;
- e) a condições peculiares a determinada região do território da entidade tributante;
- f) demonstração da repercussão da remissão na receita e a sua respectiva compensação.

II - independente de autorização legislativa, cancelar administrativamente, de ofício, os créditos tributários e fiscal quando:

- a) estiver prescrito;
- b) o sujeito passivo tiver falecido, deixando unicamente bens que, por força de lei, não sejam suscetíveis de execução;
- c) quando o montante total do crédito tributário for inferior aos respectivos custos de cobrança, tornando a cobrança ou execução antieconômica;
- d) comprovadamente, ficar demonstrado que houve erro da Fazenda Municipal na constituição do crédito tributário e fiscal.

Parágrafo único. Para os efeitos da alínea 'c' do inciso II deste artigo, considera-se valor ínfimo o crédito tributário, inscrito ou não em dívida ativa, cujo somatório nos últimos 05 (cinco) anos não alcançar o valor de 24 UFEMG, incluindo-se juros, multa e correção monetária, promovendo-se o cancelamento apenas dos débitos prescritos nos termos desta Lei.

Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado a receber bens imóveis para a extinção de créditos tributários, inscritos ou não em dívida ativa.

§ 1º A repartição competente instaurará processo tributário administrativo, ao qual serão juntados oportunamente:

I - requerimento do contribuinte ou responsável pleiteando a extinção de crédito tributário pelo instituto da dação em pagamento, contendo pedido de apuração total da dívida, de avaliação dos bens imóveis oferecidos em pagamento, especificando:

- a) o registro do imóvel ofertado;
- b) as medidas e respectivas confrontações de cada imóvel, mediante apresentação de planta e memorial descritivo, assinados por profissional legalmente habilitado;

II - certidão negativa de ônus expedida pelo registro de imóveis da comarca, em relação a cada bem dado em pagamento;

III - levantamento de todos os créditos tributários apurados até a data da instalação do processo;

IV - comprovação de pagamento das custas processuais, honorários e demais encargos decorrentes das ações de execução fiscal, se houver;

V - comprovação de pagamento das despesas de escritura e registro;

VI - outros documentos necessários.

§ 2º A autoridade competente designará Comissão Especial com a finalidade de avaliar os bens imóveis dados em pagamento.

§ 3º A Comissão designada na forma do parágrafo anterior deverá proceder à avaliação de cada bem imóvel e lavrar o respectivo laudo de avaliação, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data de publicação do ato de designação, admitida uma prorrogação por igual período, desde que devidamente comprovada e fundamentada a necessidade da dilação temporal.

§ 4º Emitido o laudo, será dada ciência ao contribuinte ou responsável para se manifestar.

§ 5º O contribuinte ou responsável poderá:

I - aceitar o valor constante da avaliação, ocasião em que será autorizada a dação em pagamento e providenciada a transferência do domínio e propriedade de cada bem ao Município de Confins, mediante instrumento público, na forma da lei, respondendo o contribuinte ou responsável pelas despesas de escritura e registro;

II - não aceitar o valor constante da avaliação, situação em que será arquivado o respectivo processo e promovida a cobrança do tributo devido, na forma da lei.

§ 6º Havendo eventual saldo entre o valor da avaliação dos bens dados em pagamento e o valor atualizado da dívida:

I - se o valor da avaliação for superior ao da dívida, o contribuinte ou responsável poderá utilizá-la para a quitação de qualquer tributo municipal até o término do valor total avaliado;

II - se o valor da avaliação for inferior ao da dívida, o contribuinte ou responsável deverá complementá-lo de uma única vez, em espécie, ocasião em que será emitida guia apropriada.

Seção VI

Restituição do Pagamento Indevido

Art. 15. Compete ao Secretário Municipal de Fazenda decidir sobre os pedidos de restituição.

Parágrafo único. A decisão favorável ao contribuinte igual ou superior a 40 UFEMG, vigente na data da decisão, será obrigatoriamente submetida à apreciação do Chefe do Poder Executivo Municipal, antes da restituição do crédito tributário.

Seção VII

Parcelamento do Débito Tributário

Art. 16. Os créditos tributários vencidos, inscritos ou não em dívida ativa, poderão ser parcelados em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, desde que cada uma nunca seja inferior a 100 (cem) UFEMG's, com incidência, em cada parcela, de juros e atualização monetária nos termos estabelecidos nesta Lei.

§ 1º O pedido de parcelamento incluirá a obrigação principal do crédito tributário, sendo passível de

parcelamento todo e qualquer tributo.

§ 2º A regra contida no caput do artigo que estabelece patamar mínimo de parcela poderá ser reduzida em até 20 (vinte) UFEMG`s para o parcelamento de IPTU.

§ 3º O pedido de parcelamento será acompanhado de termo de confissão de débito, implicando em confissão irretratável do débito e na expressa renúncia ou desistência de qualquer recurso ou ação, nas áreas administrativa ou judicial.

§ 4º O crédito tributário decorrente da denúncia espontânea de tributo, cuja forma de lançamento é por homologação, se não cumprido integralmente o parcelamento, será inscrito em dívida ativa, independentemente de qualquer ato homologatório.

§ 5º O pagamento indevido ou atraso no pagamento de três ou mais parcelas, consecutivas ou não, pelo contribuinte, implica a rescisão do parcelamento, independentemente de intimação administrativa sobre a exclusão, sendo suficiente a publicação em meio eletrônico.

§ 6º Para o deferimento do pedido de reparcelamento de dívida, o contribuinte deverá pagar à vista 20% (vinte por cento) do montante devido, sendo aplicáveis as demais previsões do caput, para que seja deferido novo parcelamento, decorrente do somatório de todos os débitos fiscais do contribuinte que sejam imediatamente exigíveis.

§ 7º Somente será admitido um único reparcelamento referente a um mesmo débito.

CAPÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Seção I Do Cadastro Fiscal

Art. 17. Caberá ao Fisco organizar e manter completo e atualizado o cadastro fiscal do Município, que compreenderá:

I - Cadastro fiscal imobiliário;

II - Cadastro mobiliário;

III - Cadastro de anúncios.

§ 1º O cadastro imobiliário conterá todas as informações de interesse do fisco relativas aos imóveis situados no Município.

§ 2º O cadastro mobiliário conterá todas as informações de interesse do fisco relativas aos contribuintes do Município.

§ 3º O cadastro de anúncios conterá todas as informações de interesse do fisco relativas aos anunciantes, anúncios e seus beneficiários no Município.

Art. 18. Serão obrigatoriamente inscritos no Cadastro Imobiliário os imóveis situados em zona urbana do município e os que venham a surgir por desmembramento ou remembramento dos atuais, ainda que sejam beneficiados por isenções ou imunidades.

Parágrafo único. A inscrição dos imóveis no Cadastro Imobiliário deverá ser promovida:

I - pelo proprietário ou seu representante legal;

II - por qualquer dos condôminos, em se tratando de condomínio indiviso;

III - através de cada um dos condôminos, em se tratando de condomínio diviso;

IV - pelo compromissário vendedor ou comprador, no caso de compromisso de compra e venda;

V - pelo inventariante, síndico ou liquidante, quando se tratar de imóveis pertencentes a espólio, pessoa falida ou sociedade em liquidação ou sucessão;

VI - pelo possuidor a legítimo título;

VII - de ofício.

Art. 19. A pessoa física ou jurídica cuja atividade esteja sujeita à incidência do ISSQN, inclusive na condição de responsável, ainda que imune ou isenta, é obrigada a inscrever cada um dos seus estabelecimentos autônomos no Cadastro Mobiliário de Contribuinte, antes do início de suas atividades.

§ 1º Será também obrigado a inscrever-se no Cadastro Mobiliário aquele que, mesmo não possuindo estabelecimento fixo, exerça no Município atividades sujeitas ao imposto.

§ 2º Para inscrição no Cadastro Mobiliário de Contribuintes, o interessado deverá apresentar requerimento acompanhado de cópia dos seguintes documentos:

I - inscrição de empresas:

- a) contrato social, ou alteração contratual devidamente registrada no órgão competente;
- b) inscrição no cadastro nacional de pessoas jurídicas;
- c) contrato de locação ou registro de imóvel, se proprietário do imóvel onde se localiza a sede da empresa;
- d) registro geral de identificação dos sócios;
- e) inscrição dos sócios no cadastro de pessoas físicas.

II - inscrição para profissionais liberais:

- a) carteira de habilitação profissional, emitida pelo conselho regional de classe;
- b) contrato de locação ou registro de imóvel, se proprietário do imóvel onde se localiza o estabelecimento;
- c) inscrição no cadastro de pessoas físicas.

III - inscrição para autônomos:

- a) registro geral de identificação;
- b) inscrição no cadastro de pessoas físicas;
- c) comprovante de endereço.

IV - inscrição de microempreendedor individual - MEI:

- a) inscrição no cadastro nacional de pessoas jurídicas;
- b) certificado junto ao cadastro de microempreendedores individuais;
- c) registro geral de identificação;
- d) inscrição no cadastro de pessoas físicas;
- e) comprovante de endereço do responsável.

Art. 20. Para fins de cadastro, fica adotada a classificação nacional de atividades econômicas - CNAE, para efeito de identificação das atividades exercidas pelas empresas e entidades estabelecidas no Município.

Parágrafo único. As atividades sujeitas à tributação pelo ISSQN serão identificadas pela correlação da CNAE com o subitem da lista de serviços tributáveis pelo imposto sobre serviços.

Art. 21. Os contribuintes da Taxa de Licença para Veiculação de Publicidade - TLVP - são obrigados a se inscrever no cadastro de anúncios de Confins - CADAN, em condições, formas e prazos estabelecidos em regulamento.

Art. 22. Todas as pessoas sujeitas à incidência de tributos municipais, assim como aquelas imunes, são

obrigadas a proceder à inscrição, alteração ou baixa de seus imóveis, suas atividades e seus anúncios no respectivo cadastro fiscal, na forma e prazos regulamentares.

§ 1º A inscrição, alteração ou baixa poderão ser procedidas de ofício pela autoridade competente, sempre que julgar necessário à agilização da administração tributária.

§ 2º As alterações dos dados cadastrais devem ser comunicadas à repartição competente, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da ocorrência.

§ 3º As empresas que comunicarem alterações de seus dados cadastrais devem apresentar o requerimento acompanhado da seguinte documentação:

I - cópia da alteração contratual devidamente registrada no órgão competente;

II - contrato de locação ou registro de imóvel, se proprietário, quando se tratar de mudança de endereço de sua sede.

§ 4º As empresas que solicitarem a baixa do Cadastro Mobiliário devem apresentar o requerimento acompanhado dos seguintes documentos:

I - cartão de inscrição municipal;

II - cópia do distrato social, devidamente registrado no órgão competente;

III - baixa no cadastro nacional de pessoas jurídicas;

IV - todos os blocos de notas fiscais de prestação de serviços e os livros de registro de prestação de serviços, quando se tratar de empresa prestadora de serviços;

V - requerimento de certidão negativa de débito para com a Fazenda Pública Municipal.

Art. 23. O cartão de inscrição municipal será recolhido quando:

I - ocorrer a entrega de novo cartão, no caso de renovação de inscrição ou de alteração que implique sua emissão;

II - for solicitada a baixa;

III - houver o cancelamento ou a suspensão de inscrição, determinado de ofício.

Art. 24. A inscrição será cancelada:

I - em decorrência de pedido de baixa por encerramento de atividades, quando, feitas as verificações, ficar constatada a regularidade fiscal do contribuinte;

II - de ofício, por ato do Secretário Municipal de Fazenda que concedeu a inscrição, nas seguintes hipóteses:

a) houver sentença declaratória de falência transitada em julgado, ressalvada a hipótese de continuação do negócio deferida pelo Poder Judiciário;

b) ficar constatado o desaparecimento do contribuinte;

c) ficar comprovado, por meio de diligência fiscal, que o contribuinte não exerce atividade no endereço ou no local indicado;

d) for cancelada a inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica;

e) ficar comprovada a falsidade dos elementos indicados para sua obtenção;

f) for utilizada com dolo ou fraude;

g) ficar comprovada a emissão de documento fiscal para acobertamento de operação ou prestação não autorizada pelo órgão regulamentador da atividade do contribuinte.

§ 1º Para efeito do disposto na alínea 'a' do inciso II do caput deste artigo, a Procuradoria Municipal informará às respectivas repartições fazendárias sobre as sentenças de falência de contribuintes

com trânsito em julgado.

§ 2º Verificada a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no inciso II do caput deste artigo, observado o disposto no parágrafo anterior, o Secretário Municipal de Fazenda determinará o cancelamento da inscrição, mediante publicação do ato em órgão oficial.

§ 3º O cancelamento da inscrição, ainda que de ofício, não exonera o contribuinte do pagamento de débito para com a Fazenda Pública Municipal.

Seção II Da Fiscalização

Art. 25. Todas as funções referentes ao cadastramento, lançamento, arrecadação e fiscalização dos tributos municipais, aplicação de sanções por infrações à legislação tributária, bem como as medidas de prevenção ou repreensão às fraudes contra os interesses da Fazenda Pública, serão exercidas pela Secretaria Municipal de Fazenda, segundo suas atribuições, em conformidade com a legislação aplicável.

Art. 26. A autoridade administrativa terá amplo poder de fiscalização, podendo:

I - exigir do sujeito passivo a exibição de livros comerciais e fiscais e documentos em geral, bem como solicitar seu comparecimento à repartição competente para prestar informações e declarações;

II - apreender livros e documentos fiscais nas condições e formas definidas nesta Lei;

III - fazer inspeções, vistorias, levantamentos, onde se exerçam atividades passíveis de tributação.

Art. 27. A autoridade administrativa que proceder a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento, fixando o prazo máximo para a sua conclusão.

Art. 28. Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham, com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

I - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;

II - os bancos, caixas econômicas e demais instituições financeiras;

III - as empresas de administração de bens;

IV - os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;

V - os inventariantes;

VI - os síndicos, comissários e liquidatários;

VII - os contadores e técnicos em contabilidade;

VIII - quaisquer entidades ou pessoas em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Parágrafo único. A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais os informantes estejam legalmente obrigados a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Art. 29. Os escrivães, tabeliães, oficiais de notas, de registro de imóveis e de registro de títulos e documentos ficam obrigados a facilitar à fiscalização da Fazenda Municipal o exame, em cartório, dos livros, registros e outros documentos e a lhe fornecer, quando solicitadas, certidões de atos que foram lavrados, transcritos, averbados ou inscritos, em razão de seu ofício.

Art. 30. É vedada a divulgação, para qualquer fim, por parte da Fazenda Pública ou de seus funcionários,

de qualquer informação, obtida em razão do ofício, sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado dos seus negócios ou atividades.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto neste artigo a permuta de informações entre os órgãos de fiscalização dos entes federados, as informações de interesse da Justiça e aqueles inerentes ao pleno exercício da Administração Tributária.

Art. 31. As autoridades administrativas, e em especial os fiscais tributários, poderão requisitar o auxílio da força pública quando a vítima do embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando necessário à efetivação de medida prevista na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

Art. 32. Aqueles que reiteradamente infringirem a legislação tributária municipal poderão ser submetidos a regime especial de fiscalização, na forma regulamentar.

Seção III

Infrações

Art. 33. Constitui infração qualquer ação ou omissão, voluntária ou não, que importe a inobservância, por parte do sujeito passivo ou de terceiros, das normas estabelecidas pela legislação tributária do Município.

Art. 34. Constitui omissão de receita:

I - suprimir ou reduzir tributo mediante qualquer das condutas definidas em lei como crime contra a ordem tributária;

II - qualquer entrada de numerário, de origem não comprovada por documento hábil;

III - a escrituração de suprimentos sem documentação hábil, idônea ou coincidente, em datas e valores, com as importâncias entregues pelo supridor, ou sem comprovação de disponibilidade financeira deste;

IV - a ocorrência de saldo credor nas contas do ativo circulante ou realizável;

V - a efetivação de pagamento sem a correspondente disponibilidade financeira;

VI - qualquer irregularidade verificada em máquinas registradoras, relógios, hardwares, softwares, ou similares, utilizados pelo contribuinte em regime especial, que importe em supressão ou redução de tributos, ressalvados os casos de defeitos devidamente comprovados por oficinas ou profissionais habilitados, na forma regulamentar.

Art. 35. Constitui apropriação indevida o não-recolhimento, na forma e prazos regulamentares, do imposto sobre serviços de qualquer natureza retido na fonte.

Seção IV

Penalidades e Atualização Monetária

Art. 36. Os infratores sujeitar-se-ão às seguintes penalidades:

I - Multas, nos termos desta Lei;

II - Proibição de transacionar com os órgãos integrantes da administração direta e indireta do Município.

Parágrafo único. A autoridade responsável pelo planejamento e execução de operações fiscais poderá, em caráter geral, através de ato normativo, dispensar a aplicação de penalidades por descumprimento de obrigação acessória, em razão do objetivo pedagógico da operação.

Art. 37. A imposição de penalidades:

I - Não exclui:

- a) a obrigação do pagamento integral do tributo, com incidência de multa moratória;
- b) a fluência de juros de mora;
- c) a correção monetária do débito.

II - Não exime o infrator:

- a) do cumprimento de obrigação tributária acessória;
- b) de outras sanções civis, administrativas ou penais que couberem.

Art. 38. o sujeito passivo inadimplente com a Fazenda Pública Municipal não poderá receber créditos ou restituição, salvo se por compensação.

Parágrafo único. Os pedidos de aprovação de planta, habite-se e placas de numeração somente serão deferidos se o contribuinte estiver em dia com os tributos relativos ao imóvel.

Art. 39. As multas serão calculadas em UFEMG, tomando-se como base:

- I - o valor da multa vigente na data da autuação;
- II - o preço do serviço atualizado monetariamente;
- III - o valor do tributo atualizado monetariamente.

Art. 40. As multas serão cumulativas quando resultarem, concomitantemente, do não cumprimento de obrigação tributária principal e acessória.

§ 1º Apurando-se, na mesma ação fiscal, o descumprimento de mais de uma obrigação tributária acessória pela mesma pessoa, em razão de um conjunto de fatos conexos, impor-se-á penalidade somente à infração que corresponder à multa de maior valor.

§ 2º O descumprimento de obrigação acessória, como deixar de transmitir a DTE, previsto nesta Lei, na forma e no prazo previsto na legislação tributária municipal, caberá multa de:

- a) 150 (cento e cinquenta) UFEMG`s por declaração não transmitida, para cada filial, agencia, posto de atendimento, sucursal, unidade administrativa, escritório de representação ou contato situado no Município;
- b) 15 (quinze) UFEMG`s por informação incorreta, indevida ou incompleta transmitida, para cada filial, agencia, posto de atendimento, sucursal, unidade administrativa, escritório de representação ou contato limitada a 300 (trezentos) UFEMG`s por declaração de cada um dos referidos estabelecimentos da pessoa jurídica situado no Município;
- c) 20 (vinte) UFEMG`s por informação omitida para cada filial, agencia, posto de atendimento, sucursal, unidade administrativa, escritório de representação ou contato, limitada a 400 (quatrocentos) UFEMG`s por declaração de cada um dos referidos estabelecimentos da pessoa jurídica situado no Município.

Art. 41. As multas aplicadas com base no artigo anterior serão as constantes do Anexo II desta Lei.

Art. 42. Não havendo legislação específica, as multas por infrações aos dispositivos do Código de Obras e Código de Posturas Municipais e aquelas para as quais não haja penalidade específica serão punidas com multa de 01 (um) UFEMG até 200 (duzentos) UFEMG`s, nos termos do regulamento.

Art. 43. O cancelamento do parcelamento em razão do descumprimento de suas condições implicará a perda do benefício de redução de multas, previsto nesta Lei.

Art. 44. Todo tributo não quitado até o seu vencimento fica sujeito à incidência de:

- I - multa moratória sobre o valor atualizado do tributo, nos termos do item 3 do Anexo II desta Lei;
- II - juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, sobre o valor atualizado do tributo,

contado da data de vencimento da obrigação;

III - atualização monetária, utilizando-se o IGP-M ou outro indicador estabelecido em sua substituição.

Art. 45. Os créditos tributários e fiscais decorrentes de penalidade aplicada pelo descumprimento da legislação municipal ficam sujeitos à incidência de:

I - juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, sobre o valor atualizado do tributo, contado da data de vencimento da obrigação;

II - atualização monetária, utilizando-se o IGP-M ou outro indicador estabelecido em sua substituição.

Seção V

Incentivo e Política Pública Tributária

Art. 46. O Poder Executivo deverá envidar esforços para instaurar política pública tributária para o incentivo ao pagamento de tributos, inclusive mediante concessão de descontos para pagamentos à vista ou mesmo na utilização de créditos advindos de serviços tomados no Município.

§ 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, mediante lei específica, política pública tributária para o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, com desconto de até 5% (cinco por cento) quando do pagamento à vista, em parcela única, até a data de vencimento.

§ 2º Deverá o Poder Público instituir e divulgar junto aos alunos do ensino básico e médio a importância do pagamento dos tributos, com o propósito de fomentar a boa prática no Município e incentivar a formalização das atividades.

§ 3º Poderá o Poder Executivo instituir política pública tributária para incentivar a arrecadação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, podendo utilizar até 30% (trinta por cento) do tributo incidente sobre serviços discriminados em regulamento e acobertados por nota fiscal eletrônica.

§ 4º O abatimento mencionado no parágrafo anterior poderá ser utilizado apenas pelas pessoas físicas, tomadoras dos respectivos serviços, como crédito para abatimento de até 30% (trinta por cento) do IPTU, nos termos que dispuser o regulamento.

§ 5º Não fazem jus ao crédito de que trata este artigo:

I - pessoas jurídicas e equiparadas de qualquer natureza;

II - pessoas físicas domiciliadas fora do Município.

§ 6º Fica o Poder Executivo autorizado a estabelecer, mediante lei específica, as condições de concessão e os valores dos créditos gerados do ISSQN e do abatimento do IPTU a ser concedido, considerando os limites máximos dos percentuais mencionados no caput deste artigo.

Seção VI

Da Dívida Ativa

Art. 47. Constitui Dívida Ativa da Fazenda Pública do Município os créditos tributários provenientes dos tributos e multas de quaisquer natureza, previstos neste Código, e os créditos de natureza não tributária, cuja arrecadação ou regulamentação se processe pelos órgãos e administração do Município, desde que regularmente inscritos na repartição competente, depois de esgotados os prazos estabelecidos para pagamento ou decisão final proferida em processo regular. [\(Regulamentado pelo Decreto nº 1299/2022\)](#)

§ 1º Qualquer valor cuja cobrança seja atribuída ao Município e suas autarquias será considerada como dívida ativa da Fazenda Pública do Município.

§ 2º A Dívida Ativa da Fazenda Pública do Município abrange a atualização monetária, juros e multa de

mora e demais encargos previstos na legislação ou contrato.

§ 3º A inscrição, que se constitui no ato de controle administrativo da legalidade, será feita pelo órgão competente para apurar a liquidez e certeza do crédito e suspenderá a prescrição, para todos os efeitos de direito, por 180 (cento e oitenta) dias ou até a distribuição da execução fiscal, se esta ocorrer antes de findo aquele prazo.

§ 4º O termo de inscrição de dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, conterá obrigatoriamente:

I - o nome do devedor e, sendo o caso, o dos corresponsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros;

II - o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos na legislação ou contrato;

III - a origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida;

IV - a indicação, se for o caso, de estar a dívida sujeita a atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para o cálculo;

V - a data e o número da inscrição no registro de dívida ativa;

VI - sendo o caso, o número do processo administrativo ou do documento específico que originar a dívida.

§ 5º A certidão de dívida ativa conterá, além dos elementos do termo de inscrição, a indicação do livro e da folha e será autenticada pela autoridade competente.

§ 6º O termo de inscrição e a certidão de dívida ativa poderão ser preparados e numerados por processo manual, mecânico ou eletrônico.

Art. 48. A dívida ativa regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem efeito de prova pré-constituída.

§ 1º A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

§ 2º A fluência de juros de mora não exclui, para os efeitos deste artigo, a liquidez do crédito.

Seção VII

Das Certidões Negativas

Art. 49. A prova de quitação de débito de origem tributária será feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado que contenha todas as informações exigidas pelo Fisco.

§ 1º A expedição da certidão negativa não impede a cobrança de débito anterior, posteriormente apurado.

§ 2º Tem os mesmos efeitos previstos no caput deste artigo a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetiva a penhora ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

§ 3º A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o pedido.

§ 4º A certidão negativa será sempre expedida nos termos em que tenha sido requerida e será fornecida dentro de até 15 (quinze) dias, a contar da data de protocolo de seu requerimento no Protocolo Geral da

Prefeitura, com prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 5º A certidão negativa também será disponibilizada por meio eletrônico, via internet, com expedição imediata e sem cobrança de taxas.

Art. 50. A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Municipal, responsabiliza pessoalmente o servidor que a expedir pelo crédito tributário e pelos demais acréscimos legais.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não exclui a responsabilidade civil, criminal e funcional que couber e é extensivo a quantos colaborarem, por ação ou omissão, no cometimento do erro contra a Fazenda Municipal.

Art. 51. Os escrivães, tabeliães e demais serventuários de ofício não poderão lavrar, inscrever, transcrever ou averbar quaisquer atos ou contratos relativos a imóveis sem a apresentação de prova de quitação dos tributos incidentes sobre os mesmos, através de certidão negativa e/ou declaração de isenção ou imunidade, que serão mencionadas nos respectivos atos ou contratos.

TÍTULO III DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I Dos Tributos

Art. 52. O Sistema Tributário do Município compõem-se de:

I - Impostos:

- a) sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU;
- b) sobre a transmissão de bens imóveis por ato oneroso "inter-vivos" - ITBI;
- c) sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN.

II - Taxas:

- a) de coleta de resíduos sólidos urbanos;
- b) de expediente;
- c) de fiscalização sanitária;
- d) de licença para localização e funcionamento;
- e) de licença para veiculação de publicidade;
- f) de licença para execução de obras e empreendimentos particulares;
- g) de licenciamento ambiental;
- h) de licença para funcionamento em horário especial;
- i) de licença para o exercício de comércio ambulante;
- j) de licença para ocupação de áreas ou espaços e vias e logradouros públicos;
- k) de serviços diversos:

- 1) depósito e liberação de bens apreendidos;
- 2) abate de animais;
- 3) cemitérios;
- 4) recolhimento de entulho e resíduos de poda de árvores e jardins;
- l) de fiscalização ambiental;
- m) de fiscalização de veículo de transporte urbano coletivo e individual;
- n) de turismo;
- o) de embarque;

III - Contribuição de iluminação pública;

IV - Contribuição de melhoria.

Seção II
Da Competência Tributária

Art. 53. O Município de Confins, ressalvadas as limitações de competência tributária constitucional e as contidas em sua Lei Orgânica, tem competência legislativa plena quanto à incidência, lançamento, arrecadação e fiscalização dos tributos municipais.

Seção III
Das Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar

Art. 54. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao Município:

I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III - cobrar tributos:

- a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;
- b) no mesmo exercício financeiro em que haj sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;
- c) antes de decorridos 90 (noventa) dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea anterior.

IV - utilizar tributo com efeito de confisco;

V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens por meio de tributos, ressalvada a cobrança de pedágio por vias conservadas pelo Município;

VI - instituir impostos sobre:

- a) patrimônio ou serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal e de outros Municípios;
- b) templos de qualquer culto;
- c) patrimônio ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;
- d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.

§ 1º O disposto no inciso VI não exclui a atribuição, por lei, às entidades nele referidas da condição de responsáveis pelos tributos que lhes caiba reter na fonte, e não dispensa da prática de atos, previstos em lei, assecuratórios do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

§ 2º A vedação do inciso VI, 'a', é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio e aos serviços vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§ 3º As vedações do inciso VI, 'a', e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§ 4º As vedações expressas no inciso VI, 'b' e 'c' compreendem somente o patrimônio e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§ 5º A vedação do inciso III, 'c', não se aplica à fixação da base de cálculo do IPTU.

CAPÍTULO II

DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

Seção I

Do Fato Gerador e do Contribuinte

Art. 55. Constitui fato gerador do imposto sobre os serviços de qualquer natureza a prestação, por pessoa física ou jurídica, com ou sem estabelecimento fixo, de serviços constantes da Lista de Serviços da Tabela I do Anexo I desta Lei, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

§ 1º O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§ 2º O imposto de que trata esta Lei incide sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§ 3º A incidência do imposto não depende:

- a) da denominação dada ao serviço prestado ou da conta utilizada para registro da receita, mas somente de sua identificação com os serviços prestados na lista de serviço;
- b) de ser o prestador inscrito nos cadastros municipais de contribuinte;
- c) de ser o prestador legalmente constituído segundo as normas do direito civil e obrigacional;
- d) do efetivo recebimento, pelo prestador, do valor referente ao serviço prestado;
- e) da existência de estabelecimento fixo no âmbito do município.

Art. 56. O contribuinte do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN é o prestador do serviço, assim entendido a pessoa física ou jurídica, com ou sem estabelecimento fixo no Município, que exerça, habitual ou temporariamente, individualmente ou em sociedade, as atividades discriminadas na lista de serviços constantes da Tabela I do Anexo I desta Lei.

§ 1º Considera-se profissional autônomo a pessoa física que, sem vínculo empregatício, presta serviços valendo-se de seu próprio esforço ou do auxílio de, no máximo, 02 (duas) pessoas físicas, empregados ou não, que não possuam habilitação profissional idêntica ou semelhante à sua, ainda que de nível médio.

§ 2º Consideram-se empresas, para fins previstos nesta lei, as pessoas jurídicas, a firma individual e a sociedade de fato, bem como as cooperativas, as instituições ou entidades que exercerem atividades constantes do Anexo I desta Lei.

§ 3º O contribuinte que exercer mais de uma das atividades relacionadas no Anexo I desta Lei ficará sujeito à incidência sobre todas elas, inclusive quando se tratar de profissional autônomo.

§ 4º Respondem pessoal e solidariamente pelo pagamento do tributo previsto nesta lei os integrantes de pessoa jurídica irregularmente constituídas ou que não estejam inscritas no Município enquanto contribuintes.

Seção II

Incidência e Não-incidência

Art. 57. A incidência do Imposto independe:

I - de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas ao exercício de atividade, sem prejuízo das cominações cabíveis;

II - do resultado financeiro obtido no exercício da atividade.

Art. 58. O imposto não incide sobre:

I - as exportações de serviços para o exterior do País;

II - a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

III - o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

Parágrafo único. Não se enquadram no disposto no inciso I deste artigo os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

Art. 59. Para efeito de incidência de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza equipara-se a empresa:

I - o profissional autônomo que, no exercício de sua atividade, valer-se do auxílio, quer sejam empregados ou não, de mais de três pessoas físicas, com qualquer habilitação profissional, ou de 01 (um) ou mais profissionais com habilitação idêntica ou semelhante à sua, ainda que de nível médio;

II - os profissionais autônomos, ainda que de formação distinta, que se agruparem para prestação de serviços em um único estabelecimento.

Parágrafo único. Não se equipara à empresa a reunião de profissionais em um único estabelecimento apenas para fins de rateio de despesas, desde que não haja constituição de receita comum.

Art. 60. Cada estabelecimento do mesmo contribuinte é considerado autônomo para o efeito exclusivo de manutenção de livros e documentos fiscais e para recolhimento do imposto relativo aos serviços nele prestados, respondendo a empresa pelos débitos, acréscimos e multas referentes a qualquer deles.

Art. 61. O tomador do serviço, quando for pessoa jurídica, fica responsável pela retenção do crédito tributário na fonte, em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais.

§ 1º Os responsáveis a que se refere este artigo estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no caput e no § 1º deste artigo, são responsáveis:

I - o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País;

II - a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05e 17.10 do Anexo I desta Lei.

§ 3º No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

§ 4º No caso de serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registradas no local do domicílio do tomador do serviço, isto é, no Município de Confins no caso de estabelecimentos tomadores de serviço sediados nesta cidade.

Art. 62. Consideram-se empresas distintas, para efeitos de cobrança de imposto:

I - as que, embora pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas, funcionem no mesmo local, com idêntico ramo de atividade;

II - as que, embora pertençam à mesma pessoa física ou jurídica funcionem em locais diversos.

Parágrafo único. Não são considerados locais diversos, dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, nem as várias salas ou pavimento de um mesmo local.

Seção III

Da Base de Cálculo e da Alíquota

Art. 63. A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

§ 1º Considera-se preço do serviço o valor total recebido ou devido em consequência da prestação de serviço, vedadas quaisquer deduções.

§ 2º Incorporam-se à base de cálculo do imposto:

I - os valores acrescidos e os encargos de qualquer natureza;

II - os descontos e abatimentos concedidos sob condição.

§ 3º As empresas pagarão ISSQN com base na receita bruta e de conformidade com as alíquotas da tabela.

§ 4º Quando os serviços a que se referem os itens 4.01, 4.02, 4.06, 4.08, 4.11, 4.12, 4.13, 4.14, 4.16, 5.01, 7.01, 17.13, 17.15, 17.18 e 17.19 da lista de serviços constante da Tabela I do Anexo I desta Lei forem prestados por sociedades constituídas por profissionais de mesma habilitação, estas ficarão sujeitas ao imposto na forma do art. 60 desta Lei, calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos desta Lei.

§ 5º Quando os serviços descritos pelo subitem 3.03 da lista de serviços da Tabela I do Anexo I desta Lei forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes existentes em cada Município.

§ 6º Em se tratando dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da Tabela I do Anexo I desta Lei, a base de cálculo do ISSQN é o preço do serviço, constante da nota fiscal, podendo ser deduzido de 40% (quarenta por cento) do seu valor, como forma de exclusão dos materiais fornecidos pelo prestador e que integrem permanentemente a obra.

§ 7º No caso de os serviços mencionados serem prestados exclusivamente com o fornecimento de mão de obra, não será permitida a dedução de que trata o parágrafo anterior.

§ 8º Quando se tratar de contraprestações, sem prévio ajuste do preço, ou quando o pagamento do serviço for efetuado mediante o fornecimento de mercadorias, a base de cálculo do ISSQN será o preço do serviço corrente na praça.

§ 9º Os sinais e adiantamentos recebidos pela prestação de serviço integram a base de cálculo do mês de seu recebimento.

§ 10 Quando a prestação do serviço for subdividida em partes, considera-se devido o ISSQN no mês em que for concluída cada etapa contratual a que estiver vinculada a exigibilidade do preço do serviço.

§ 11 As diferenças resultantes do reajustamento do preço dos serviços integrarão a base de cálculo do ISSQN no mês em que sua fixação se tornar definitiva.

§ 12 Considera-se preço do serviço, para efeito de cálculo do ISSQN, na execução de obra de construção civil por administração, apenas o valor da comissão cobrada a título de taxa de administração.

§ 13 No caso de declaração de preços notoriamente inferiores aos vigentes no mercado local, o Fisco arbitrar a importância a ser paga, sem prejuízo da cominação das penalidades legais cabíveis.

§ 14 O disposto no parágrafo anterior aplica-se, também, aos casos de inexistência de declaração nos documentos fiscais.

§ 15 Para os casos em que a apuração do valor da prestação do serviço seja difícil ou onerosa e, ainda, quando o contribuinte não preste a declaração regulamentar, a Fazenda Municipal disporá, conforme regulamento, sob a solução a ser adotada em caráter precário até que o contribuinte esteja aparelhado para atender às exigências legais.

Art. 64. Quando a prestação de serviço ocorrer sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte - profissional autônomo, constante da lista de serviços da Tabela I do Anexo I desta Lei, o ISSQN será exigido mensalmente na forma e prazo regulamentares, à razão de:

I - profissionais liberais de nível superior: 3% (três por cento) sobre o valor da nota de serviço;

II - demais profissionais: 3% sobre o valor da nota de serviço.

§ 1º Entende-se por profissional autônomo a pessoa física que, sem vínculo empregatício, prestar serviços valendo-se de seu próprio esforço, relacionado a atividade profissional, regulamentada ou não por lei, por conta própria e com assunção de seus riscos.

§ 2º Não se aplica aos delegatários de serviços notariais, registrais e cartorários a forma de cobrança prevista no caput deste artigo, sendo que tais serviços serão tributados com a incidência da alíquota prevista na Tabela I do Anexo I desta Lei, sobre o valor dos emolumentos recebidos.

§ 3º No primeiro ano de inscrição do profissional autônomo, o pagamento será proporcional aos meses da prestação.

Art. 65. A alíquota do ISSQN é a constante da Tabela I do Anexo I que integra esta Lei.

Parágrafo único. Os serviços sujeitos a diferentes alíquotas deverão estar devidamente discriminados nos documentos e escrita fiscal, sob pena do imposto ser calculado da forma mais onerosa, mediante a aplicação, para os diversos serviços, da alíquota mais elevada.

Art. 66. O contribuinte que exercer mais de uma atividade descrita no Anexo I desta Lei ficará sujeito à incidência sobre todas elas, inclusive quando se tratar de profissional autônomo.

Seção IV Do Arbitramento

Art. 67. A base de cálculo do imposto será arbitrada pela autoridade fiscal competente, quando:

I - não puder ser conhecido o valor efetivo do preço do serviço;

II - os registros fiscais ou contábeis, bem como as declarações ou documentos fiscais exibidos pelo sujeito passivo forem insuficientes ou não merecerem fé;

III - o sujeito passivo, depois de intimado, recusar-se a exhibir à fiscalização os elementos necessários à comprovação do valor efetivo dos serviços prestados;

IV - for constatada a existência de fraude ou sonegação, pelo exame dos livros ou documentos, fiscais ou comerciais, exibidos pelo sujeito passivo, ou, ainda, por qualquer outro meio direto ou indireto de verificação;

V - quando o contribuinte não estiver inscrito no Cadastro Mobiliário, ou não possuir os livros, documentos, talonários de notas fiscais e formulários exigidos pela fiscalização;

VI - quando o resultado obtido pelo contribuinte for economicamente inexpressivo, quando o preço for de difícil apuração, ou a prestação do serviço tenha caráter transitório e instável;

VII - o preço seja notoriamente inferior ao corrente no mercado.

Art. 68. Nas hipóteses do artigo anterior, o arbitramento será procedido por um agente fiscal designado especialmente para cada caso pelo Secretário Municipal de Fazenda, levando-se em conta, entre outros, os seguintes elementos:

I - os recolhimentos feitos em períodos idênticos pelo contribuinte que exerçam a mesma atividade em condições semelhantes;

II - os preços correntes dos serviços no mercado, em vigor na época da apuração;

III - as condições próprias do contribuinte, bem como os elementos que possam evidenciar sua situação econômico-financeira, tais como:

- a) valor das matérias-primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados no período;
- b) folha de salários pagos, honorários de diretores, retiradas de sócios ou gerentes;
- c) aluguel do imóvel e das máquinas e equipamentos utilizados, ou quando próprios, o valor dos mesmos;
- d) despesas com fornecimento de água, luz, força, telefone e demais encargos obrigatórios do contribuinte;
- e) quaisquer outros dispêndios que possam influir no arbitramento.

IV - os lançamentos dos estabelecimentos similares;

V - a natureza do serviço prestado.

Art. 69. Quando a prestação de serviços se der sob a forma de trabalho pessoal, o crédito tributário será lançado em valores fixos, não se tomando por base de cálculo o preço do serviço.

§ 1º Considera-se prestação de serviço a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte o simples fornecimento de trabalho por profissional autônomo, que não tenha, a seu serviço, empregado da mesma qualificação profissional.

§ 2º O lançamento do imposto, nos casos especificados neste artigo, será anual e poderá ser efetuado de ofício, com base nos elementos constantes do Cadastro Mobiliário, além de outros elementos obtidos pela fiscalização.

§ 3º Os profissionais autônomos que exerçam mais de uma atividade tributável pagarão tantos impostos quanto forem as atividades exercidas.

§ 4º Os contribuintes do imposto referidos no caput deste artigo ficam obrigados a emitir e escriturar os documentos fiscais referentes ao ISSQN.

Seção V

Estimativa

Art. 70. A base de cálculo do ISSQN poderá ser fixada por estimativa, a critério da autoridade competente, quando:

I - a atividade for exercida em caráter provisório;

II - o contribuinte possui organização rudimentar;

III - a espécie, modalidade ou volume de negócios e de atividades do contribuinte aconselhem tratamento específico;

IV - o contribuinte não tiver condições de emitir documentos fiscais.

§ 1º A estimativa será fixada, de ofício, pela autoridade competente, quando reiteradamente o contribuinte incorrer em descumprimento de obrigações acessórias.

§ 2º Na fixação da base de cálculo, por estimativa, serão considerados, dentre outros, os seguintes elementos:

- I - o preço corrente do serviço na praça;
- II - o tempo de duração e a natureza específica da atividade exercida;
- III - as dimensões do estabelecimento e a frequência das prestações de serviço;
- IV - o valor das despesas gerais do contribuinte.

§ 3º O regime de estimativa será estabelecido para um período de até 24 (vinte e quatro) meses, com a base de cálculo do ISSQN fixada em reais, podendo a autoridade competente, a qualquer tempo, suspender sua aplicação ou rever os valores estimados.

Art. 71. As reclamações e recurso relacionados com o enquadramento ou fixação da estimativa não suspendem a exigibilidade do crédito tributário.

Art. 72. Poderá ser exigido, na forma disposta em Regulamento, o recolhimento antecipado ou caução do imposto devido, com a fixação do valor estimado, quando ocorrer prestação de serviços de diversões públicas quaisquer, desde que essa prestação ocorra de forma eventual, em estabelecimento próprio ou de terceiro, ainda que provisório.

Seção VI

Local da Prestação do Serviço

Art. 73. O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXVI, quando o imposto será devido no local:

I - do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

II - da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.04 da lista de serviços da Tabela I do Anexo I desta Lei;

III - da execução da obra, no caso dos serviços descritos nos subitens 7.02 e 7.17 da lista de serviços constantes da Tabela I do Anexo I desta Lei;

IV - da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista de serviços constantes da Tabela I do Anexo I desta Lei;

V - das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista de serviços constantes da Tabela I do Anexo I desta Lei;

VI - da execução de varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista de serviços constantes da Tabela I do Anexo I desta Lei;

VII - da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista de serviços constantes da Tabela I do Anexo I desta Lei;

VIII - da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista de serviços constantes da Tabela I do Anexo I desta Lei;

IX - do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista de serviços constantes da Tabela I do Anexo I desta Lei;

X - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.14 da lista de serviços constantes da Tabela I do Anexo I desta Lei;

XI - da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.15 da lista de serviços constantes da Tabela I do Anexo I desta Lei;

XII - da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista de serviços constantes da Tabela I do Anexo I desta Lei;

XIII - onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista de serviços constantes da Tabela I do Anexo I desta Lei;

XIV - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiadas, seguradas ou monitoradas, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista de serviços constantes da Tabela I do Anexo I desta Lei;

XV - do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista de serviços constantes da Tabela I do Anexo I desta Lei;

XVI - da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 12, exceto o 12.13, da lista de serviços constantes da Tabela I do Anexo I desta Lei;

XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista de serviços constantes da Tabela I do Anexo I desta Lei;

XVIII - do estabelecimento do tomador da mão de obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista de serviços constantes da Tabela I do Anexo I desta Lei;

XIX - da feira, exposição, congresso ou congêneres a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.09 da lista de serviços constantes da Tabela I do Anexo I desta Lei;

XX - do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista de serviços constantes da Tabela I do Anexo I desta Lei;

XXI - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

XXII - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiadas, seguradas ou monitoradas, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

XXIII - Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa;

XXIV - do domicílio do tomador dos serviços nos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

XXV - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01;

XXVI - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09.

§ 1º No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.03 da lista de serviços constante da Tabela I do Anexo I desta Lei, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 2º No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista de serviços constante da Tabela I

do Anexo I desta Lei, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão da rodovia explorada.

§ 3º Para efeito deste artigo, considera-se estabelecimento prestador o local edificado ou não, mesmo pertencente a terceiros, onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

§ 4º Quando a atividade tributável for exercida em estabelecimentos distintos, o ISSQN será calculado e cobrado por estabelecimento, observadas, sempre, as alíquotas estabelecidas na Tabela I do Anexo I desta Lei.

Art. 74. Cada estabelecimento do mesmo contribuinte é considerado autônomo par efeito de cumprimento da obrigação principal e das obrigações acessórias, decorrentes de suas atividades, respondendo a empresa pelos débitos e penalidades referentes a qualquer um deles.

Seção VII Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 75. O lançamento do imposto será efetuado:

- I - por homologação;
- II - nos demais casos, de ofício.

Art. 76. A apuração do valor do ISSQN será feita mensalmente, sob responsabilidade do contribuinte ou responsáveis, através dos registros em sua escrita fiscal e contábil, e deverá ser recolhido até o dia 30 (trinta) do mês subsequente ao da prestação, sujeita a posterior homologação pela autoridade fiscal competente, exceto quando se tratar de profissional autônomo.

Parágrafo único. O recolhimento do imposto deverá ser feito por meio de guia emitida pelo contribuinte ou responsável, por meio do sistema de ISSQN disponível no portal eletrônico da Prefeitura, aplicando-se as regras constantes da legislação tributária em vigência.

Art. 77. O lançamento de ofício será feito, anualmente, com base nos dados constantes do Cadastro Mobiliário e o imposto deverá ser recolhido na forma e prazos regulamentares.

§ 1º Quando o lançamento da taxa de fiscalização e funcionamento ocorrer juntamente com o ISSQN, esta deverá ser recolhida na mesma forma e prazo estabelecidos para o referido imposto.

§ 2º A Secretaria Municipal de Fazenda poderá proceder ao lançamento de ofício para cobrança do imposto devido por contribuintes com responsabilidade solidária.

§ 3º No caso do inciso II do art. 67, o lançamento do imposto será feito nos livros e documentos fiscais, com a descrição da prestação de serviços, na forma prevista em regulamento e sob exclusiva responsabilidade do contribuinte, ficando sujeito a posterior homologação pela autoridade administrativa.

Art. 78. O lançamento relativo aos profissionais autônomos será feito com base nos dados constantes do Cadastro Mobiliário.

Parágrafo único. Os profissionais autônomos que, nos termos do art. 59 desta Lei, forem equiparados a empresas, ficarão sujeitos, a partir da data em que ocorrer tal equiparação:

- I - ao recolhimento do ISSQN calculado sobre a receita bruta na execução dos serviços;
- II - ao cumprimento das obrigações acessórias estabelecidas nesta Lei.

Art. 79. O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos:

I - quando a lei assim o determinar;

II - quando a declaração não seja prestada por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária;

III - quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos do inciso anterior, deixe de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;

IV - quando comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;

V - quando comprove omissão ou inexatidão por parte da pessoa legalmente obrigada;

VI - quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária;

VII - quando se comprove que o sujeito passivo ou terceiro em benefício dele agiu com dolo, fraude ou simulação;

VIII - quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não aprovado por ocasião do lançamento anterior;

IX - quando se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial.

Parágrafo único. A revisão do lançamento somente pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.

Art. 80. O profissional autônomo deverá recolher proporcionalmente ao número de meses o ISSQN referente ao ano em que se iniciar sua atividade.

Parágrafo único. No caso de encerramento de atividades, o ISSQN será devido proporcionalmente até o mês em que se der o encerramento das atividades.

Seção VIII Obrigações Acessórias

Art. 81. Todas as pessoas enquadradas no campo de incidência do imposto, assim como aquelas imunes, estão sujeitas ao cumprimento das obrigações acessórias, na forma e prazos regulamentares, instituídas com o objetivo de possibilitar a caracterização da ocorrência do fato gerador, a determinação do valor do tributo e a fiscalização do cumprimento da obrigação principal.

Parágrafo único. Será aplicada multa isolada pelo descumprimento das obrigações acessórias, conforme disposições constantes desta lei.

Subseção I Documento Fiscal

Art. 82. É obrigatória, por parte dos contribuintes sujeitos ao regime de lançamento por homologação, a emissão de nota fiscal em todas as operações que constituam ou possa a vir constituir fato gerador do imposto, na forma estabelecida neste Código e no regulamento.

Art. 83. Ficam obrigados a emitir nota fiscal de serviços eletrônica (NFS-e) todos os prestadores de serviços estabelecidos no Município de Confins, conforme o disposto nesta Lei e no regulamento.

Parágrafo único. As instituições bancárias, inclusive cooperativas de crédito, estão dispensadas da emissão de notas fiscais de serviços, ficando, porém, obrigadas a prestar as informações requeridas em

módulo específico do programa eletrônico, declarando a receita bruta e detalhando-a por conta analítica, com base no Plano de Contas do Banco Central.

Art. 84. A utilização da nota fiscal de serviços eletrônica (NFS-e) fica sujeita à autorização de acesso do Fisco Municipal, solicitada por meio eletrônico no programa do ISSQN eletrônico, disponível no portal da prefeitura, na internet.

Art. 85. A nota fiscal de serviços eletrônica (NFS-e) poderá ser cancelada pelo emitente por meio do sistema, antes do pagamento do imposto e/ou antes do encerramento da competência.

Parágrafo único. Depois de efetuado o pagamento do imposto ou encerrada a competência, o cancelamento ou a substituição pelo emitente somente poderá ocorrer por meio de processo administrativo fiscal, cuja solicitação deverá vir acompanhada da anuência do tomador do serviço, seja pessoa física ou jurídica.

Art. 86. As pessoas jurídicas de direito público e privado estabelecidas ou sediadas no Município de Confins ficam obrigadas a prestar, mensalmente, declarações dos dados econômico-fiscais de todas as operações que envolvam a prestação de serviços, tributáveis ou não, através do programa eletrônico, conforme o disposto nesta Lei e no regulamento.

Parágrafo único. Incluem-se nesta obrigação:

I - os estabelecimentos equiparados à pessoa jurídica;

II - os contribuintes prestadores de serviço sob regime por homologação, inclusive aqueles apurados por sistema de estimativa;

III - os contribuintes por substituição tributária e os responsáveis tributários por serviços tomados;

IV - os órgãos da Administração Pública Direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e de Município, bem como suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, concessionárias e permissionárias de serviços públicos e demais entidades controladas direta ou indiretamente por estas entidades;

V - os partidos políticos;

VI - as entidades religiosas, filantrópicas, filosóficas e outras;

VII - as fundações de direito privado;

VIII - as associações, inclusive entidades sindicais, federações, confederações, centrais sindicais e serviços sociais autônomos;

IX - os condomínios edilícios;

X - os cartórios notariais e de registro.

Art. 87. As declarações e a guia de recolhimento do ISSQN deverão ser geradas através do programa virtual, disponibilizado gratuitamente, via internet, no endereço eletrônico da Prefeitura e nos terminais instalados na Prefeitura.

Art. 88. Quando da prestação de serviço eventual que constitua fato gerado do ISSQN, pelos contribuintes será obrigatória a emissão de nota fiscal avulsa.

§ 1º A nota fiscal avulsa de serviços será emitida pela Secretaria Municipal de Fazenda, mediante requerimento do interessado, que deverá informar os dados necessários para o preenchimento do documento fiscal.

§ 2º A nota fiscal avulsa conterá:

I - denominação de nota fiscal avulsa;

II - número de ordem, número da via e sua destinação;

III - nome, endereço e os números de inscrição municipal e do CNPJ do estabelecimento prestador do serviço;

IV - identificação (CNPJ, inscrição municipal ou CPF, quando for o caso) e endereço do tomador do serviço;

V - discriminação de unidades e quantidades;

VI - descrição dos serviços prestados;

VII - valores unitários e total;

VIII - valor do ISSQN recolhido e dados referentes à autenticação: agência, banco, data, valor e número de autenticação, quando for o caso;

IX - data da emissão, nome e matrícula do servidor responsável;

X - chancela da repartição.

§ 3º A emissão da nota fiscal avulsa é condicionada ao prévio recolhimento do ISSQN referente ao serviço que dela constar.

Art. 89. A nota fiscal obedecerá aos requisitos fixados em regulamento, não podendo ser emendada ou rasurada de modo que lhe prejudique a clareza ou veracidade.

Art. 90. A impressão das notas fiscais dependerá de prévia autorização, por escrito, da repartição fazendária competente.

§ 1º A nota fiscal terá o prazo de validade de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de autorização de sua impressão.

§ 2º Somente será autorizada nova impressão de notas fiscais se o contribuinte estiver em dia com o pagamento de tributos.

§ 3º As tipografias e estabelecimentos congêneres são obrigados a manter, na forma e nos prazos previstos no regulamento, registro das notas fiscais que imprimirem.

Subseção II Escrita Fiscal

Art. 91. Os contribuintes do imposto sobre serviços sujeito a regime de lançamento por homologação são obrigados, além de outras exigências estabelecidas em lei, à escrituração dos seguintes livros:

I - Livro de Registro de Serviços Prestados;

II - Livro de Registro de Serviços Tomados de Pessoas Físicas e Jurídicas, com documento fiscal;

III - Livro de Registro de Serviços Tomados de Pessoas Físicas e Jurídicas, sem documento fiscal;

IV - Livro de Registro de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrência.

Parágrafo único. Os livros a que se refere este artigo obedecerão aos modelos estabelecidos no regulamento.

Art. 92. Uma vez emitida a nota fiscal de serviços eletrônica (NFS-e), fica o prestador de serviços desobrigado de escriturar-la no sistema de ISS eletrônico, uma vez que a referida escrituração dar-se-á automaticamente.

Art. 93. A dispensa da escrituração prevista no artigo anterior não se estende ao tomador de serviços.

Art. 94. Constituem instrumentos auxiliares da escrita fiscal os livros da contabilidade geral do contribuinte, tanto os de uso obrigatório quanto os auxiliares, documentos fiscais, extratos bancários, as guias de recolhimento do imposto e demais documentos, ainda que pertencentes ao arquivo de terceiros, que se relacionem, direta ou indiretamente, com os lançamentos efetuados na escrita fiscal ou comercial do contribuinte ou responsável.

Art. 95. Cada estabelecimento, seja matriz, filial, depósito, sucursal, agência ou representação terá, no referente à competência do Município, escrituração fiscal própria, vedada sua centralização na matriz ou estabelecimento principal.

Parágrafo único. Nenhum livro da escritura fiscal poderá ser utilizado sem prévia autenticação pela repartição competente.

Seção IX Contribuintes Responsáveis

Art. 96. As empresas estabelecidas no Município, na condição de tomadoras de serviços de pessoas físicas ou jurídicas sediadas dentro ou fora da circunscrição do Município, ficam sujeitas ao regime de responsabilidade tributária integral, quando o tributo for devido no Município de Confins, nos termos que esta Lei estabelece.

§ 1º Os responsáveis a que se refere este artigo estão obrigados à retenção e ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no caput e no parágrafo anterior, são responsáveis:

I - o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

II - a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.04, 7.02, 7.04, 7.05, 7.11, 7.13, 7.15, 7.16, 7.18, 11.02, 17.05 e 17.09 da lista de serviços constantes da Tabela I do Anexo I desta Lei;

III - o tomador de serviços, quando o prestador não comprovar sua inscrição no Cadastro Mobiliário;

IV - o tomador de serviços, quando o prestador for obrigado à emissão de nota fiscal, mas deixar de emití-la

V - a Administração Pública Municipal, direta ou indireta, na qualidade de tomadora de serviços, cujo ISSQN deva ser recolhido no Município.

§ 3º O Município, mediante lei, poderá atribuir, de modo expresso, a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere a multa e acréscimos legais.

Seção X Da Responsabilidade Por Substituição Tributária

Art. 97. Na condição de substitutos tributários são responsáveis pela retenção e pagamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN:

I - as companhias de transportes, pelo imposto incidente sobre as comissões pagas às agências e operadoras turísticas relativas às vendas de passagens, realizadas no Município de Confins;

II - os bancos e demais entidades financeiras, pelos impostos devidos sobre os serviços de guarda e

vigilância, de conservação e limpeza e de transporte, coleta e remessa ou entrega de valores;

III - as agências de propaganda, pelo imposto devido pelos prestadores de serviços de produção e arte-finalização;

IV - qualquer entidade pública ou privada responsável direta pelo estabelecimento em que ocorrer a realização de eventos e ou serviços, que configurem fato gerador de imposto, no Município;

V - os órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e fundações;

VI - o tomador do serviço de transportes de bens e ou pessoas, dentro do território do Município;

VII - as empresas e entidades que exploram loterias e outros jogos, inclusive apostas, pelo imposto devido sobre as comissões pagas aos seus agentes, revendedores ou concessionários;

VIII - as empresas concessionárias dos serviços de energia elétrica, telefonia e distribuição de água, pelo imposto devido sobre serviços de qualquer natureza.

§ 1º Quando o prestador do serviço não emitir ou estiver impedido de emitir documento fiscal próprio para a operação, autorizado pelo Município de Confins, ou deixar de comprovar sua inscrição cadastral neste município, a fonte pagadora do serviço reterá o montante do imposto devido, e o recolherá no prazo fixado para o seu pagamento.

§ 2º Para efeitos desta lei, os substitutos tributários equiparam-se aos contribuintes do imposto no que tange às obrigações principal e acessória.

§ 3º A responsabilidade de que trata este artigo será satisfeita mediante o pagamento do imposto retido, calculado sobre o preço do serviço prestado, aplicada a alíquota correspondente à atividade exercida.

§ 4º O ISSQN retido deverá ser recolhido pelo substituto tributário até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da competência, ficando sujeito, a partir desta data à incidência de juros e multa na forma da legislação em vigor.

§ 5º Ainda que não haja a retenção do ISSQN, os responsáveis serão obrigados ao seu recolhimento na forma disciplinada nesta Lei.

§ 6º A substituição tributária prevista neste artigo não exclui a responsabilidade supletiva do prestador do serviço.

Art. 98. Os contribuintes alcançados pela retenção do imposto manterão controle em separado das operações sujeitas a esse regime, para exame posterior da fiscalização municipal.

Art. 99. Decreto do Executivo estabelecerá Regulamento sobre a retenção e pagamento do imposto.

Seção XI Retenção na Fonte

Art. 100. A retenção do imposto na forma do artigo anterior caberá ao tomador do serviço.

§ 1º A retenção de que trata o caput deste artigo será consignada no documento fiscal emitido pelo prestador do serviço e comprovada mediante aposição de carimbo ou declaração do tomador em uma das vias pertencentes ao prestador, admitida, em substituição, a declaração em separado do tomador.

§ 2º Para a retenção do imposto, a base de cálculo é o preço dos serviços, aplicando-se a alíquota correspondente, prevista na Tabela I do Anexo I desta Lei.

§ 3º O imposto devido deverá ser retido no momento do pagamento do serviço prestado, devendo ser recolhido aos cofres municipais até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente ao mês da retenção.

§ 4º Os tomadores de serviço alcançados pelo sistema de arrecadação através da retenção na fonte manterão controle em separado das operações sujeitas a esse regime para exame periódico da fiscalização municipal, na forma regulamentar.

§ 5º Em caso de não retenção do imposto devido na fonte ou de ausência de comprovação da retenção do crédito tributário, fica o tomador do serviço obrigado a pagar o valor do crédito apurado acrescido de multa, juros e correção monetária, conforme disposto nesta Lei.

§ 6º O disposto no caput deste artigo não exclui a responsabilidade supletiva do contribuinte ou prestador de serviços, no caso de descumprimento, total ou parcial, da obrigação pelo responsável.

§ 7º Aplica-se ao descumprimento das obrigações tributárias previstas neste artigo o disposto nos arts. 25 e seguintes desta Lei, sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior.

Art. 101. A Administração direta e indireta do Município procederá à retenção e ao recolhimento do ISSQN devido, na forma e prazos regulamentares, sempre que o prestador, em razão do serviço prestado, sujeitar-se à incidência do imposto no Município.

Parágrafo único. Em se tratando de profissional autônomo, a retenção somente se efetivará se o mesmo não comprovar sua inscrição, como tal, no Cadastro Mobiliário.

Art. 102. As alíquotas para retenção na fonte são as constantes da Tabela I do Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. Quando se tratar de retenção decorrente de serviço prestado por profissional autônomo, serão aplicadas as alíquotas constantes do art. 63, limitando-se, cada retenção, aos valores previstos no art. 61, ambos desta Lei.

Seção XII

Isenções

Art. 103. Ficam isentas do ISSQN:

I - as pessoas físicas que, sob a forma de trabalho pessoal, prestam os serviços de artesão, bombeiro-hidráulico, bordadeira, carroceiro, costureira, engraxate, entregador, faxineiro, jardineiro, lavadeira, passadeira, sapateiro e servente de pedreiro;

II - espetáculos artísticos de fins culturais prestados por associações culturais sem fins lucrativos;

III - diversão pública com fins beneficentes ou considerados de interesse da comunicada pelos órgãos de educação e cultura do Município.

Seção XIII

Incentivo Fiscal

Art. 104. Com o propósito de incentivar a economia do Município, poderá o Poder Executivo conceder, mediante lei específica, incentivo fiscal para redução da tributação municipal, respeitadas as demais leis vigentes.

Parágrafo único. Para a concessão do incentivo fiscal será imprescindível o estudo do impacto da renúncia fiscal e dos benefícios diretos e indiretos que irão compensar o Município e preservar o interesse público.

Seção XIV

Do Regime Especial

Art. 105. Em casos especiais e para facilitar ou compelir à observância da legislação tributária, as autoridades fiscais poderão determinar, a requerimento do interessado ou de ofício, a adoção de regime

especial para o cumprimento das obrigações fiscais seja de natureza principal e/ou acessória, na forma a ser definida em Regulamento.

CAPÍTULO III
DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA

Seção I
Do Fato Gerador e Incidência

Art. 106. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na Lei Civil, construído ou não, localizado na zona urbana do Município.

§ 1º Para efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana área contínua ou não, que apresentar os requisitos mínimos de melhoramentos indicados em Lei Federal e, também, as áreas contínuas ou não, urbanizáveis, ou aprovadas pela Prefeitura e destinadas à habitação ou a atividades econômicas.

§ 2º Os requisitos mínimos a que se refere o parágrafo anterior são a existência de, pelo menos, 02 (dois) dos seguintes melhoramentos:

I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II - abastecimento de água;

III - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento, para distribuição domiciliar;

IV - sistema de esgoto sanitário;

V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 03 (três) quilômetros do imóvel considerado.

§ 3º Consideram-se também urbanas as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pela Prefeitura, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do parágrafo primeiro.

§ 4º A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área urbanizável ou área de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos acima elencados.

§ 5º O imposto de que trata o presente artigo também incidirá sobre as áreas afetadas por concessões administrativas ou permissões.

Art. 107. O IPTU poderá:

I - ser progressivo, em razão do valor do imóvel;

II - ser progressivo no tempo, se o imóvel for subutilizado ou não for utilizado;

III - ter alíquotas diferenciadas, conforme a localização e o uso do imóvel, nos termos de lei específica.

Art. 108. Lei específica para área incluída no plano diretor poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação.

Art. 109. Em caso de descumprimento das condições e dos prazos estabelecidos em lei, o Município poderá proceder à aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de 05 (cinco) anos consecutivos, nos termos da lei.

Art. 110. O fato gerador do IPTU ocorrerá sempre no dia 1º de janeiro de cada exercício financeiro.

Art. 111. A incidência do imposto independe do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, sem prejuízo das penalidades cabíveis e do cumprimento das obrigações acessórias.

Seção II

Contribuinte

Art. 112. Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, a critério da autoridade lançadora.

Art. 113. É responsável pelo pagamento do IPTU e das taxas que com ele são cobradas:

I - o adquirente ou remitente, pelos débitos do alienante existentes à data do título de transferência, saldo quando conste a prova da sua quitação, limitada esta responsabilidade nos casos de arrematação em hasta pública, ao montante do respectivo preço;

II - o espólio, pelo débito do de cujus, até a data da abertura da sucessão;

III - o sucessor, a qualquer título, e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo `de cujus`, até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação;

IV - o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.

Parágrafo único. O locatário não detém legitimidade para discutir a exigência do IPTU e das taxas referentes ao imóvel alugado, tampouco pode pleitear a repetição do indébito.

Art. 114. A pessoa jurídica que resultar da fusão, incorporação, cisão ou transformação responde pelo débito das entidades fundidas, incorporadas, cindidas ou transformadas até a data daqueles fatos.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se igualmente no caso de extinção de pessoa jurídica, quando a exploração de suas atividades for continuada por sócio remanescente, ou se espólio, sob qualquer razão social ou firma individual.

Seção III

Da Base de Cálculo

Art. 115. A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel.

Parágrafo único. Na determinação de cálculo não será considerado o valor dos bens móveis mantidos em caráter permanente ou temporário no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

Art. 116. O valor venal do imóvel apurar-se-á pelos dados fornecidos pelo Cadastro Municipal que será atualizado, a critério do executivo municipal, anualmente ou não, tomando-se por base, entre outros elementos, em conjunto ou separadamente:

I - zoneamento urbano;

II - características do logradouro e da região onde se situa o imóvel;

III - melhoramentos existentes;

IV - área do terreno e da construção;

V - topografia, forma e acessibilidade do terreno;

VI - qualidade, tipo, destinação e idade da construção;

VII - custos de produção;

VIII - preços correntes das transações e das ofertas à venda no mercado imobiliário.

§ 1º As construções, lotes e terrenos situados em logradouros públicos pavimentados pagarão os impostos respectivos e acrescidos de 15% (quinze por cento) sobre o valor do imposto, quando desprovidos de muro ou gradil, e igual acréscimo, faltando o passeio.

§ 2º Os imóveis dotados apenas parcialmente de muros e passeios, ou quando este se acharem bastante danificados, estarão sujeitos aos acréscimos previstos no parágrafo anterior.

§ 3º Considera-se situado o imóvel:

I - no logradouro correspondente à sua frente efetiva ou principal e, na impossibilidade de determiná-la, no logradouro que confira ao imóvel maior valorização;

II - no caso de terreno interno, no logradouro que lhe dá acesso;

III - no caso de terreno encravado, no logradouro correspondente à servidão de passagem.

Art. 117. A autoridade administrativa procederá, anualmente, e em conformidade com os critérios estabelecidos nesta Lei, à avaliação dos imóveis para fins de determinação do seu valor venal.

Parágrafo único. O valor venal será atribuído ao imóvel para o dia 1º de janeiro do exercício a que se referir o lançamento.

Art. 118. A avaliação dos imóveis será procedida através do Mapa de Valores Genéricos, que conterá a Planta de Valores de Terrenos e a Tabela de Valores de Construção e, quando for o caso, os fatores de correção que impliquem a depreciação ou valorização do imóvel.

§ 1º Não sendo aprovado novo Mapa de Valores Genéricos, os valores venais dos imóveis constantes do Mapa de Valores em vigor serão atualizados monetariamente pela aplicação do índice acumulado nos últimos 12 (doze) meses do IGP-M/FGV, para fins de lançamento do IPTU.

§ 2º Para fins do disposto no parágrafo anterior, o Chefe do Poder Executivo aprovará, mediante decreto, o Mapa de Valores Genéricos com os valores devidamente atualizados; a atualização do IPTU acima do índice anual adotado exigirá lei específica.

Art. 119. A Planta de Valores de Terrenos fixará o valor médio unitário do metro quadrado do terreno a lotes, faces de quadras, quadras, logradouros ou a regiões homogêneas.

§ 1º O valor do terreno resultará da multiplicação de sua área total pelo correspondente valor médio unitário do metro quadrado de terreno e pelos fatores de correção aplicáveis segundo as características do terreno.

§ 2º No cálculo do valor venal de terreno de imóvel em condomínio, será considerada a fração ideal correspondente a cada unidade autônoma.

Art. 120. A Tabela de Valores de Construção fixará o valor unitário do metro quadrado de construção para cada tipo e padrão de construção.

§ 1º O valor da construção resultará da multiplicação da área total edificada pelo valor unitário do metro quadrado de construção e pelos fatores de correção aplicáveis segundo as características da construção.

§ 2º O valor unitário do metro quadrado de construção será obtido pelo enquadramento da construção em um dos tipos e padrões previstos na Tabela de Valores de Construção, de conformidade com as características predominantes da construção.

§ 3º A área total edificada será obtida através da medição dos contornos externos da construção ou da projeção do andar superior ou da cobertura, computando-se também a área das sacadas, porões, jirais, terraços, mezaninos e piscinas, observadas as disposições regulamentares.

§ 4º No cálculo da área total edificada das unidades autônomas de imóvel em condomínio será acrescida, à área de cada unidade, a parte correspondente das áreas comuns em função de sua fração ideal.

§ 5º As construções serão classificadas nos padrões popular, médio e luxo, segundo suas características predominantes.

§ 6º As construções também serão classificadas segundo a finalidade de sua utilização em residencial, comercial e industrial.

Art. 121. O valor venal do imóvel será obtido pela soma do valor do terreno com o valor da construção, quando existente, de conformidade com o Anexo III desta Lei.

Parágrafo único. As obras paralisadas ou em andamento, as edificações condenadas ou em ruínas e as construções temporárias não serão consideradas no cálculo do valor venal do imóvel.

Art. 122. Os dados necessários à determinação do valor venal do imóvel serão arbitrados pela autoridade competente quando sua coleta for impedida ou dificultada.

Art. 123. Nos casos singulares de imóveis para os quais a aplicação dos procedimentos previstos nesta Lei possa conduzir a tributação manifestamente injusta ou inadequada, poderá o órgão competente rever os valores venais, mediante a adoção de fatores específicos de correção.

Seção IV Da Alíquota

Art. 124. Para o cálculo do IPTU, serão utilizadas as seguintes alíquotas:

I - 1% (um por cento), tratando-se de terreno;

II - 0,5% (meio por cento), tratando-se de prédio;

III - 0,75% (zero vírgula setenta e cinco por cento), tratando-se de imóvel cuja área total do terreno seja superior a 40 (quarenta) vezes a área edificada.

§ 1º Considera-se terreno o bem imóvel:

I - sem edificação;

II - em que houver construção paralisada ou em andamento;

III - em que houver edificação interditada, condenada, em ruína ou em demolição;

IV - cuja construção seja de natureza temporária ou provisória ou possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação.

§ 2º Considera-se prédio o bem imóvel no qual exista edificação utilizável para habitação ou para o exercício de qualquer atividade, seja qual for a sua denominação, forma ou destino, desde que não compreendida nas situações do parágrafo anterior.

Seção V Do Lançamento

Art. 125. O IPTU será lançado anualmente e de acordo com a situação fática do imóvel na data de ocorrência do fato gerador.

Parágrafo único. As taxas que, direta ou indiretamente, relacionem-se com a propriedade ou posse do imóvel poderão ser lançadas e cobradas juntamente com o IPTU.

Art. 126. O lançamento do IPTU e das taxas que com ele são cobradas será feito de ofício, com base nos dados constantes do Cadastro Imobiliário.

§ 1º O sujeito passivo será notificado do lançamento através da remessa da guia, boleto ou carnê para seu endereço.

§ 2º O lançamento do imposto poderá ser por edital, caso não tenha recebido a notificação de lançamento em seu endereço.

Art. 127. O lançamento do imposto será distinto, um para cada unidade autônoma, ainda que contíguas ou vizinhas, e de propriedade de um mesmo contribuinte.

Art. 128. Para lançamento e cobrança deste imposto, considerar-se-á:

a) "imóvel não edificado", a área de terreno nua, loteada ou não, de qualquer dimensão ou configuração, com edificação demolida, desabada, condenada, interditada, incendiada, em ruínas, paralisada, de infimo valor ou em construção, enquanto não for dado o habite-se ou ainda, com edificação finalizada que a autoridade competente considere inadequada, seja por falta de aprovação do respectivo projeto ou por desacordo com projeto aprovado, quanto à área ocupada, qualidade ou padrão, para a destinação ou utilização pretendida;

b) "imóvel construído", o solo, o edifício e/ou a construção a ele permanentemente incorporado, de modo que não se possam retirar sem destruição, modificação, fratura ou dano.

§ 1º Quando se tratar de edificação não destinada à indústria, comércio ou prestação de serviços, em área superior a 2.000 m² (dois mil metros quadrados), o imóvel será considerado imóvel construído, devendo o excedente da área ser lançado como imóvel não edificado, observado o disposto nos § 2º e 3º deste artigo corresponder o lançamento.

§ 2º As disposições do parágrafo anterior também não se aplicam aos imóveis com áreas maiores de 2.000 m² (dois mil metros quadrados) que se situarem em zonas destinadas a receber baixa densidade populacional, desde que tenham arborização suficiente e uso adequado, assim considerados pela autoridade municipal competente.

§ 3º Sem prejuízo de sanções previstas na legislação específica e sem que isso implique no reconhecimento por parte do Município da regularidade da edificação, o imóvel que já dispuser de construção terminada, sem aprovação do respectivo projeto e sem o habite-se, será lançado como imóvel construído.

Art. 129. O lançamento e arrecadação deste imposto serão feitos em conjunto com outros tributos incidentes sobre o terreno em que esteja situada a construção, tomando-se por base a situação existente em 31 de dezembro do exercício anterior.

Parágrafo único. Para efeitos de lançamentos serão consideradas unidades distintas as propriedades imobiliárias pertencentes ao mesmo contribuinte, ainda que localizadas no mesmo loteamento ou em áreas próximas.

Art. 130. O lançamento será feito em nome de quem estiver inscrito o imóvel no Cadastro Municipal de Confins.

§ 1º No caso de condomínio, o lançamento será feito para cada condômino ou proprietário, individualmente.

§ 2º Quando o terreno estiver sujeito a inventário, far-se-á o lançamento em nome do espólio, transferindo-se para o dos sucessores após realizada a partilha; para esse fim, os herdeiros são obrigados a promover a transferência perante o órgão fazendário competente, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, contados do julgamento da partilha ou da adjudicação, sob pena de multa.

§ 3º Os terrenos pertencentes a espólio, cujo inventário esteja sobrestado, serão lançados em nome daquele, cabendo-lhe responder pelo imposto até que, julgado o inventário, se façam as necessárias modificações.

§ 4º O lançamento de terreno pertencente a massa falida ou sociedade em liquidação, far-se-á em nome destas, mas os avisos ou notificações serão enviados aos respectivos representantes legais, anotando-se os seus nomes e endereços nos registros imobiliários.

§ 5º No caso de terreno objeto de compromisso de compra e venda o lançamento será feito em nome do promitente-comprador ou do comissário-comprador, desde que emitidos na posse.

Seção VI Da Arrecadação

Art. 131. O pagamento do IPTU e das taxas que com ele são cobradas será feito no prazo e forma estabelecidos em decreto, o qual poderá autorizar desconto ou o pagamento em parcelas.

Parágrafo único. O pagamento das parcelas após a data de vencimento e no exercício a que se referir o lançamento sofrerá a incidência de multa, juros e correção monetária, conforme estabelecido nesta Lei.

Art. 132. O IPTU e as taxas que com ele são cobradas, não quitados no exercício a que se referir o lançamento, serão inscritos em dívida ativa.

Parágrafo único. Ocorrendo quitação parcial, o crédito remanescente será inscrito pelo seu valor não pago, sujeitando-se, quando da quitação, à incidência de multa, juros e correção monetária, calculados a partir do vencimento dos tributos.

Seção VII Obrigações Acessórias

Art. 133. O proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, bem como o inventariante, o síndico, liquidante ou sucessor em se tratando de espólio, massa falida ou sociedade em liquidação ou sucessão, ficam obrigados a:

I - promover a inscrição dos imóveis no Cadastro Imobiliário;

II - informar ao Cadastro Imobiliário qualquer alteração na situação cadastral do imóvel, como parcelamento, desmembramento, remembramento, fusão, demarcação, divisão, medição judicial definitiva, construção, ampliação e reforma, ou qualquer outra ocorrência que possa afetar o valor do imóvel;

III - exibir os documentos necessários à inscrição ou atualização cadastral, bem como fornecer todas as informações solicitadas pelo fisco;

IV - franquear ao agente do fisco, devidamente credenciado, as dependências do imóvel para vistoria.

Parágrafo único. As pessoas nomeadas no artigo, quando gozarem de imunidade ou isenção do IPTU, ficam obrigadas a apresentar ao órgão fazendário o documento pertinente à venda de imóvel de sua propriedade, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de expedição do documento.

Seção VIII Das Isenções

Art. 134. Ficam isentos do IPTU os imóveis:

I - pertencentes a particular, quanto à fração cedida gratuitamente para uso da União, dos Estados, do Distrito Federal, do Município ou de suas autarquias;

II - pertencentes a agremiação desportiva licenciada, quando utilizados efetiva e habitualmente no exercício de suas funções sociais;

III - pertencentes ou cedidos gratuitamente a sociedade ou instituição sem fins lucrativos que se destine a congregar classes patronais ou de trabalhadores, com a finalidade de realizar sua união,

representação, defesa, elevação de seu nível cultural, físico ou recreativo;

IV - pertencentes a sociedade civil, fundações e outras entidades sem fins lucrativos e destinados à prática de atividades educacionais, beneficentes, assistenciais e culturais;

V - declarados de utilidade pública municipal para os devidos fins de desapropriação, a partir da parcela correspondente ao período de arrecadação do imposto em que ocorrer a imissão de posse ou a ocupação efetiva pelo poder desapropriante;

VI - pertencentes a ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira, quando, sendo proprietários, residam no imóvel edificado, cujo benefício é extensivo à viúva.

~~VII - tombados por instituições públicas de proteção do patrimônio histórico e artístico.~~

VIII - que constituam a única propriedade de idoso que tenha idade superior a 60 anos ou pessoa com deficiência, cuja renda de até 2 (dois) salários mínimos e resida no referido imóvel há pelo menos 05 (cinco) anos ininterruptos, nas proporções de:

a) 50% de desconto sobre o imposto para idosos em geral;

b) 100% de desconto sobre o imposto para idosos com doenças graves ou em fase terminal, elencados pelo Anexo XLV da Instrução Normativa nº 77/PRES/INSS, de 21 de janeiro de 2015. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 32/2022)

§ 1º A isenção para imóveis tombados incide enquanto o imóvel permanecer tombado e mantiver as características que justificarem o seu tombamento. A isenção dar-se-á por requerimento do contribuinte comprovando, por documento emitido por autoridade competentes, a formalização do tombamento.

§ 2º A isenção para os imóveis tombados será de 100% (cem por cento) quando este conservar preservadas as características que justificaram o tombamento, mantendo a fachada com pintura renovada. Quando o imóvel não estiver adequadamente preservado, será concedida a isenção de 30% (trinta por cento) do valor devido do IPTU.

§ 3º O imóvel a que se refere o inciso VIII deste artigo deverá ser unifamiliar, ou seja, o proprietário beneficiado pela presente Lei deverá residir no imóvel, podendo a autoridade fazendária exigir a comprovação de residência do idoso ou pessoa com deficiência, para fins de concessão da isenção. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 32/2022)

§ 4º Para ter direito à isenção, o idoso ou pessoa com deficiência deverá comprovar a regularidade no pagamento do IPTU de exercícios anteriores ou, se tiver débito com os cofres públicos, desde que seja solicitado o parcelamento do débito existente junto à Secretaria de Fazenda. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 32/2022)

Art. 134-A Para a concessão da isenção prevista no inciso VIII do art. 134 deste Código, o Chefe do Poder Executivo solicitará à Câmara autorização para conceder o benefício sempre que houver renúncia de receitas. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 32/2022)

Art. 135. As isenções previstas no artigo anterior dependem do reconhecimento do Poder Público, mediante requerimento do contribuinte instruído com as provas de cumprimento das exigências necessárias para o seu reconhecimento, que deve ser apresentado até 15 (quinze) dias antes do vencimento do tributo lançado, sob pena de perda do benefício fiscal.

Art. 136. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder às empresas industriais e comerciais que se instalarem no Município, sob a forma de incentivo fiscal, o benefício da isenção do IPTU pelo prazo de até 03 (três) anos, contados do ato de assinatura da escritura pública ou instrumento de concessão de direito real de uso de terreno público.

CAPÍTULO IV

DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS POR ATO ONEROSO "INTER-VIVOS"

Seção I Do Fato Gerador

Art. 137. O Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis por Ato Oneroso Inter Vivos tem como fato gerador:

I - a transmissão onerosa, a qualquer título, da propriedade ou domínio útil de bens imóveis por natureza ou acessão física, situados no território do Município;

II - a transmissão onerosa, a qualquer título, de direitos reais exceto os de garantia, sobre imóveis situados no território do Município;

III - a cessão onerosa de direitos relativos à aquisição dos bens referidos nos incisos anteriores.

Seção II Do Sujeito Passivo

Art. 138. Contribuinte do imposto é:

I - o adquirente dos bens ou direitos transmitidos;

II - o cessionário, nos contratos de cessão de direitos reais de qualquer natureza;

III - na permuta, cada um dos permutantes;

IV - o promitente comprador, nos contratos de compromisso de venda e compra;

V - subsidiariamente àquele o alienante dos bens e direitos transmitidos, o promitente vendedor e o cedente de direitos.

Art. 139. São solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto, juntamente com o contribuinte:

I - o transmitente;

II - o cedente;

III - os notários, escrivães, oficiais de registros públicos, leiloeiros e demais serventuários e auxiliares da justiça, nos atos praticados por eles, ou perante eles, em razão de seu ofício, dos quais não forem exigidas das partes:

a) comprovação do pagamento do imposto, relativa à operação tributável;

b) atestação de sua não incidência ou desoneração tributária, reconhecida pela repartição encarregada da administração do imposto na forma em que dispuser o Regulamento.

IV - o agente financeiro, nas aquisições por ele processadas ou intermediadas, quando não exigir das partes os mesmos comprovantes de que traíam as alíneas "a" e "b" do inciso anterior.

Seção II Da Incidência e Não Incidência

Art. 140. A incidência do ITBI alcança as seguintes mutações patrimoniais:

I - a compra e venda pura ou condicional e atos equivalentes;

II - a dação em pagamento;

III - a permuta de bens imóveis e direitos a eles relativos;

IV - a arrematação e a remição;

V - a adjudicação, quando não decorrente de sucessão hereditária;

VI - o compromisso ou promessa de venda e compra de imóvel, sem cláusulas de arrependimento, ou a cessão de direitos deles decorrentes;

VII - o mandato em causa própria ou com poderes equivalentes para transmissão de bem imóvel e seu respectivo subestabelecimento, quando estes configurem transação e o instrumento contenha os requisitos essenciais à compra e venda;

VIII - a instituição ou venda de usufruto;

IX - a enfiteuse e subenfiteuse;

X - cessão de direitos reais;

XI - cessão de direitos relativos a usufrutos, usucapião, permuta e aquisição de bens imóveis;

XII - as tornas ou reposições em razão de:

a) partilhas efetuadas em virtude de dissolução da sociedade conjugal ou por morte, quando o cônjuge ou herdeiros receberem, dos imóveis situados no Município, quota-parte de valor maior que o da parcela que lhes caberia;

b) divisões para extinção de condomínio de imóvel, quando for recebida, por qualquer condômino, quota-parte material cujo valor seja maior que o valor de sua quota ideal;

XIII - quaisquer outros atos e contratos onerosos, translativos de propriedades de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, sujeitos a transcrição na forma da lei;

XIV - a servidão;

XV - a cessão de direitos à sucessão;

XVI - a cessão de direitos possessórios;

XVII - a cessão de direitos possessórios do arrematante ou do adjudicatário, depois de assinado o auto de arrematação ou de adjudicação;

XVIII - a cessão de benfeitorias e construções em terreno comprometido à venda ou alheio.

Art. 141. Caberá ao sujeito passivo efetuar o pagamento do imposto por ocasião da lavratura do instrumento de transmissão ou de constituição de direitos reais relativos a imóvel, ainda que o fato imponible deva, nos termos da Lei Civil, ocorrer posteriormente, assegurada a restituição da quantia paga, caso não se realize o fato imponible presumido.

Parágrafo único. Não cabe restituição do valor pago, uma vez consumado o fato imponible, independentemente da validade jurídica dos atos praticados ou dos efeitos que, por conta deles, ocorram.

Art. 142. Operar-se-á nova incidência do imposto a cada vez que as partes resolverem pela retratação do contrato em que já houver sido celebrado o instrumento respectivo e verificado-se o fato imponible.

Art. 143. O imposto não incide sobre a transmissão de bens e direitos, quando:

I - realizada para incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital;

II - decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica;

III - decorrente da transmissão de bem imóvel, quando este retornar ao domínio do antigo proprietário por força de retrovenda, retrocessão ou pacto de melhor comprador;

IV - decorrente do instituto da dação em pagamento em bens imóveis, para extinção do crédito tributário perante a Fazenda Pública Municipal.

§ 1º O disposto nos incisos I e II deste artigo não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente tiver como atividade preponderante a compra e venda de bens imóveis e seus direitos reais, a locação de bens imóveis ou o arrendamento mercantil.

§ 2º Caracteriza-se a atividade preponderante quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores à aquisição, decorrerem das transações mencionadas no parágrafo anterior.

§ 3º Se a pessoa jurídica adquirente iniciou suas atividades há menos de 24 (vinte e quatro) meses antes da aquisição, apurar-se-á a preponderância da atividade em relação aos 24 (vinte e quatro) meses seguintes ao início de suas atividades.

§ 4º A inexistência da preponderância de que trata o § 2º deste artigo será demonstrada pelo interessado, na forma regulamentar, antes do vencimento do prazo para pagamento do imposto.

§ 5º Quando qualquer das atividades referidas no § 1º deste artigo estiver evidenciada no instrumento constitutivo da pessoa jurídica adquirente, sujeitando-se à apuração da preponderância nos termos do § 3º deste artigo, o imposto será exigido no prazo regulamentar, sem prejuízo do direito à restituição que vier a ser legitimado quando da demonstração da inexistência da referida preponderância.

Seção IV Da Base de Cálculo

Art. 144. A base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos ou cedidos, no momento da transmissão ou cessão.

§ 1º O valor será determinado pela administração tributária, através de avaliação fundada nos elementos constantes do Cadastro Imobiliário, feita por comissão de avaliação constituída mediante decreto do Prefeito, levando em consideração o valor declarado pelo sujeito passivo, se este for maior.

§ 2º As avaliações feitas pela comissão de avaliação para apurar o valor venal com a finalidade de lançamento de ITBI terão a validade de 30 (trinta) dias.

§ 3º O sujeito passivo fica obrigado a apresentar ao órgão fazendário competente a declaração acerca dos bens ou direitos transmitidos ou cedidos, na forma e prazos regulamentares.

§ 4º Serão considerados na avaliação do imóvel os seguintes elementos:

I - zoneamento urbano;

II - características da região, do terreno, das construções e benfeitorias;

III - culturas permanentes;

IV - valores aferidos no mercado imobiliário;

V - outros dados informativos tecnicamente reconhecidos.

§ 5º Nos casos a seguir especificados, a base de cálculo será:

I - de 1/3 (um terço) do valor do imóvel:

a) na transmissão do domínio útil;

b) na instituição ou venda do direito real de promessa de compra e venda, usufruto, usucapião, adjudicação, arrematação, uso ou habilitação, inclusive a transferência onerosa ao nu proprietário.

II - de 2/3 (dois terços) do valor do imóvel:

a) na transmissão do domínio direto;

b) na transmissão da nua propriedade;

c) na instituição de fideicomisso.

III - nas formas ou reposições verificadas em partilhas ou divisões, o valor da parte excedente da meação ou quinhão, ou da parte ideal consistente em imóveis.

§ 6º Não são dedutíveis do valor venal eventuais dívidas que onerem o imóvel transmitido.

Seção V Da Alíquota

Art. 145. As alíquotas do imposto são:

I - nas transmissões e cessões por intermédio do Sistema Financeiro de Habilitação - SFH ou por intermédio de cooperativas habitacionais federais, estaduais, ou municipais, regulamentadas em legislação própria, e desde que se trate de imóvel residencial de caráter popular, assim considerado aquele com valor de avaliação contratual de até 50.000 (cinquenta mil) UFEMG, destinado a pessoas de baixa renda que não tenham outro imóvel residencial cadastrado em seu nome no Município ou em nome de seu cônjuge:

- a) 0,5% (meio por cento) sobre o valor efetivamente financiado;
- b) 2% (dois por cento) sobre o valor restante.

II - nas demais transmissões e cessões: 2,5% (dois e meio por cento);

III - nos casos específicos de antecipação de legítima parte hereditária e usufruto, 3% (três por cento).

Seção VI Do Lançamento e Arrecadação

Art. 146. O lançamento do imposto será efetuado com base nos elementos constantes dos instrumentos públicos e particulares de transmissão, conjugados com os dados do cadastro fiscal imobiliário, das declarações e informações prestadas pelo sujeito passivo e pelo ofício público ou, ainda, apurados de ofício.

§ 1º O sujeito passivo será notificado do lançamento mediante o recebimento da respectiva guia de arrecadação do imposto, após avaliação efetuada.

§ 2º Somente será emitida a guia de arrecadação do ITBI se não houver débito relativo ao imóvel objeto de transmissão.

Art. 147. O recolhimento será efetuado:

I - antecipadamente, até a data de lavratura do instrumento que servir de base à transmissão, quando realizada no Município;

II - no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do trânsito em julgado da decisão, se o título de transmissão for sentença judicial;

III - no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da lavratura do instrumento referido no inciso I, quando realizada fora do Município;

IV - no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da assinatura, pelo agente financeiro, do instrumento da hipoteca, quando se tratar de transmissão ou cessão financiadas pelo Sistema Financeiro de habilitação - SFH e cooperativas habitacionais federais, estaduais ou municipais.

Art. 148. Nas transações em que figurarem como adquirentes ou cessionários pessoas imunes ou isentas, ou em caso de não-incidência, o pagamento do imposto será substituído por declaração expedida pela autoridade fazendária competente, comprovando essa condição.

Art. 149. Na aquisição de terreno ou fração ideal de terreno, bem como na cessão dos respectivos direitos, cumulados em contrato de construção por empreitada ou administração, deverá ser comprovada a preexistência do referido contrato, sob pena de ser exigido o imposto sobre o imóvel, incluída a construção e/ou benfeitorias no estado em que se encontrar por ocasião do ato translativo da propriedade.

Art. 150. O imposto recolhido será devolvido, no todo ou em parte, na forma que dispuser o Regulamento quando:

I - não se completar o ato ou contrato sobre que se tiver pago;

II - for declarada por decisão judicial transitada em julgado, a nulidade do ato ou contrato, pelo qual se tiver pago;

III - for posteriormente reconhecida a não incidência ou o direito à isenção;

IV - houver sido recolhido a maior.

Seção VII

Da Isenção

Art. 151. Ficam isentos do ITBI:

I - a extinção do usufruto, quando o seu instituidor tenha continuado dono da nua propriedade;

II - a transmissão de bens ao cônjuge, em virtude da comunicação decorrente do regime de bens do casamento;

III - a transmissão em que o alienante seja o Poder Público;

IV - a indenização de benfeitorias pelo proprietário ao locatário, consideradas aquelas de acordo com a Lei Civil;

V - a transmissão decorrente de investidura;

VI - a transmissão decorrente da execução de planos de habilitação para população de baixa renda, patrocinado ou executado por órgãos públicos ou seus agentes;

VII - as transferências de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária;

VIII - as aquisições de imóveis com área construída de até 70 m² (setenta metros quadrados), vinculadas a programas habitacionais de caráter popular, destinados a moradia de famílias de baixa renda, que tenham a participação ou assistência de órgãos do Poder Público Municipal.

Seção VIII

Das Obrigações Acessórias

Art. 152. Os escrivães, tabeliães, oficiais de notas, de registro de imóveis e de registro de títulos e documentos e quaisquer outros serventuários da Justiça ficam obrigados, quando da prática de quaisquer atos que importem a transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, em como suas cessões, a exigir que o interessado apresente comprovante original do pagamento do imposto, como condição para a lavratura, o qual será transcrito em seu inteiro teor no instrumento respectivo.

Art. 153. O sujeito passivo é obrigado a apresentar na repartição competente da Prefeitura os documentos e informações necessárias ao lançamento do imposto, conforme estabelecido em regulamento.

Art. 154. Todos aqueles que adquirirem bens ou direitos cuja transmissão constitua ou possa constituir fato gerador do imposto são obrigados a apresentar seu título à repartição fiscalizadora do tributo dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data em que for lavrado o contrato de adjudicação ou arrematação, ou qualquer outro título representativo da transferência do bem ou direito.

Seção IX

Dos Deveres Dos Tabeliães e Oficiais de Registros Públicos

Art. 155. Os tabeliães e oficiais de registro de imóveis não praticarão quaisquer atos atinentes a seu ofício, em instrumentos públicos ou particulares sem a comprovação do cumprimento das obrigações tributárias relacionadas à transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles relativos.

Art. 156. Os tabeliães, escrivães, oficiais de registros públicos e demais serventuários de ofício devem:

I - franquear às autoridades fiscais o exame, em cartório, dos livros, autos e papéis que interessem à arrecadação e fiscalização do imposto;

II - fornecer às autoridades fiscais, quando solicitada, certidão dos atos lavrados ou registrados, concernentes a imóveis ou direitos a eles relativos;

III - fornecer dados e declarações relacionados ao lançamento ou ao pagamento do imposto.

Parágrafo único. Sem prejuízo das penalidades cabíveis, será comunicado ao juiz corregedor competente a não observância, pelos agentes referidos no caput deste artigo, dos deveres instrumentais e obrigações tributárias decorrentes desta Lei.

CAPÍTULO V

DAS TAXAS

Seção I

Disposições Gerais

Art. 157. As taxas de competência do Município decorrem:

I - do exercício regular do poder de polícia do Município;

II - da utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

§ 1º Considera-se poder de polícia a atividade da administração que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, as disciplinas da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas e pendentes de concessão ou autorização do poder público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos no âmbito municipal.

§ 2º Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

§ 3º Os serviços públicos, a que se refere o inciso II do caput deste artigo, consideram-se:

I - efetivamente, quando por ele usufruídos a qualquer título;

II - potencialmente, quando, sendo de utilização compulsória, sejam postos à sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento.

III - específicos, quando possam ser destacadas em unidades autônomas de intervenção, de utilidade ou de necessidade pública;

IV - divisíveis, quando susceptíveis de utilização, separadamente, por parte de cada usuário.

§ 4º É irrelevante para a incidência das taxas que os serviços públicos sejam prestados diretamente.

Art. 158. As taxas serão calculadas com base em reais, conforme alíquotas e valores estabelecidos nesta Lei.

Art. 159. O lançamento e o pagamento das taxas não importam o reconhecimento da regularidade da atividade exercida.

Art. 160. Ressalvados os serviços que constituem fato gerador das taxas, o Poder Executivo fixará preço público para remunerar os serviços não compulsórios prestados pelo Município.

Art. 161. Quando o lançamento e a arrecadação das taxas se fizerem juntamente com o IPTU, poderá o Poder Executivo:

I - por meio de lei, conceder desconto para o pagamento antecipado;

II - por meio de decreto, autorizar seu pagamento em parcelas mensais, limitadas ao número de prestações concedidas para o IPTU.

Parágrafo único. O pagamento parcelado far-se-á nas mesmas condições estabelecidas para o IPTU.

Art. 162. A inscrição, o lançamento, o recolhimento, a fiscalização, a aplicação de penalidades e demais dispositivos previstos nesta Lei, aplicam-se também às taxas.

Art. 163. A incidência e a cobrança da taxa independem:

I - da existência de estabelecimento fixo;

II - do efetivo ou contínuo exercício da atividade para a qual tenha sido requerido o licenciamento;

III - da expedição da autorização, desde que seja efetivo o exercício da atividade para a qual tenha sido aquela requerida;

IV - do resultado financeiro da atividade exercida;

V - do cumprimento de qualquer exigência legal ou regulamentar relativa ao exercício da atividade.

Seção II

Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos

Art. 164. A Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos - TCR - tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial do serviço público de coleta, transporte e disposição final de resíduos sólidos, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição diretamente pelo Município ou através de concessionários.

§ 1º Para fins desta Lei, são considerados resíduos comuns os resíduos sólidos originários de quaisquer unidades imobiliárias, inclusive de destinação comercial ou industrial, caracterizados como Resíduo Classe II A pela Norma ABNT/NBR 10004.

§ 2º A utilização potencial dos serviços de que trata este artigo ocorre no momento de sua colocação à disposição dos usuários para fruição.

§ 3º Os geradores dos resíduos são responsáveis pelo adequado acondicionamento e sua oferta para fins de coleta.

§ 4º Ato do Poder Executivo poderá disciplinar o acondicionamento dos resíduos domiciliares de forma seletiva para os fins de reciclagem e reaproveitamento.

§ 5º Não estão incluídos na Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos, sendo regidos pelas normas expedidas entidade pública competente os serviços de coleta, remoção e destinação final de:

I - resíduos sólidos perigosos, Classe I, pela Norma ABNT/NBR 10004:2004, especialmente os RSS -

Resíduos de Serviços de Saúde, conforme classificação do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente;

II - resíduos sólidos não inertes, Classe II A, pela Norma ABNT/NBR 10004:2004, tipo industrial (sobras de processos, embalagens, EPI's e fardamentos) e as podas e capinações de porte médio e grande;

III - resíduos sólidos predominantemente inertes, classificados como Classe II B, pela Norma ABNT/NBR 10004:2004.

§ 6º Em nenhuma hipótese, o tipo de resíduo referido no parágrafo anterior poderá ser acondicionado juntamente com os resíduos domiciliares.

§ 7º Ocorrendo o descumprimento do disposto no parágrafo anterior, os resíduos serão recolhidos, sujeitando-se o infrator às penalidades previstas em legislação específica municipal.

Art. 165. Contribuinte da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do imóvel, edificado ou não, localizado em logradouro beneficiado pelo serviço que constitui fato gerador da TCR.

Art. 166. A Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos será calculada em conformidade com a Tabela II do Anexo I desta Lei, será lançada anualmente e notificada juntamente com o IPTU, sendo exigida na forma e prazos regulamentares.

Seção III

Taxa de Expediente

Art. 167. A Taxa de Expediente - TE - tem como fato gerador a prestação de serviços administrativos específicos a contribuinte.

Art. 168. Contribuinte da Taxa de Expediente é a pessoa que requerer, motivar ou der início à prática de quaisquer dos seguintes serviços específicos:

I - autorizações;

II - avaliação;

III - baixa;

IV - declarações;

V - inscrição;

VI - protocolo;

VII - emissão de guias;

VIII - termos;

IX - requerimentos de cópia de documentos.

Art. 169. A Taxa de Expediente será calculada em função da complexidade do serviço administrativo a ser prestado, de conformidade com a Tabela III do Anexo I desta Lei e será lançada no momento do requerimento ou emissão de documento.

Seção IV

Taxa de Fiscalização Sanitária

Art. 170. A Taxa de Fiscalização Sanitária - TFS - tem como fato gerador a fiscalização exercida sobre locais, instalações onde são fabricados, produzidos, manipulados, acondicionados, conservados, depositados, armazenados, transportados, distribuídos, vendidos ou consumidos alimentos, bem como onde se

exerça quaisquer outras atividades pertinentes à saúde pública, em observância às normas vigentes.

Parágrafo único. Em relação às atividades mencionadas no caput deste artigo, será elaborado laudo sanitário para a expedição de alvará de localização e funcionamento, em conformidade com a legislação municipal.

Art. 171. Contribuinte da Taxa de Fiscalização Sanitária é a pessoa física ou jurídica, titular de estabelecimento situado no Município e que exerça as atividades previstas no artigo anterior.

Art. 172. A Taxa de Fiscalização Sanitária será lançada anualmente, calculada em conformidade com a Tabela IV do Anexo I desta Lei e exigida na forma e prazos regulamentares.

Seção V

Taxa de Licença Para Localização e Funcionamento

Art. 173. A Taxa de Licença para Localização e Funcionamento - TFLF, fundada no poder de polícia do Município, tem como fato gerador a fiscalização exercida sobre a localização de estabelecimento de comércio, indústria, de prestação de serviços, bem como sobre o seu funcionamento, em observância à legislação do uso e ocupação do solo urbano e às posturas municipais relativas à segurança, à ordem e à tranquilidade pública e ao meio ambiente.

Parágrafo único. Mediante decreto regulamentar, será tratada a concessão do alvará provisório e definitivo, bem como as diretrizes para a renovação do alvará.

Art. 174. Contribuinte da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento é a pessoa física ou jurídica titular de estabelecimento localizado no Município.

§ 1º Nenhum estabelecimento de comércio, indústria, de prestação de serviços e de extração mineral poderá instalar-se ou iniciar suas atividades no Município sem prévia licença para localização e funcionamento outorgada pela Prefeitura e sem que tenha efetuado o pagamento da respectiva taxa.

§ 2º O contribuinte, antes do início das atividades, está obrigado à inscrição no Cadastro Mobiliário, bem como comunicar as alterações ocorridas.

Art. 175. A Taxa de Licença para Localização e Funcionamento será lançada por ocasião do licenciamento inicial do estabelecimento e anualmente, por ocasião de sua renovação, calculada em conformidade com a Tabela V do Anexo I desta Lei e exigida na forma e prazos regulamentares.

§ 1º Quando a Taxa de Licença para Localização e Funcionamento for lançada juntamente com o ISSQN, deverá ser paga nas mesmas condições e prazos estabelecidos para o referido imposto.

§ 2º A aquisição e a renovação do Alvará de Localização somente poderão ser feitas mediante a apresentação do recibo de quitação da Taxa de Fiscalização Sanitária, quando necessário.

§ 3º A licença para localização e funcionamento será concedida desde que as condições de higiene, segurança e localização do estabelecimento sejam adequadas à espécie de atividade a ser exercida e sob a condição de que a construção do imóvel seja compatível com a política urbanística e ambiental do Município.

§ 4º Efetuada a inscrição e atendido o disposto no parágrafo anterior, será expedido o Alvará de Localização e Funcionamento.

§ 5º A taxa de que trata este artigo será devida proporcional e anualmente, na data de abertura do estabelecimento ou transferência do local.

Art. 176. As microempresas, enquanto satisfizerem os requisitos do enquadramento como microempresa conforme definido pela legislação federal, terão isenção parcial da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento nos 02 (dois) primeiros exercício como microempresa em 50% (cinquenta por cento).

Seção VI

Taxa de Licença Para Veiculação de Publicidade

Art. 177. a Taxa de Licença para Veiculação de Publicidade - TFVP tem como fato gerador a fiscalização e licenciamento pelo Município sobre a utilização e a exploração de engenhos de publicidade, em observância à legislação específica.

Art. 178. A Taxa de Licença para Veiculação de Publicidade incidirá sobre todos os anúncios discriminados na Tabela VI do Anexo I desta Lei, instalados nas vias e logradouros públicos do Município, bem como em locais visíveis deste ou em quaisquer recintos de acesso ao público.

Art. 179. Contribuinte da Taxa de Licença para Veiculação de Publicidade é a pessoa física ou jurídica proprietária do engenho /veículo de divulgação.

Parágrafo único. Consideram-se engenhos/veículos de divulgação de anúncios:

I - a tabuleta, engenho fixo destinado à colocação de cartazes em papel, substituíveis periodicamente, tipo outdoor;

II - o painel, engenho fixo ou móvel constituído por materiais que, expostos por longo período de tempo, não sofrem deterioração física substancial, caracterizando-se pela baixa rotatividade da mensagem;

III - o letreiro, afixação de signos ou símbolos em fachadas, marquises, toldos ou elementos do mobiliário urbano;

IV - a faixa ou bandeira, aquela executada em material não rígido, de caráter transitório;

V - o cartaz, constituído por material facilmente deteriorável e que se caracteriza pela alta rotatividade de mensagem e elevado número de exemplares;

VI - o dispositivo de transmissão de mensagem, engenho que transmite mensagens publicitárias por meio de visores, telas e outros dispositivos afins;

VII - a pintura mural, feita em fachada cega ou muro de vedação.

Art. 180. A Taxa de Licença para Veiculação de Publicidade será lançada anualmente, calculada em conformidade com a Tabela VI do Anexo I desta Lei, e exigida na forma e prazos regulamentares.

Seção VII

Taxa de Licença Para Execução de Obras e Empreendimentos Particulares

Art. 181. A Taxa de Licença para Execução de Obras e Empreendimentos Particulares - TLOP, fundada no exercício regular do poder de polícia, quanto à disciplina do uso do solo urbano, a tranquilidade e bem estar da população, tem como fato gerador a fiscalização exercida pelo Município para a aprovação da execução de obras particulares dentro da zona urbana e de expansão urbana, concernentes à demolição, construção de prédios residenciais ou não, execução de loteamentos, desmembramentos e remembramento de terrenos, em observância à legislação específica.

Art. 182. Não incidirá a Taxa de Licença para Execução de Obras e Empreendimentos Particulares sobre:

I - construção de muros e passeios públicos;

II - construção de barracões em madeira ou tapumes destinados à guarda de materiais para início de obras ou em obras em andamento;

III - construção em regime de mutirão de casas populares, desde que devidamente autorizadas e fiscalizadas pela Secretaria de Obras do Município.

Parágrafo único. Entende-se como barracões para início de obras, aqueles construídos no imóvel onde se edificará obra devidamente autorizada pelo Município.

Art. 183. Contribuinte da Taxa de Licença para Execução de Obras e Empreendimentos Particulares é o proprietário, o titular do domínio público ou possuidor do imóvel, a qualquer título, onde estejam sendo executadas obras.

Art. 184. A Taxa de Licença para Execução de Obras e Empreendimentos Particulares será calculada em conformidade com a Tabela VII do Anexo I desta Lei e será exigida na forma e prazos regulamentares.

Seção VIII

Taxa de Licenciamento Ambiental

Art. 185. A Taxa de Licenciamento Ambiental - TLA - é devida em decorrência da atividade da Administração Pública que, no exercício do poder de polícia do Município, processa o licenciamento ambiental para o exercício de empreendimentos, atividades e serviços efetiva ou potencialmente poluidores e/ou degradantes do meio ambiente no âmbito municipal.

Parágrafo único. A Taxa de Licenciamento Ambiental será devida para a obtenção das seguintes licenças ou autorizações:

I - Alvará Ambiental de Funcionamento - AAF, na forma da lei;

II - Autorização de Supressão e de Poda de Vegetação.

Art. 186. Contribuinte da Taxa de Licenciamento Ambiental é o empreendedor da atividade e/ou serviço efetivo ou potencialmente poluidor e/ou degradador do meio ambiente, no âmbito municipal, que fizerem o requerimento ou pedido de licenciamento ambiental.

Art. 187. os empreendimentos, atividades e serviços de grande porte e/ou grande potencial poluidor/degradador também ficam sujeitos ao recolhimento de taxa para a análise do EIA/RIMA, conforme valores constantes da Tabela VIII do Anexo I desta Lei.

Art. 188. A Taxa de Licenciamento Ambiental deverá ser paga quando da renovação da licença operacional.

Art. 189. O valor da taxa prevista nesta seção será definido de acordo com o porte e potencial poluidor do empreendimento, atividade ou serviço.

Art. 190. A Taxa de Licenciamento Ambiental será exigida em conformidade com a Tabela VIII do Anexo I desta Lei e será exigida na forma e prazo regulamentares.

§ 1º Os valores das taxas de licenciamento poderão ser parcelados em até 06 (seis) vezes, não podendo nenhuma das parcelas ser inferior a 06 (seis) UFEMG's.

§ 2º Sobre as taxas lançadas e não quitadas até o vencimento incidirão juros e multas de acordo com a legislação municipal vigente.

Seção IX

Taxa de Licença Para Funcionamento em Horário Especial

Art. 191. A Taxa de Licença de Funcionamento de Estabelecimento em Horário Especial - TLFHE - tem como fato gerador o poder de polícia municipal sobre o licenciamento para o exercício de atividade em horário especial, em observância à legislação pertinente às posturas municipais relativas à saúde, à segurança, à ordem, ao meio ambiente e à tranquilidade pública, na fiscalização do estabelecimento mantido aberto fora dos horários normais de funcionamento. O não pagamento da respectiva taxa sujeita o infrator à multa de 100% (cem por cento) sobre o valor do tributo, sem prejuízo das demais cominações legais.

Art. 192. A Taxa de Licença de Funcionamento de Estabelecimento em Horário Especial será calculada em conformidade com a Tabela X do Anexo I desta Lei e será exigida na forma e prazos regulamentares.

Seção X

Taxa de Licença Para o Exercício do Comércio Ambulante

Art. 193. A Taxa de Licença para o Exercício do Comércio Ambulante - TLCA - tem como fato gerador a atividade de fiscalização da Administração Pública, no exercício do poder de polícia do Município, sobre a exploração de comércio ambulante, bem como sobre o licenciamento do mesmo em observância à legislação pertinente às posturas municipais relativas à segurança, à ordem e à tranquilidade pública.

§ 1º O contribuinte da Taxa de Licença para o Exercício do Comércio Ambulante é a pessoa física que explore o comércio ambulante no território do Município.

§ 2º A Taxa de Licença para o Exercício do Comércio Ambulante será lançada de ofício, conforme requerimento para os seguintes casos de licenciamento:

I - diário;

II - mensal.

§ 3º A Taxa de Licença para o Exercício do Comércio Ambulante deverá ser paga para a obtenção de licença para o exercício do comércio ambulante e deverá ser renovada, diária ou mensalmente, para os fins específicos requeridos.

§ 4º Para os efeitos do parágrafo anterior, o interessado deverá requerer a renovação da licença anualmente ou no prazo estabelecido em lei específica.

§ 5º Todo e qualquer indeferimento de solicitação de renovação de licença deverá ser feito de modo expresse, por escrito e deverá ser fundamentado em razões de interesse público.

§ 6º O vendedor ambulante não licenciado ou o que se encontrar com a licença vencida está sujeito a multa de 30 (trinta) UFEMG's, apreensão de mercadorias e equipamentos encontrados em seu poder até o pagamento da multa imposta.

§ 7º Em caso de apreensão, será obrigatoriamente lavrado termo, em formulários apropriados, expedidos em duas vias, em que serão discriminadas as mercadorias e demais objetos e equipamentos apreendidos, fornecendo-se cópia ao infrator.

§ 8º Paga a multa, as mercadorias e demais objetos apreendidos serão imediatamente devolvidos a seu proprietário ou representante legal.

§ 9º As mercadorias perecíveis, quando não reclamadas dentro de 48 (quarenta e oito) horas, serão doadas a estabelecimentos de assistência social, mediante recibo comprobatório, à disposição do interessado, cancelando-se a multa aplicada.

§ 10 O ambulante que infringir esta lei ou as demais leis pertinentes estará sujeito à multa de 1,5 (um vírgula cinco) UFEMG's.

§ 11 Aplicada a multa, continua o infrator obrigado ao cumprimento da exigência que a determinou.

§ 12 A atividade somente poderá ser exercida após a liberação de alvará.

Art. 194. A Taxa de Licença para o Exercício do Comércio Ambulante será calculada em conformidade com a Tabela XI do Anexo I desta Lei e será exigida na forma e prazos regulamentares.

Seção XI

Taxa de Licença Para Ocupação e Utilização de Áreas ou Espaços em Vias e Logradouros Públicos

Art. 195. A Taxa para Licença para Ocupação e Utilização de Áreas ou Espaços em Vias e Logradouros Públicos tem como fato gerador a atividade municipal de vigilância, controle e fiscalização do cumprimento das exigências e posturas municipais a que se submete qualquer pessoa física ou jurídica que ocupe via e logradouros públicos com postes, veículos, barracas, tabuleiros, mesas, aparelhos e qualquer outro móvel

ou utensílio para fins comerciais ou de prestação de serviços, o que se dará mediante licença prévia do Município e do seu pagamento.

§ 1º O contribuinte da Taxa para Licença para Ocupação e Utilização de Áreas ou Espaços em Vias e Logradouros Públicos é a pessoa física ou jurídica que requeira a ocupação de áreas ou espaços em vias e logradouros públicos no território do Município, ou requeira licença ou autorização para exploração de atividades com utilização de vias públicas.

§ 2º No caso de utilização das vias e logradouros públicos para desenvolvimento de atividades comerciais ou de prestação de serviços, a taxa é cobrada por ano ou fração, de acordo com a Tabela XII do Anexo I desta Lei.

§ 3º No caso de utilização das vias e logradouros públicos para instalação de postes, dutos ou similares, a taxa é cobrada por ano ou fração, de acordo com a Tabela XII do Anexo I desta Lei.

§ 4º Os autorizatários ou permissionários dos serviços de táxi, transporte coletivo, transporte de carga e caçamba, por unidade licenciada, a taxa será cobrada por ano ou fração, de acordo com a Tabela XII do Anexo I desta Lei.

§ 5º A taxa será lançada de ofício, conforme requerimento, podendo optar-se, à exceção das festividades mencionadas no art. 199, de acordo com as hipóteses previstas na Tabela XII do Anexo I desta Lei.

I - diário;

II - mensal;

III - anual.

Art. 196. Desde que a utilização não vise fins lucrativos, a taxa a que se refere este capítulo não incide sobre:

I - asilos, creches, entidades filantrópicas declaradas de utilidade pública, escolas e congêneres;

II - templos de qualquer culto;

III - sindicatos de trabalhadores, partidos políticos e demais entidades sem fins lucrativos.

Art. 197. A Taxa para Licença para Ocupação e Utilização de Áreas ou Espaços em Vias e Logradouros Públicos será calculada em conformidade com a Tabela XII do Anexo I desta Lei e será exigida na forma e prazos regulamentares, sendo cobrada por fração de tempo com encerramento em 31 (trinta e um) de dezembro de cada exercício.

Art. 198. Para as festividades incluídas no calendário oficial de festas e eventos do Município, os valores da Taxa para Licença para Ocupação e Utilização de Áreas ou Espaços em Vias e Logradouros Públicos serão elevados em até 100% (cem por cento) dos valores definidos na Tabela XII do Anexo I desta Lei, conforme estabelecido em decretos específicos.

Seção XII

Taxa de Serviços Diversos

Art. 199. A Taxa de Serviços Diversos - TSD - é devida pela execução, por parte dos órgãos municipais, dos seguintes serviços:

I - depósito e liberação de bens, animais e mercadorias apreendidas;

II - abate de animais;

III - cemitérios;

IV - recolhimento de entulho e resíduos de poda de árvores e jardins;

Parágrafo único. A taxa a que se refere este artigo é devida:

I - na hipótese do inciso I deste artigo, pelo proprietário, possuidor a qualquer título ou qualquer outra pessoa, física ou jurídica, que requeira, promova ou tenha interesse na liberação dos bens, animais ou mercadorias apreendidas;

II - na hipótese do inciso II deste artigo, pelo ato da prestação de serviços relacionados ao abate de animais no matadouro municipal, segundo as condições e formas previstas em regulamento e de acordo com as tabelas integrantes deste Código;

III - na hipótese do inciso III deste artigo, pelo ato da prestação de serviços relacionados com cemitérios, segundo as condições e formas previstas em regulamento e de acordo com as tabelas integrantes deste Código;

IV - na hipótese do inciso IV deste artigo, pelo ato da prestação de serviços relacionados ao recolhimento de entulho e resíduos de poda de árvores e jardins, segundo as condições e formas previstas em regulamento e de acordo com as tabelas integrantes deste Código.

Art. 200. A Taxa de Serviços Diversos será calculada em reais, conforme valores estabelecidos na Tabela XIII do Anexo I desta Lei.

Seção XIII Taxa de Fiscalização Ambiental

Art. 201. A Taxa de Fiscalização Ambiental - TFAM - tem como fato gerador a fiscalização exercida pelo Município, no âmbito de sua competência, sobre a utilização ou a exploração, por particulares, do meio ambiente, mediante a construção de obras de qualquer natureza e serviços de supressão de árvores até 10 (dez) unidades, queima e demais atividades envolvendo o meio ambiente, em obediência à legislação específica.

Art. 202. O contribuinte da Taxa de Fiscalização Ambiental - TFAM é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor do imóvel a ser utilizado ou explorado, onde estejam sendo executadas as obras e/ou serviços mencionados no artigo anterior, licenciado ou não.

Art. 203. A Taxa de Fiscalização Ambiental - TFAM será calculada de conformidade com a Tabela IX do Anexo I desta Lei e será exigida na forma e prazo regulamentares.

Seção XIV Taxa de Turismo

Art. 204. A Taxa de Turismo tem como fato gerador o exercício do poder de polícia pelo Município para a utilização, efetiva ou potencial, por parte das pessoas visitantes, da infraestrutura física implantada no Município de Confins e do acesso e fruição do patrimônio natural e histórico local.

Art. 205. Contribuinte da Taxa de Turismo - TT - é o visitante de algum dos atrativos turísticos em operação no Município ou que se hospedar em hotéis, pousadas, resorts e similares ou, ainda, que acampar em campings instalados no Município com finalidade turística.

Art. 206. É responsável pela cobrança da Taxa de Turismo o empreendedor de atrativo turístico ou estabelecimento de hospedagem ou camping utilizado pelo visitante para fins turísticos.

§ 1º Os empreendimentos turísticos, de hospedagem ou de camping serão responsáveis pelo recolhimento da taxa mensalmente e deverão proceder da seguinte forma:

I - cobra a Taxa de Turismo quando do ingresso do contribuinte para visitação de atrativo turístico instalado no Município;

II - cobrar a Taxa de Turismo por ocasião da entrada no camping ou na liquidação da conta do hóspede quando se tratar de hotéis, pousadas, resorts e similares.

§ 2º Os estabelecimentos de turismo ou de hospedagem ficam obrigados a manter em uso escrita fiscal destinada ao registro da Taxa de Turismo.

§ 3º A escrituração da Taxa de Turismo será feita na mesma nota fiscal emitida, correspondente à hospedagem do sujeito passivo da referida taxa.

§ 4º Os estabelecimentos de turismo ou de hospedagem enviarão mensalmente à Secretaria Municipal de Fazenda o demonstrativo mensal de recolhimento da Taxa de Turismo.

§ 5º O Demonstrativo Mensal de Recolhimento da Taxa de Turismo deverá conter a razão social e o CNPJ do estabelecimento, quantidade de diárias ou ingressos usufruídos, valor unitário e valor total da Taxa de Turismo cobrada, assinatura do responsável e do contador da empresa.

§ 6º O estabelecimento responsável pela arrecadação da Taxa de Turismo deverá efetuar o recolhimento das taxas arrecadadas aos cofres do Município de Confins até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da arrecadação.

§ 7º O descumprimento do prazo estabelecido no parágrafo anterior sujeitará o estabelecimento ao pagamento de multa diária de 2% (dois por cento) sobre o valor total a ser recolhido até o limite de 30 (trinta) dias de atraso, após o qual serão os referidos créditos inscritos em dívida ativa do Município, sujeitando-se, ainda, às demais penalidades previstas na legislação aplicável.

Art. 207. A Taxa de Turismo será calculada em reais, conforme valores estabelecidos na Tabela XIV do Anexo I desta Lei.

Seção XV

Taxa de Embarque

Art. 208. A Taxa de Embarque - TE - é devida em decorrência da prestação de serviços e a utilização de instalações e facilidades existentes em Terminal Rodoviário Municipal, com vistas ao embarque, orientação, conforto e segurança dos usuários.

Art. 209. A Taxa de Embarque será cobrada em conformidade com a Tabela XV do Anexo I desta Lei e será exigida no momento do pagamento da passagem.

Parágrafo único. As concessionárias prestadoras dos serviços de transporte coletivo de passageiros que operarem no Terminal Rodoviário serão responsáveis pela cobrança e recebimento da taxa, que deverá ser repassada ao Município a cada 30 (trinta) dias.

Seção XVI

Taxa de Licença e Habite-se

Art. 210. A Taxa de Licença de Habite-se, fundada no exercício regular do poder de polícia, tem como fato gerador a conferência da edificação em conformidade com o projeto aprovado pelo Município e a efetiva liberação do imóvel para ocupação e registro imobiliário.

Art. 211. O contribuinte é o proprietário titular do domínio público do imóvel edificado.

Parágrafo único. A Taxa de Licença de Habite-se será calculada e cobrada de acordo com a Tabela XVI do Anexo I desta Lei e será exigida na forma e prazos regulamentares.

Seção XVII

Taxa de Coleta de Lixo Hospitalar e Similares

Art. 212. A Taxa de Coleta de Lixo Hospitalar tem como fato gerador a prestação de serviços, efetiva ou

potencialmente, prestados ao sujeito passivo ou postos à sua disposição.

Art. 213. O contribuinte é qualquer pessoa física ou jurídica cuja atividade gera lixo hospitalar ou detritos sujeitos a perigo de contágio de doenças e infecções.

Art. 214. A taxa será devida anualmente, de acordo com a Tabela XVII do Anexo I desta Lei.

Seção XVIII

Taxa de Limpeza de Fossas Particulares

Art. 215. A Taxa terá como fato gerador a execução do serviço de limpeza pelo Poder Público Municipal, por solicitação do contribuinte ou após notificação prévia ao proprietário do imóvel, para que providencie a limpeza da fossa do imóvel, e o mesmo não tenha feito no prazo de 15 (quinze) dias contados da Notificação.

Parágrafo único. Ficam isentos da taxa de que trata este artigo as famílias inscritas no cadastro social do Município.

Art. 216. Contribuinte é o proprietário do imóvel, seus herdeiros ou o inventariante no caso de já falecido o proprietário, seu procurador no caso do imóvel estar sob a responsabilidade de aluguel através de locadora de imóveis ou o detentor de posse a qualquer título.

Art. 217. A taxa será devida a cada ocorrência, de acordo com a Tabela XVIII do Anexo I desta Lei.

Seção XIX

Isenções

Art. 218. Ficam concedidas as seguintes isenções:

I - das Taxas de Expediente:

- a) aos órgãos, autarquias e fundações pertencentes à União, aos Estados e Municípios;
- b) à expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações, requeridas aos órgãos da Administração Direta ou Indireta do Município;
- c) à expedição de certidões a servidores municipais, ativos ou inativos, sobre assuntos de natureza funcional;
- d) aos requerimentos de restituição de tributos e caução.

II - da Taxa de Fiscalização de Localização e Funcionamento:

- a) aos profissionais autônomos isentos do ISSQN, exceto prestadores de serviços profissionais de bombeiro-hidráulico, eletricista e congêneres que tenham estabelecimento fixo;
- b) aos microempreendedores individuais quando da inscrição ou do início de suas atividades no Município.

III - das Taxas de Licença:

- a) aos vendedores ambulantes de jornais e revistas;
- b) aos engraxates;
- c) à construção de muros de arrimo ou de muralhas de sustentação, quando no alinhamento da via pública, assim como os passeios;
- d) às construções provisórias destinadas à guarda de material, quando no local de obras já estiverem licenciadas;
- e) às obras realizadas em imóveis de propriedade da União, do Estado e de suas autarquias;
- f) à limpeza ou pintura, externa ou interna, de edifícios, casas, muros ou grades;
- g) às associações religiosas de classe, clubes esportivos, escolas primárias sem fins lucrativos, orfanatos e asilos;
- h) aos parques de diversões com entrada gratuita;
- i) aos dizeres relativos a propaganda eleitoral, atividade sindical, culto religioso e atividades da

administração pública;

j) aos cegos, mutilados e aos incapazes permanentemente, que exerçam o comércio eventual e ambulante em terrenos, vias e logradouros públicos.

IV - das Taxas de Serviços Diversos relativas a sepultamento e serviços de exumação no cemitério público municipal às pessoas carentes, assim considerado o familiar responsável pelo pedido do serviço que tenha renda igual ou inferior a 01 (um) salário mínimo, conforme laudo dos órgãos competentes do Município.

CAPÍTULO VI CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Art. 219. A Contribuição de Iluminação Pública - COSIP tem como fato gerador os serviços de iluminação pública e o consumo de energia destinada à iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos e a instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública, prestados pelo Município, diretamente ou através de concessionários.

Art. 220. Contribuinte da Contribuição de Iluminação Pública é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor de imóvel, a qualquer título, edificado ou não, situado em logradouros servidos por iluminação pública, consumidor de energia elétrica ou não e que esteja cadastrado junto à concessionária distribuidora de energia elétrica.

Art. 221. A base de cálculo para o consumidor de energia elétrica, residente ou estabelecido no território do Município e que esteja cadastrado junto à concessionária distribuidora de energia elétrica, o valor da tarifa lançada pela Concessionária Energética Estadual (Tarifa Equalizada Convencional do Subgrupo B4b - classe iluminação pública - regulamentada por Resolução da ANEEL) ou outra que vier a substituí-la, livre de impostos e taxas, para a classe/categoria de consumidor que o contribuinte estiver classificado, incidindo sobre a mesma alíquota percentual escalonada com base progressiva sobre as faixas de consumo pré-determinadas expressas em Kwh.

Parágrafo único. Quando se tratar de imóvel não edificado ou em construção, não consumidor de energia elétrica, a base de cálculo da contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública será a tarifa Equalizada Convencional do Subgrupo B4b, classe iluminação pública (regulamentada por Resolução da ANEEL), ou outra que vier a substituí-la, livre de impostos e taxas, incidindo sobre a mesma alíquota percentual fixa de 50% (cinquenta por cento) na data da emissão da guia de recolhimento.

Art. 222. A Contribuição de Iluminação Pública será lançada mensalmente e cobrada diretamente pelo Município ou juntamente com a fatura mensal de consumo de energia elétrica, pela concessionária do serviço público de energia elétrica, quando o contribuinte for proprietário, titular do domínio útil ou possuidor de imóvel edificado.

§ 1º Quando o contribuinte for proprietário, titular do domínio útil ou possuidor de imóvel não edificado ou contendo edificação em construção, não consumidor de energia elétrica, situado em logradouros servidos por iluminação pública, a Contribuição de Iluminação Pública será lançada anualmente, juntamente com o IPTU.

§ 2º Para atender ao disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a concessionária dos serviços de energia elétrica.

§ 3º Em função do convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere, a concessionária de exploração de serviços de energia elétrica local contabilizará e recolherá, mensalmente, o produto da Contribuição de Iluminação Pública à conta vinculada em instituição financeira indicada.

Art. 223. As alíquotas da Contribuição de Iluminação Pública são diferenciadas segundo a classe de consumidores, estabelecida conforme a quantidade de consumo mensal em Kw/h, de conformidade com as alíquotas constantes da Tabela XIX do Anexo I desta Lei.

CAPÍTULO VII CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Seção I

Fato Gerador

Art. 224. A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a execução, pelo Município, de obra pública, mesmo quando resulte de convênios, que beneficie imóvel localizado em sua zona de influência.

Parágrafo único. Considera-se zona de influência a área beneficiada direta ou indiretamente pela obra.

Seção II

Sujeito Passivo

Art. 225. O sujeito passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título, de bem imóvel beneficiado pela obra pública e situado na zona de influência da obra.

§ 1º A Contribuição de Melhoria relativa aos bens indivisos será lançada em nome de qualquer um dos titulares a quem caberá o direito de exigir dos demais as parcelas que lhes couberem.

§ 2º Correrão por conta do Município as cotas relativas aos imóveis pertencentes ao seu patrimônio ou isentos da Contribuição de Melhoria.

Seção III

Base de Cálculo

Art. 226. A base de cálculo da Contribuição de Melhoria é a valorização imobiliária decorrente de obra pública, tal como definido em Lei, e terá sua expressão monetária atualizada até a data do lançamento.

Parágrafo único. A Contribuição de Melhoria será calculada tendo em vista a valorização imobiliária, mas não poderá exceder o total da despesa realizada com a obra.

Art. 227. o cálculo da contribuição de melhoria tem como limite:

I - total: a despesa realizada;

II - individual: o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

§ 1º Na verificação do custo da obra, serão computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriação, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outros de praxe em financiamentos e empréstimos.

§ 2º Serão incluídos nos orçamentos de custo de obra todos os investimentos necessários para que os benefícios dela sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Seção IV

Edital

Art. 228. Aprovado pela autoridade competente o plano da obra pública objeto da Contribuição de Melhoria, será publicado edital, na forma regulamentar, contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

I - delimitação da zona de influência da obra, índices cadastrais dos imóveis nela compreendidos e os respectivos fatores de melhoria e valores venais;

II - memorial descritivo do projeto;

III - orçamento total ou parcial do custo da obra;

IV - percentual do custo da obra a ser exigido através da Contribuição de Melhoria.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se também aos casos de lançamento da Contribuição de Melhoria decorrente de obras públicas em execução, constantes de projetos ainda não concluídos.

Art. 229. Os proprietários de imóveis situados na zona de influência da obra pública têm o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do edital, para impugnação de qualquer dos elementos dele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

§ 1º As impugnações serão apreciadas em conjunto pelo Poder Executivo, que poderá rever as matérias impugnadas, sem, contudo, suspender o início ou execução da obra, o lançamento e a existência da Contribuição de Melhoria.

§ 2º Presume-se a concordância do contribuinte com o lançamento, caso não se manifeste no prazo previsto neste artigo.

Seção V Lançamento

Art. 230. A Contribuição de Melhoria será lançada de ofício, com base nos dados constantes do Cadastro Imobiliário, após concluída a etapa da obra objeto do lançamento.

Parágrafo único. O contribuinte será notificado do lançamento na forma regulamentar, contendo a notificação:

I - índice cadastral e valor da Contribuição de Melhoria;

II - prazos para reclamação e pagamento;

III - local do pagamento.

Art. 231. A Contribuição de Melhoria tem como limite máximo o custo da obra e será exigida, na proporção da valorização imobiliária ocorrida em virtude de obra pública, em relação a cada imóvel beneficiado situado nas respectivas zonas de influência.

§ 1º O Poder Executivo, tendo em vista a natureza da obra ou conjunto de obras, a valorização dela decorrente, as características da região, a capacidade econômica dos contribuintes e os equipamentos públicos existentes, estabelecerá o percentual do custo da obra a ser exigido a título de Contribuição de Melhoria.

§ 2º Para efeito de cálculo da Contribuição de Melhoria, o valor venal do terreno é o constante do lançamento do IPTU.

§ 3º Entende-se por fator de melhoria o grau relativo da valorização de um imóvel, decorrente da obra pública, em relação aos demais imóveis por ela beneficiados, tomando-se o fator igual a 1 (um) para os imóveis que obtiverem o maior grau de valorização.

Seção VI Recolhimento

Art. 232. O valor a ser exigido anualmente de cada contribuinte a título de Contribuição de Melhoria não poderá exceder a 2% (dois por cento) do valor venal do imóvel, atualizado até a data do lançamento.

Parágrafo único. Quando o valor total a ser cobrado a título de Contribuição de Melhoria exceder o limite previsto neste artigo, o valor residual será atualizado monetariamente e será exigido nos exercícios subsequentes.

Art. 233. A Contribuição de Melhoria será exigida na forma e prazos regulamentares, facultado ao Poder Executivo a concessão de descontos pelo pagamento antecipado e o parcelamento em prestações mensais atualizadas monetariamente.

TÍTULO IV
PROCESSO TRIBUTÁRIO ADMINISTRATIVO

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 234. O processo tributário administrativo será regido pelas disposições desta Lei e iniciado por petição da parte interessada ou de ofício pela autoridade competente.

Parágrafo único. Considera-se processo tributário administrativo aquele que verse sobre a constituição e exigência de créditos tributários do Município, a interpretação ou aplicação da legislação tributária, com trâmite na esfera administrativa.

CAPÍTULO II
DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I
Postulante

Art. 235. O contribuinte poderá postular pessoalmente ou através de preposto regularmente habilitado mediante mandato com poderes específicos.

Seção II
Prazos

Art. 236. Os prazos serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia de início e incluindo-se o dia do vencimento.

Parágrafo único. Os prazos somente se iniciam ou vencem em dia de expediente normal no órgão em que tramite o processo ou deva ser praticado o ato.

Art. 237. Inexistindo prazo fixado na legislação tributária para a prática de ato a cargo do sujeito passivo, será ele de 30 (trinta) dias, a contar da data de ocorrência do fato impositivo.

CAPÍTULO III
PROCEDIMENTO EM GERAL

Seção I
Procedimento Fiscal

Art. 238. O procedimento fiscal tem início com:

I - o primeiro ato de ofício, escrito, praticado por servidor competente, cientificado o sujeito passivo da obrigação tributária ou seu preposto;

II - a apreensão de mercadorias, documentos ou livros.

§ 1º O início do procedimento exclui a espontaneidade do sujeito passivo em relação aos atos anteriores e, independentemente de intimação, a dos demais envolvidos nas infrações verificadas.

§ 2º Para os efeitos do disposto no parágrafo anterior, os atos referidos nos incisos I e II do caput deste artigo valerão pelo prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável, sucessivamente, por igual período, com qualquer outro ato escrito que indique o prosseguimento dos trabalhos.

§ 3º Mediante decreto regulamentar, serão estabelecidas as diretrizes para o procedimento tributário administrativo.

Art. 239. Os termos decorrentes de atividade fiscalizadora serão lavrados, sempre que possível, em livro fiscal, extraindo-se cópia para anexação ao processo; quando não lavrados em livro, entregar-se-á cópia autenticada à pessoa sob fiscalização.

Art. 240. A exigência de crédito tributário, a retificação de prejuízo fiscal e a aplicação de penalidade isolada serão formalizadas em autos de infração ou notificação de lançamento, distintos para cada imposto, taxa, contribuição ou penalidade, os quais deverão estar instruídos com todos os termos, depoimentos, laudos e demais elementos de prova indispensáveis à comprovação do ilícito.

Parágrafo único. Quando, na apuração dos fatos, for verificada a prática de infrações a dispositivos legais relativos a um imposto, que impliquem a exigência de outros impostos da mesma natureza, taxas ou de contribuições, e a comprovação dos ilícitos depender dos mesmos elementos de prova, as exigências relativas ao mesmo sujeito passivo serão objeto de um só processo, contendo todas as notificações de lançamento e autos de infração.

Seção II

Auto de Notificação de Lançamento

Art. 241. As ações ou omissões que contrariem o disposto na legislação tributária serão, através de fiscalização, objeto de autuação com o fim de determinar o responsável pela infração verificada, o dano causado ao Município e seu respectivo valor, exigir do infrator os tributos não recolhidos e aplicar-lhe a penalidade correspondente.

Art. 242. O servidor que verificar a ocorrência de infração à legislação tributária municipal lavrará o auto de infração e a respectiva notificação de lançamento.

Parágrafo único. Caso o servidor não tenha competência para formalizar a exigência, comunicará o fato, em representação circunstanciada, a seu chefe imediato, para que sejam adotadas as providências necessárias.

Art. 243. O auto de infração será lavrado por servidor competente e conterá:

- I - O local, a data e hora de sua lavratura;
- II - o nome, o endereço do infrator e de seu estabelecimento, com a respectiva inscrição, quando houver;
- III - A descrição do fato que constituiu a infração;
- IV - A citação expressa do dispositivo legal infringido e a penalidade aplicável;
- V - A referência a documentos que serviram de base à lavratura do auto;
- VI - A intimação para apresentação de defesa ou pagamento do tributo, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, bem como os acréscimos legais, penalidades e/ou atualização;
- VII - A assinatura do agente autuante e a indicação do seu cargo ou função;
- VIII - A assinatura do autuado ou infrator ou a menção da circunstância de que não pode ou se recusou a assinar.

§ 1º As incorreções ou omissões verificadas no autor de infração e notificação fiscal não constituem motivos de nulidade do processo, desde que do mesmo constem elementos suficientes para determinar a infração e o infrator.

§ 2º Havendo reformulação ou alteração do auto, será devolvido ao contribuinte o prazo de defesa.

§ 3º A assinatura do autuado poderá ser aposta no auto, simplesmente ou sob protesto e, em nenhuma hipótese, implicará em confissão da falta arguida, nem sua recusa agravará a infração ou anulará o auto.

§ 4º Nenhum auto de infração será arquivado nem cancelada a multa fiscal sem prévio despacho da autoridade administrativa.

Art. 244. A notificação de lançamento será expedida pelo órgão que administra o tributo e conterá obrigatoriamente:

I - a qualificação do notificado;

II - o valor do crédito tributário e o prazo para recolhimento ou impugnação;

III - a disposição legal infringida, se for o caso;

IV - a assinatura do chefe do órgão expedidor ou de outro servidor autorizado e a indicação de seu cargo ou função e o número de sua matrícula.

Parágrafo único. Prescinde de assinatura a notificação de lançamento emitida por processo eletrônico.

Art. 245. Lavrado o auto de infração e notificação fiscal ou o termo de apreensão, por esses mesmos documentos, será o sujeito passivo intimado a recolher o débito, cumprir o que lhe for determinado ou apresentar defesa no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. É assegurado ao sujeito passivo, contribuinte ou responsável, o direito de ampla defesa.

Seção III

Apreensão de Bens ou Documentos

Art. 246. Caso sejam necessários à instauração do processo tributário administrativo, a fiscalização poderá apreender bens móveis, inclusive mercadorias, livros e documentos, existentes em estabelecimento comercial, industrial, agrícola ou profissional do contribuinte, responsável ou de terceiros, ou em outros lugares ou em trânsito, que constituam prova material de infração à legislação tributária do Município.

Parágrafo único. Havendo prova ou fundada suspeita de que as coisas se encontram em residência particular ou lugar utilizado como moradia, serão promovidas a busca e a apreensão judicial, sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a remoção clandestina por parte do infrator.

Art. 247. A apreensão será objeto de lavratura de termo próprio, devidamente fundamentado, observando-se, no que couber, a legislação pertinente.

Parágrafo único. O termo de apreensão conterá a descrição dos bens ou documentos apreendidos, a indicação do lugar onde ficarão depositados, nome e a assinatura do depositário, o qual será designado pelo autuante, podendo a designação recair no próprio detentor, se for o caso, a juízo do autuante.

Art. 248. Os documentos apreendidos poderão, a requerimento do autuado, ser-lhe devolvidos, ficando no processo cópia do inteiro teor ou da parte que deva fazer prova, caso o original não seja indispensável a esse fim.

Art. 249. As coisas apreendidas serão restituídas, a requerimento, mediante depósito das quantias exigíveis, cuja importância será arbitrada pela autoridade competente, ficando retidos, até decisão final, os espécimes necessários à prova.

Art. 250. Se o autuado não provar o preenchimento dos requisitos ou cumprimento das exigências legais para liberação dos bens apreendidos, no prazo de 60 (sessenta) dias após a apreensão, serão os bens levados à hasta pública ou leilão.

§ 1º Quando a apreensão recair em bens de fácil deterioração, estes poderão ser doados, a critério da Administração, a associações de caridade e demais entidades beneficentes ou de assistência social.

§ 2º Apurando-se, na venda em hasta pública ou leilão, importância superior aos tributos, acréscimos

legais e demais custos resultantes da modalidade de venda, será o autuado notificado para, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias, receber o excedente.

Seção IV
Atos e Termos Processuais

Art. 251. Os atos e termos processuais, quando não previstos em regulamento, conterão somente o indispensável à sua finalidade, sem espaçamentos e sem entrelinhas, rasuras ou emendas não ressalvadas.

Art. 252. A Administração Tributária utilizará os seguintes atos e termos:

- I - Termo de Início de Ação Fiscal - TIAF;
- II - Termo de Verificação Fiscal - TVF;
- III - Auto de Infração e Termo de Intimação - AITI;
- IV - Auto de Infração - AI;
- V - Termo de Intimação - TI;
- VI - Termo de Apreensão - TA.

Parágrafo único. O modelo, a finalidade, o preenchimento e a instituição de novos atos e termos serão disciplinados em regulamento.

Seção V
Intimação

Art. 253. Os interessados deverá ter ciência dos atos que determinarem o início do processo tributário administrativo, bem como de todos os demais de natureza decisória ou que imponham a prática de qualquer ato.

Art. 254. O sujeito passivo ou seu representante será intimado:

- I - pessoalmente, pela autoridade fiscal competente, comprovada com a assinatura, ou, no caso de recusa, com a declaração escrita de quem fizer a intimação;
- II - por via postal, com a prova do recebimento;
- III - através de edital publicado em periódico de circulação local ou, na falta, no órgão oficial do Estado.

Parágrafo único. A intimação, na forma prevista no inciso III deste artigo, considera-se ocorrida 15 (quinze) dias após a publicação do edital.

Seção VI
Nulidades

Art. 255. São nulos:

- I - os atos praticados e os termos lavrados por pessoa incompetente;
- II - os despachos e decisões proferidos por autoridade incompetente;
- III - as decisões não fundamentadas;
- IV - os atos ou decisões que impliquem em preterição ou prejuízo ao direito de defesa.

Parágrafo único. A nulidade do ato somente prejudica os posteriores dele decorrentes ou que lhe sejam consequentes.

CAPÍTULO IV
CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO ADMINISTRATIVO

Seção I
Litígio

Art. 256. Considera-se instaurado o contencioso tributário administrativo, para os efeitos legais, com a apresentação, pelo sujeito passivo, de impugnação ou defesa contra:

- I - auto de infração ou auto de infração e termo de intimação;
- II - lançamento de tributo;
- III - indeferimento de restituição de tributos e seus acréscimos;
- IV - termo de apreensão.

Parágrafo único. Põe fim ao contencioso tributário administrativo:

- I - a decisão irrecorrível para ambas as partes;
- II - o término do prazo sem interposição de recurso;
- III - a desistência de reclamação ou recursos;
- IV - o ingresso em juízo antes de proferida ou de tornada irrecorrível a decisão administrativa;
- V - a extinção do crédito tributário objeto do litígio.

Art. 257. A impugnação ou defesa deverá ser formulada por escrito e instruída com os documentos necessários para a prova das alegações do contribuinte e deverá mencionar:

- I - a autoridade julgadora a quem é dirigida;
- II - a qualificação do interessado e o endereço para intimação;
- III - os motivos de fato e de direito em que se fundamentaram os pontos de discordância e as razões e provas que possuir;
- IV - as diligências ou perícias que o impugnante pretenda sejam efetuadas e a exposição dos motivos que as justifiquem, com a formulação dos quesitos referentes aos exames desejados, assim como, no caso de perícia, o nome, o endereço e a qualificação profissional do seu perito.

§ 1º Considerar-se-á não formulado o pedido de diligência ou perícia que deixar de atender aos requisitos previstos no inciso IV do caput deste artigo.

§ 2º É defeso ao impugnante ou a seu representante legal empregar expressões injuriosas nos escritos apresentados no processo, cabendo ao julgador, de ofício ou a requerimento do ofendido, mandar riscá-las.

§ 3º Quando o impugnante alegar direito federal, estadual ou estrangeiro, provar-lhe-á o teor e a vigência, se assim o determinar o julgador.

§ 4º Considerar-se-á não impugnada a matéria que não tenha sido expressamente contestada pelo impugnante.

§ 5º A prova documental será apresentada na impugnação, precluindo o direito de o impugnante fazê-lo

em outro momento processual, a menos que:

- a) fique demonstrada a impossibilidade de sua apresentação oportuna, por motivo de caso fortuito ou força maior;
- b) refira-se a fato ou a direito superveniente;
- c) destine-se a contrapor fatos ou razões posteriormente trazidas aos autos.

§ 6º A juntada de documentos após a impugnação deverá ser requerida à autoridade julgadora, mediante petição em que se demonstre, com fundamentos, a ocorrência de uma das condições previstas nas alíneas do parágrafo anterior.

§ 7º Caso já tenha sido proferida a decisão, os documentos apresentados permanecerão nos autos para, se for interposto recurso, serem apreciados pela autoridade julgadora de segunda instância.

Art. 258. A impugnação ou defesa, data e assinada pelo sujeito passivo ou seu representante legal, deverá ser protocolizada no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data do recebimento da notificação de lançamento ou da intimação do ato impugnado, acompanhada da documentação na qual se fundamentou.

§ 1º É vedado reunir na mesma petição de impugnação ou defesa matéria referente a tributos diversos, a mais de uma autuação ou lançamento, exceto quando forem conexos.

§ 2º O autuado poderá recolher os tributos referentes à parte do auto de infração que for inconteste e apresentar defesa em relação à outra.

Art. 259. Na hipótese de devolução do prazo para impugnação do agravamento da exigência inicial, decorrente da decisão de primeira instância, o prazo para apresentação de nova impugnação começará a fluir a partir da ciência dessa decisão.

Seção II

Primeira Instância

Art. 260. Compete ao Secretário Municipal de Fazenda julgar, em primeira instância administrativa, as impugnações ou defesas, após parecer do Chefe do Setor de Fiscalização.

§ 1º Todos os meios legais são hábeis para provar os fatos arguidos.

§ 2º Na apreciação da prova, a autoridade julgadora formará livremente sua convicção, podendo determinar a produção daquelas que entender necessárias, inclusive a pericial.

§ 3º A prova pericial será realizada por servidor fazendário, indicado pela autoridade competente, facultando ao impugnante a indicação de assistente.

§ 4º Da decisão do Secretário Municipal de Fazenda caberá recurso em última instância ao Prefeito.

Art. 261. A autoridade julgadora terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do recebimento da impugnação ou defesa, para proferir sua decisão.

Art. 262. A decisão conterá relatório resumido do processo, fundamentos legais, conclusão e ordem de intimação, devendo referir-se expressamente a todos os autos de infração e notificações de lançamento objeto do processo, bem como às razões de defesa suscitadas pelo impugnante contra todas as exigências, justificando-se:

I - a recusa dos argumentos invocados pelo impugnante;

II - a decisão, com a citação dos dispositivos legais que lhe dão sustentação.

Art. 263. Da decisão de primeira instância não cabe pedido de reconsideração.

Seção III

Segunda Instância

Art. 264. Da decisão de primeira instância caberá recurso ao Prefeito:

I - de ofício;

II - voluntário.

Art. 265. O recurso de ofício será interposto obrigatoriamente no ato da decisão de primeira instância quando esta, total ou parceladamente, cancelar, modificar ou reduzir os créditos tributários em valor igual ou superior a 40 (quarenta) UFEMG's.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica às retificações decorrentes de erro de fato.

§ 2º Enquanto não interposto o recurso de ofício, a decisão não produzirá efeito.

§ 3º A autoridade fiscal que teve seu ato revisto pela decisão de primeira instância poderá interpor recurso de ofício, independente do valor da alçada, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data da decisão recorrida.

Art. 266. O recurso voluntário será interposto no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data da publicação ou afixação, em quadro próprio, da decisão da primeira instância.

§ 1º O recurso tem efeito suspensivo.

§ 2º O recurso voluntário pode ser interposto independentemente de apresentação de garantia à instância.

Art. 267. A decisão, na instância superior, deve ser proferida no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do recebimento do processo.

Seção IV Execução Das Decisões Administrativas

Art. 268. As decisões administrativas irrecorríveis serão cumpridas pelos contribuintes no prazo de 30 (trinta) dias, contados da decisão definitiva.

Parágrafo único. Quando a decisão administrativa referir-se a crédito tributário oriundo de tributo cuja modalidade de lançamento não seja por homologação, o pagamento no prazo previsto no artigo dispensa a incidência de multa e juros de mora, sujeitando-se apenas à atualização monetária.

CAPÍTULO V PROCESSO NORMATIVO

Seção I Consulta

Art. 269. É assegurado ao sujeito passivo da obrigação tributária ou ao seu representante legal o direito de formular consulta sobre a interpretação e a aplicação da legislação tributária municipal, em relação a fato concreto de seu interesse, na forma regulamentar.

§ 1º Também poderão formular consulta os órgãos da Administração Pública e as entidades representativas de categorias econômicas ou profissionais.

§ 2º Se o assunto versar sobre ato ou fatos já ocorridos, essa circunstância deverá ser esclarecida na consulta.

Art. 270. Nenhum procedimento fiscal deverá ser promovido em relação à espécie consultada:

I - se protocolada a consulta dentro do prazo legal para o cumprimento da obrigação a que se refira;

II - quando o sujeito passivo proceder de conformidade com a solução dada à consulta por ele formulada;

III - durante a tramitação da consulta ou enquanto a solução não for reformulada.

§ 1º A observância, pelo consulente, da resposta dada à consulta, enquanto prevalecer o entendimento nela consubstanciado, eximirá o contribuinte de qualquer penalidade e o exonerará do pagamento tributo considerado não devido no período.

§ 2º A mudança de orientação adotada em solução de consulta anterior prevalecerá em relação ao consulente, após ser este dela cientificado.

§ 3º Sobre o tributo, considerado devido pela solução dada à consulta, não incidirá qualquer penalidade, se recolhido monetariamente atualizado, dentro de 10 (dez) dias, contados da data em que o consulente tiver ciência da resposta.

§ 4º A não-incidência de penalidade prevista no parágrafo anterior somente se aplica no caso em que a consulta tiver sido protocolada antes de vencido o prazo para o pagamento do tributo a que se refere.

Art. 271. A consulta não produzirá os efeitos previstos no artigo anterior e deverá ser declarada ineficaz, se:

I - for meramente protelatória, assim entendida a que verse sobre disposição claramente expressa na legislação tributária ou sobre questão de direito já resolvida por ato normativo ou por decisão administrativa ou judicial;

II - não descrever, exata e completamente, o fato que lhe deu origem;

III - formulada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com o seu objeto ou após vencido o prazo legal para cumprimento da obrigação a que se referir.

Art. 272. Compete ao Secretário Municipal de Fazenda responder às consultas formuladas, assim como, se for o caso, declará-las ineficazes.

Art. 273. Na hipótese de mudança de orientação fiscal, a nova orientação atingirá a todos os casos, ressalvados o direito daqueles que anteriormente procederam de acordo com a orientação vigente, até a data da modificação.

Parágrafo único. Enquanto o contribuinte, protegido por consulta, não for notificado de qualquer alteração posterior no entendimento da autoridade administrativa sobre o mesmo assunto, ficará amparado em seu procedimento pelos termos da resposta à sua consulta.

Art. 274. A formulação da consulta não terá efeito suspensivo da cobrança de tributos e respectivas atualizações e penalidades.

Art. 275. A autoridade administrativa dará resposta à consulta no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de apresentação do pedido.

Seção II

Procedimento Normativo

Art. 276. A interpretação e a aplicação da legislação tributária serão, sempre que possível definidas em instrução normativa a ser baixada pelo Secretário Municipal de Fazenda.

Parágrafo único. Os órgãos da Administração Tributária, em caso de dúvida quanto à interpretação e a aplicação da legislação tributária, deverão solicitar a expedição da instrução normativa a que se refere o caput deste artigo.

TÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 277. As isenções previstas neste Código serão requeridas e reconhecidas na forma do regulamento.

Parágrafo único. A isenção dos tributos não exime o contribuinte ou responsável do cumprimento das obrigações acessórias.

Art. 278. Nenhuma atividade poderá ser exercida no Município sem o prévio licenciamento pelo órgão municipal competente.

Art. 279. Fica fixado em R\$ 24,86 (vinte e quatro reais e oitenta e seis centavos) o valor de referência para cálculo das taxas e penalidades.

Art. 280. As tabelas, as taxas e as multas serão reajustadas em 1º de janeiro de cada exercício pela Unidade Fiscal do Estado de Minas Gerais - UFEMG, que tem como índice para cálculo o INPC.

Art. 281. O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta Lei em até 360 (trezentos e sessenta) dias, contados da data de sua promulgação.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Fazenda poderá editar normas complementares a esta Lei, especialmente para defender os interesses da arrecadação e da fiscalização.

Art. 282. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar nº **014**, de 29 de dezembro de 2010, e suas alterações posteriores.

Confins, 06 de março de 2020.

Celso Antônio da Silva
PREFEITO MUNICIPAL DE CONFINS

1.

2. ANEXO I - ALÍQUOTAS DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES DE TAXAS

TABELA I - LISTA DE SERVIÇOS E ALÍQUOTAS DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ALÍQUOTA MENSAL
1 - Serviços de informática e congêneres.	3%
1.01 - Análise e desenvolvimento de sistemas.	3%
1.02 - Programação.	3%
1.03 - Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informações, entre outros formatos, e congêneres.	3%
1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphone e congêneres.	3%
1.05 - Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	3%
1.06 - Assessoria e consultoria em informática.	3%
1.07 - Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	3%
1.08 - Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	3%

1.09 - Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio de internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485 , de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).	3%
2 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	3%
2.01 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	3%
3 - Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.	3%
3.01 - Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.	3%
3.02 - Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	3%
3.03 - Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	3%
3.04 - Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	3%
4 - Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.	3%
4.01 - Medicina e biomedicina.	3%
4.02 - Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	3%
4.03 - Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	3%
4.04 - Instrumentação cirúrgica.	3%
4.05 - Acupuntura.	3%
4.06 - Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	3%
4.07 - Serviços farmacêuticos.	3%
4.08 - Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	3%
4.09 - Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	3%
4.10 - Nutrição.	3%
4.11 - Obstetrícia.	3%
4.12 - Odontologia.	3%
4.13 - Ortopedia.	3%
4.14 - Próteses sob encomenda.	3%
4.15 - Psicanálise.	3%
4.16 - Psicologia.	3%
4.17 - Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	3%
4.18 - Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	3%
4.19 - Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	3%
4.20 - Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	3%
4.21 - Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	3%
4.22 - Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	3%

4.23 - Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	3%
5 - Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.	3%
5.01 - Medicina veterinária e zootecnia.	3%
5.02 - Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	3%
5.03 - Laboratórios de análise na área veterinária.	3%
5.04 - Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	3%
5.05 - Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	3%
5.06 - Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	3%
5.07 - Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	3%
5.08 - Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	3%
5.09 - Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.	3%
6 - Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.	3%
6.01 - Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	3%
6.02 - Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	3%
6.03 - Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	3%
6.04 - Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	3%
6.05 - Centros de emagrecimento, spa e congêneres.	3%
6.06 - Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.	3%
7 - Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.	5%
7.01 - Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	5%
7.02 - Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	5%
7.03 - Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	3%
7.04 - Demolição	5%
7.05 - Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	5%
7.06 - Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	5%
7.07 - Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	5%
7.08 - Calafetação.	5%

7.09 - Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	5%
7.10 - Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	5%
7.11 - Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	5%
7.12 - Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	5%
7.13 - Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	5%
7.14 - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação do solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silviculturas, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação.	5%
7.15 Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	5%
7.16 - Limpeza e dragagem de rios, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	5%
7.17 - Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	5%
7.18 - Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	5%
7.19 - Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	5%
7.20 - Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	5%
8 - Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.	3%
8.01 - Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	3%
8.02 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	3%
9 - Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.	3%
9.01 - Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-services condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite-service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).	3%
9.02 - Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	3%
9.03 - Guias de turismo.	3%
10 - Serviços de intermediação e congêneres.	3%
10.01 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	3%
10.02 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	3%
10.03 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	3%
10.04 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).	3%

10.05 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	3%
10.06 - Agenciamento marítimo.	3%
10.07 - Agenciamento de notícias.	3%
10.08 - Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	3%
10.09 - Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	3%
10.10 - Distribuição de bens de terceiros.	3%
11 - Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.	5%
11.01 - Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	5%
11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.	5%
11.03 - Escolta, inclusive de veículos e cargas.	5%
11.04 - Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	5%
12 - Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.	2%
12.01 - Espetáculos teatrais.	2%
12.02 - Exibições cinematográficas.	2%
12.03 - Espetáculos circenses.	2%
12.04 - Programas de auditório.	2%
12.05 - Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	2%
12.06 - Boates, taxi-dancing e congêneres.	2%
12.07 - Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	2%
12.08 - Feiras, exposições, congressos e congêneres.	2%
12.09 - Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	2%
12.10 - Corridas e competições de animais.	2%
12.11 - Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	2%
12.12 - Execução de música.	2%
12.13 - Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	2%
12.14 - Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.	2%
12.15 - Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.	2%
12.16 - Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.	2%
12.17 - Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	2%
13 - Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.	2%
13.01 - Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.	2%

13.02 - Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.	2%
13.03 - Reprografia, microfilmagem e digitalização.	2%
14 - Serviços relativos a bens de terceiros.	3%
14.01 - Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	3%
14.02 - Assistência técnica.	3%
14.03 - Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	3%
14.04 - Recauchutagem ou regeneração de pneus.	3%
14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres, de objetos quaisquer.	3%
14.06 - Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	3%
14.07 - Colocação de molduras e congêneres.	3%
14.08 - Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	3%
14.09 - Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	3%
14.10 - Tinturaria e lavanderia.	3%
14.11 - Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	3%
14.12 - Funilaria e lanternagem.	3%
14.13 - Carpintaria e serralheria.	3%
14.14 - Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.	3%
15 - Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.	5%
15.01 - Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.	5%
15.02 - Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	5%
15.03 - Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	5%
15.04 - Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	5%
15.05 - Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos - CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	5%
15.06 - Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	5%

15.07 - Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	5%
15.08 - Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.	5%
15.09 - Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).	5%
15.10 - Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	5%
15.11 - Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	5%
15.12 - Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	5%
15.13 - Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	5%
15.14 - Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	5%
15.15 - Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	5%
15.16 - Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	5%
15.17 - Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	5%
15.18 - Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	5%
16 - Serviços de transporte de natureza municipal.	3%
16.01 - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.	3%
16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal.	5%
17 - Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.	3%
17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	3%

17.02 - Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.	3%
17.03 - Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	3%
17.04 - Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	3%
17.05 - Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	3%
17.06 - Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	3%
17.07 - Franquia (franchising).	3%
17.08 - Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	3%
17.09 - Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	3%
17.10 - Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	3%
17.11 - Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	3%
17.12 - Leilão e congêneres.	3%
17.13 - Advocacia.	3%
17.14 - Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	3%
17.15 - Auditoria.	3%
17.16 - Análise de Organização e Métodos.	3%
17.17 - Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	3%
17.18 - Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	3%
17.19 - Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	3%
17.20 - Estatística.	3%
17.21 - Cobrança em geral.	3%
17.22 - Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).	3%
17.23 - Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	3%
17.24 - Inserção de textos desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita)	3%
18 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguro; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	3%
18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguro; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	3%
19 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	5%
19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	5%

20 - Serviços aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.	5%
20.01 - Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviço de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadoria, logística e congêneres	5%
20.02 - Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	5%
21 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	3%
21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	3%
22 - Serviços de exploração de rodovia.	5%
22.01 - Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	5%
23 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	2%
23.01 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	2%
24 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	2%
24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	2%
25 - Serviços funerários.	3%
25.01 - Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquife; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	3%
25.02 - Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	3%
25.03 - Planos ou convênios funerários.	3%
25.04 - Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	3%
25.05 - Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento	3%
26 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas	
26.01 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas	2%
27 - Serviços de assistência social.	2
27.01 - Serviços de assistência social.	2%
28 - Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	2
28.01 - Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	2%

29 - Serviços de biblioteconomia.	
29.01 - Serviços de biblioteconomia.	2%
30 - Serviços de biologia, biotecnologia e química.	
30.01 - Serviços de biologia, biotecnologia e química.	2%
31 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	3%
31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	3%
32 - Serviços de desenhos técnicos.	3%
32.01 - Serviços de desenhos técnicos.	3%
33 - Serviços de desembarço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	
33.01 - Serviços de desembarço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	3%
34 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	5%
34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	5%
35 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	2%
35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	2%
36 - Serviços de meteorologia.	3%
36.01 - Serviços de meteorologia.	3%
37 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	3%
37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	3%
38 - Serviços de museologia.	2%
38.01 - Serviços de museologia.	2%
39 - Serviços de ourivesaria e lapidação.	3%
39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	3%
40 - Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.	2%
40.01 - Obras de arte sob encomenda.	2%

1.

TABELA II - TAXA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

POR ANO:

- 1.1 - EDIFICADOS DE USO RESIDENCIAL
 - por m² de área construída 0,25 UFEMG
- 1.2 - EDIFICADOS DE USO NÃO RESIDENCIAL
 - por m² de área construída 0,35 UFEMG
- 1.3 - NÃO EDIFICADOS
 - por m² de área do lote.... 0,02 UFEMG
- 2. TABELA III - TAXA DE EXPEDIENTE
 - 1. 1 - DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE POR/ DECLARAÇÃO
 - 1. - Expedição de declaração de qualquer natureza:
 - I - Informações registradas em quaisquer órgãos do Município 3 UFEMG
- 2.
 - 3. 2 - AVALIAÇÃO: POR AVALIAÇÃO
 - 2.1 - Avaliação de bens imóveis feita por funcionário municipal, para qualquer fim 10 UFEMG
 - 3 - BAIXAS: POR BAIXA
 - 3.1 - De qualquer natureza, exceto quanto às exibições de créditos tributários 20 UFEMG
 - 4 - INSCRIÇÃO: POR INSCRIÇÃO
 - 4.1 - No cadastro de contribuintes do Município (econômico) 20 UFEMG
 - 4.2 - No cadastro de publicidade e propagandas no Município 20 UFEMG
 - 5 - EMISSÃO GUIAS: POR GUIA
 - 5.1 - Guia de Recolhimento de Tributos 3 UFEMG
 - 5.2 - Segunda via de documento 3 UFEMG
 - 6 - REQUERIMENTOS DE CÓPIAS DE DOCUMENTOS: POR FOLHA
 - 6.1 - Cópias de documentos (por folha) 0,1 UFEMG
 - 7 - NUMERAÇÃO DO IMÓVEL 8 UFEMG
 - 8 - DECLARAÇÕES E CERTIDÕES RELATIVAS A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL:
 - 8.1 - Declaração de Conformidade com a Legislação Ambiental e demais leis vigentes no Município.... 5 UFEMG - cada
 - 8.2 - Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental:
 - Pequeno Porte 5 UFEMG - cada
 - Grande Porte.... 10 UFEMG - cada
 - 8.3 - "Selo Verde.... 1 UFEMG - cada
 - 8.4 - Licença Específica:
 - Pequeno Porte 2,5 UFEMG - cada
 - Grande Porte.... 10 UFEMG - cada
- 9. PROTOCOLO:

Pelo protocolo de pedidos e requerimentos cujo objeto não seja taxado especificamente entre as outras prestações mencionadas neste Código como sujeitas a taxa

.... 5 UFEMG - cada

TABELA IV - TAXA DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

POR ANO E POR ESTABELECIMENTO:

ITENS	ESPECIFICAÇÕES	QUANTIDADE DE UFEMG
4.1	Área de até 25 m ²	20
4.2	Área de 26 m ² até 50 m ²	25
4.3	Área de 51 m ² até 100 m ²	30
4.4	Área de 101 m ² até 150 m ²	35
4.5	Área de 151 m ² até 200 m ²	40
4.6	Área de 201 m ² até 250 m ²	45
4.7	Área de 251 m ² até 500 m ²	50
4.8	Área de 501 até 1000 m ²	55
4.9	Acima de 1000m ² - a cada m ²	0,06
4.10	Feirantes - em área de domínio público - por m ²	10
4.11	Ambulantes	6
4.12	Festas Abertas ao público com cobrança de entrada - por dia	30

TABELA V - TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

I - POR ANO, POR ESTABELECIMENTO COMERCIAL OU PRESTADOR DE SERVIÇO:

- a) Até 50 m² 30 UFEMG
- b) Acima de 50 até 100 m² 40 UFEMG
- c) Acima de 100 até 250 m² 60 UFEMG
- d) Acima de 250 até 500 m² 100 UFEMG
- e) Acima de 500 até 1.000 m².... 200 UFEMG
- f) Acima de 1.000 m² - valor do item ante acrescido, a cada m², do valor de 0,1 UFEMG

II - POR ANO, POR ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL OU EXTRAÇÃO MINERAL:

- a) Até 50 m² 100 UFEMG
- b) Acima de 50 até 270 m² 250 UFEMG
- e) Acima de 270 até 2.500 m²1.000 UFEMG
- g) Acima de 2.500 m²4.000 UFEMG

Taxa Mínima 100 UFEMG

III - ATIVIDADES EVENTUAIS OU PERIÓDICAS - POR DIA DE FUNCIONAMENTO

- a) Circos e Parques de Diversão 20 UFEMG
- b) Festas abertas ao público com cobrança de entrada, para até 200 pessoas 150 UFEMG
- c) Festas abertas ao público com cobrança de entrada, até 400 pessoas 250 UFEMG
- d) Festas abertas ao público com cobrança de entrada, acima de 400 pessoas 500 UFEMG
- e) Demais atividades não incluídas nos itens anteriores.... 50 UFEMG

Obs: O pagamento da TLLF não dispensa a cobrança do preço público, quando da utilização da área de domínio público por ambulantes, feirantes de barracas e de balcões de mercado.

TABELA VI - TAXA DE LICENÇA PARA VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE

POR ANO E POR M² DE ANÚNCIO:

	ESPECIFICAÇÃO	VALOR ANUAL UFEMG
1.	Publicidade localizada no estabelecimento do anunciante, relativa à atividade exercida pelo anunciante	300
1.01	Sem iluminação ou não-luminosos	500
1.02	Com iluminação ou luminosos	1000
1.03	Com programação que permita apresentação de múltiplas mensagens	1000
1.04	Animado, com mudança de cor, desenho ou dizeres, mediante jogos de luzes, luz intermitente ou movimento	1000
2.	Publicidade localizada no estabelecimento do anunciante, relativa à atividade exercida por terceiros	1000
2.01	Sem iluminação ou não-luminosos	1000
2.02	Com iluminação ou luminosos	2000
2.03	Com programação que permita apresentação de multiplas mensagens	1000
2.04	Animado, com mudança de cor, desenho ou dizeres, mediante jogos de luzes, luz intermitente ou movimento	1000
3.	Publicidade nas vias e logradouros públicos	
3.01	Painéis não-luminosos ou sem iluminação, sem movimento	200
3.02	Painéis luminosos ou com iluminação, sem movimento	300
3.03	Painéis com programação que permita apresentação de múltiplas mensagens	400
3.04	Paineis animados, com mudança de cor, desenho ou dizeres, mediante jogos de luzes, luz intermitente ou movimento	500
3.05	Outdoors não-luminosos ou sem iluminação, sem movimento	300
3.06	Outdoors luminosos ou com iluminação, sem movimento	500
3.07	Outdoors com programação que permita apresentação de múltiplas mensagens	1000
3.08	Faixas	100
3.09	Cartazes	-
3.10	Distribuição de folhetos, prospectos, programas, folders e assemelhados	50
3.11	Sonora, transmitida por quaisquer meios	100
4.	Demais publicidades não citadas anteriormente	500

1. TABELA VII - TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E EMPREENDIMENTOS PARTICULARES

POR OBRA OU EMPREENDIMENTO E POR M² DE CONSTRUÇÃO, ACRÉSCIMO OU LOTEAMENTO:

	ESPECIFICAÇÃO - OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR - POR PROJETO (CONSTRUÇÃO RESIDENCIAL, COMERCIAL, INDUSTRIAL)	VALOR UFEMG
1.	Alvará de construção ou aprovação de projeto arquitetônico ou instalações particulares - por m²	0,5
2.	Alvará de demolição de edificações ou instalações particulares, por imóvel e demais licenças - por m²	0,3
3.	Alvará de construção para reforma de acréscimo ou decréscimo de área. - por m²	0,5

4.	Baixa e habite-se, por m2 de área construída	0,5
5.	Análise e Autorização de desmembramento ou remembramento	0,3
6.	Loteamento	0,3

4. TABELA VIII - TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

I - Alvará Ambiental de Funcionamento - AAF 17 UFEMG/anual.

II - Autorização de supressão e de poda de vegetação 5 UFEMG/unidade

III - Autorização ambiental para intervenção de baixo impacto ... 20 UFEMG.

5. TABELA IX - TAXA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

FISCALIZAÇÃO E VISTORIAS POR ATO

1. I - VISTORIAS REALIZADAS DENTRO DA ZONA URBANA DA SEDE DO MUNICÍPIO:

2. Vistoria ambiental 30 UFEMG

17	1. TAXA PARA VISTORIAS, PARECERES - TPVA	
	OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR - CADA SERVIÇO PRESTADO	
ITENS	ESPECIFICAÇÕES	QUANTIDADE DE UFEMG
17.1	Vistoria e parecer	
17.1.1	Projeto de pequena complexidade - por m²	7
17.1.2	Projeto de média complexidade - por m²	15
17.1.3	Projeto de grande complexidade - por m²	30

6. TABELA X - TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO EM HORÁRIO ESPECIAL

PRORROGAÇÃO DE FUNCIONAMENTO EM HORÁRIO ESPECIAL		
ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR (UFEMG)
1.	PRORROGAÇÃO DE HORÁRIO APÓS ÀS 22:00 H - por dia	20
2.	PRORROGAÇÃO DE HORÁRIO ALÉM DAS 22:00 H - por mês	100
3.	PRORROGAÇÃO DE HORÁRIO ALÉM DAS 22:00 - por ano	1000

TABELA XI - LICENÇA PARA O EXERCÍCIO DO COMÉRCIO AMBULANTE

ITENS	ESPECIFICAÇÃO	VALOR DIÁRIO (UFEMG)	VALOR MENSAL (UFEMG)	VALOR ANUAL (UFEMG)
1.	Sacolas, cestos e assemelhados, por unidade	3	10	100
2.	Tabuleiros, cestos, malas e assemelhados	3	10	100
3.	Bicicleta, carrinho manual, triciclos, carroças e assemelhados	3	10	100
4.	Veículos automotores, motocicletas, trailers, food truck, reboques e assemelhados.	5	15	200

TABELA XII - LICENÇA PARA OCUPAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE ÁREAS OU ESPAÇOS EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS (TLOVP)

ITENS	ESPECIFICAÇÕES	VALOR ANUAL UFEMG
1	Veículos - Por veículo licenciado	

1.1	Pela utilização de vias para exploração do serviço de Táxi	50
2	Pela exploração do serviço de Transporte Escolar	
2.1	Veículos até 15 passageiros	50
2.2	Veículos acima de 15 passageiros	75
2	Pela exploração de Transporte Coletivo	
2.1	Micro-ônibus coletivo	360
2.2	Ônibus coletivo ou similares	400
3	Pela exploração de transporte por fretamento	
3.1	Camionetas ou similares	75
3.2	Caminhões (acima de 4 toneladas)	100
3.3	Caçambas estacionárias (por unidade)	25
3.4	Motocicleta	25
4	Pela exploração de Serviços	
4.1	Posto de atendimento bancário ou caixa eletrônico	180
4.2	Guichê de vendas diversas ou similar	120
4.3	Outros Serviços não constante dos itens acima	60
5	Pela exploração de Comércio	
5.1	Feirantes de barracas (excetuadas condições específicas estabelecidas em legislação especial) - por m² ou fração	20
5.2	Balcão de mercado e congêneres	50
5.3	Circo, parque de diversões e assemelhados	60
6	Instalação de poste ou similar	
6.1	Poste - por unidade	60
6.2	Eletroduto ou similar - por metro linear	1

TABELA XIII - TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS

13.1 - DEPÓSITO E LIBERAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:

1 - Guarda, por dia ou fração, no depósito municipal próprio ou local destinado para tal fim:

- a) animais 10 UFEMG
- b) veículos automotores 5 UFEMG
- c) demais veículos 5 UFEMG

13.2 - ABATE DE ANIMAIS:

- 1 - Bovino ou vacum 50 UFEMG, por animal
- 2 - Suíno 30 UFEMG, por animal
- 3 - Outros 20 UFEMG, por animal

13.3 - CEMITÉRIOS

ITENS	ESPECIFICAÇÕES	QUANTIDADE DE UFEMG
3.1	Velório	15
3.2	Sepultamento	-
3.2.1	Sepultamento de criança	10
3.2.2	Sepultamento de adulto	20

3.3	Desenterramento (exumação)	50
3.4	Translação de ossos	20
3.5	Emplacamento	8
3.6	Construção de túmulo perpétuo (m²)	736
3.7	Aquisição de sepultura	
3.7.1	Aquisição de sepultura - 1 gaveta	290
3.7.2	Aquisição de sepultura - 2 gavetas	560
3.7.3	Aquisição de sepultura - 3 gavetas	736
3.7.4	Perpetuidade de sepultura - prorrogação após 5 anos	200
3.8	Autorização de obras	50
3.9	Conservação, limpeza e manutenção	10

13.4 - RECOLHIMENTO DE ENTULHOS E RESÍDUOS DE PODA DE ÁRVORES E JARDINS:

- 1 - Retirada de Entulho 4 UFEMG, por m³
- 2 - Recolhimento de Pneus e Similares em desuso 4 UFEMG, por viagem
- 3 - Limpeza de imóvel - capina... 1 UFEMG, por m²

TABELA XIV - TAXA DE TURISMO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR POR DIA
Visitação turística - por visitante	0,4 UFEMG
Hospedagem Turística em área de camping	0,5 UFEMG
Hospedagem Turística em hotéis, hotéis-fazenda, resorts, pousadas e similares	1 UFEMG por diária de cada unidade habitacional ocupada

TABELA XV - TAXA DE EMBARQUE

ESPECIFICAÇÃO	VALORPOR DIA
Passagens	0,30 UFEMG

TABELA XVI - TAXA DE LICENÇA DE HABITE-SE

ITENS	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE DE UFEMG
1.	Alvará de Habita-se - por m²	0,50

TABELA XVII - TAXA DE COLETA DE LIXO HOSPITALAR E SIMILARES

ITENS	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE DE UFEMG
1.	Taxa de Limpeza - Coleta e remoção de lixo	
1.1	Coleta e remoção de lixo - por m² de área construída	10

TABELA XVIII - TAXA DE LIMPEZA DE FOSSAS PARTICULARES

ITENS	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE DE UFEMG
1.	Taxa única	15

TABELA XIX - CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

I - IMÓVEIS EDIFICADOS, POR MÊS:

Faixa de Consumo (KWH)	Alíquota
0 a 50	ISENTO
51 a 100	0,6
101 a 200	4,5
201 a 300	7,5
301 a 10.000	15
acima de 10.000	150

1. ANEXO II - MULTAS

1 - MULTAS APLICÁVEIS COM BASE NO INCISO I DO ART. 105 DESTA LEI:

1. - EM RELAÇÃO AOS CADASTROS MUNICIPAIS:

- a) quando a pessoa física deixar de inscrever-se nos Cadastros Mobiliário, Imobiliário e de Anúncios, na forma e prazos regulamentares: 03 UFEMG;
- b) quando a pessoa física deixar de comunicar a baixa ou quaisquer alterações dos dados constantes dos Cadastros Mobiliário, Imobiliário e de Anúncios, na forma e prazos regulamentares: 03 DA UFEMG;
- c) quando a pessoa jurídica deixar de inscrever-se nos Cadastros Mobiliário, Imobiliário e de Anúncios, na forma e prazos regulamentares: 03 UFEMG;
- d) quando a pessoa jurídica deixar de comunicar a baixa ou quaisquer alterações dos dados constantes dos Cadastros Mobiliário, Imobiliário e de Anúncios, na forma e prazos regulamentares:03 UFEMG;
- e) quando as pessoas que gozem de isenção ou imunidade deixarem de comunicar a venda de imóvel de sua propriedade, na forma e prazos regulamentares: 03 UFEMG.

a) EM RELAÇÃO AOS DOCUMENTOS FISCAIS:

- a) não possuir ou não exibir documento fiscal na forma regulamentar: 05 UFEMG por tipo de documento, limitada a20 UFEMG;
- b) imprimir ou mandar imprimir documento fiscal em desacordo com o modelo aprovado:08 UFEMG por tipo de documento;
- c) imprimir ou mandar imprimir modelo de documento fiscal sem autorização da repartição competente:08 UFEMG por tipo de documento;
- d) emitir documento fiscal em número de vias inferior ao exigido: 01 UFEMG por documento, limitada a.... 04 UFEMG numa mesma ação fiscal;
- e) emitir documento fiscal de série diversa da prevista para a operação: 01 UFEMG por documento, limitada a04 UFEMG numa mesma ação fiscal;
- f) emitir documento fiscal com endereço diverso daquele a que se refere o estabelecimento prestador:01 UFEMG por documento, limitada a.... 04 UFEMG numa mesma ação fiscal;
- g) emitir documento fiscal fora da sequência cronológica e/ou numérica: 01 UFEMG por documento, limitada a....05 UFEMG na mesma ação fiscal;
- h) emitir documento fiscal em desacordo com as normas regulamentares: 01 UFEMG por documento, limitada a04 UFEMG na mesma ação fiscal;

1. deixar de emitir, na forma e prazos regulamentares, documento fiscal destinado a comprovar o início da relação entre o prestador do serviço e seu usuário: 01 UFEMG por documento;

j) dar destinação às vias do documento fiscal, diversa daquela indicada nas mesmas:01 UFEMG por documento, limitada a.... 04 UFEMG na mesma ação fiscal;

l) não apresentar documento fiscal à repartição fiscal competente, na forma e prazos regulamentares:04 UFEMG por tipo de documento, limitada a20 UFEMG;

m) não manter arquivados os documentos fiscais pelo prazo de cinco anos: 04 UFEMG por tipo de documento;

n) possuir documento fiscal com numeração e série em duplicidade:06 UFEMG por tipo de documento, limitada a25 UFEMG;

o) não publicar e/ou deixar de comunicar ao órgão fazendário, na forma e prazos regulamentares, a

inutilização ou extravio de documentos fiscais:5 UFEMG por tipo de documento, limitada a.... 17 UFEMG.

b) EM RELAÇÃO AOS LIVROS FISCAIS:

a) por não possuir ou não exibir os livros fiscais, devidamente registrados, na forma regulamentar:04 UFEMG por livro;

b) escriturar os livros fiscais de forma ilegível ou com rasuras:04 UFEMG por livro;

c) deixar de escriturar o Livro de Registro de Entradas de Serviço, ou equivalente autorizado pelo fisco, no prazo regulamentar:04 UFEMG por entrada de serviço não escriturada;

d) deixar de escriturar o Livro de Registro de Serviços Prestados, ou equivalente autorizado pelo fisco, no prazo regulamentar:04 UFEMG por mês não escriturado;

e) deixar de escriturar o Livro de Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrência, ou equivalente autorizado pelo fisco, no prazo regulamentar:04 UFEMG;

f) escriturar os livros fiscais em desacordo com as normas regulamentares: 04 UFEMG por livro;

g) não manter arquivado os livros fiscais pelo prazo de cinco anos:04 UFEMG por livro;

h) não publicar e/ou comunicar ao órgão fazendário, na forma e prazos regulamentares, a inutilização ou extravio de livros fiscais:04 UFEMG por livro;

i) não reconstituir, na forma e prazos regulamentares, a escrituração fiscal: 04 UFEMG por livro.

c) EM RELAÇÃO A LIVROS E DOCUMENTOS CONTÁBEIS:

a) contabilizar, indevidamente, documentos que gere redução de base de cálculo de imposto:10 UFEMG.

1.5 - EM RELAÇÃO À AÇÃO FISCALIZATÓRIA:

a) não atender à notificação do órgão fazendário para declarar os dados necessários ao lançamento do IPTU, ou oferecê-los incompletos:08 UFEMG;

b) fornecer ao fisco informações ou documentos incompletos, inexatos ou inverídicos.... 10 UFEMG;

c) deixar de prestar informações, exibir livros e documentos contábeis, ou quaisquer outros elementos, quando solicitados pelo fisco: 10 UFEMG por documento fiscal;

d) impedir ou embaraçar a ação do fisco ou, ainda, desacatar o agente ou autoridade fiscal:50 UFEMG;

1.6 - EM RELAÇÃO À ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA:

a) por deixar de cumprir exigências previstas em despacho concessório do regime especial:200 UFEMG;

b) não apresentar, na forma e prazos regulamentares, a declaração acerca dos bens ou direitos transmitidos ou cedidos:100 UFEMG

c) não apresentar, na forma e prazos regulamentares, o demonstrativo de inexistência de preponderância de atividades:100 UFEMG;

d) ao contribuinte cujos documentos instituídos pela administração tributária forem objeto de falsificação:100 UFEMG;

e) quando as pessoas que gozem de isenção ou imunidade deixarem de cumprir qualquer obrigação inerente à concessão ou manutenção do benefício:100 UFEMG.

2 - MULTAS APLICÁVEIS COM BASE NO INCISO II DO ART. 105 DESTA LEI:

2.1 - por emitir documento diverso daquele exigido para a operação:

a) se escriturado contabilmente: 1% (um por cento) do valor do serviço, atualizado monetariamente, e nunca inferior a.... 04 UFEMG;

b) se não escriturado contabilmente: 4% (quatro por cento) do valor do serviço, atualizado monetariamente, e nunca inferior a06 UFEMG;

2.2 - por não utilizar ingressos, previamente autorizados pela repartição fiscal, para a entrada em eventos de qualquer natureza: 4% (quatro por cento) do valor do serviço, atualizado monetariamente, e nunca inferior a06 UFEMG por evento;

2.3 - destinar a tomadores de serviços diferentes as vias de um mesmo documento fiscal: 4% (quatro por cento) do valor do serviço omitido, atualizado monetariamente, e nunca inferior a06 UFEMG;

2.4 - utilizar documento fiscal com numeração e série em duplicidade: 4% (quatro por cento) do valor do serviço, atualizado monetariamente, e nunca inferior a.... 06 UFEMG por documento;

2.5 - por escriturar os livros fiscais com dolo, fraude ou simulação: 4% (quatro por cento) do valor do serviço omitido, atualizado monetariamente, e nunca inferior a06 UFEMG;

2.6 - por consignar em documento fiscal importância inferior ao efetivo valor da operação: 4% (quatro por cento) do valor do serviço omitido, atualizado monetariamente, e nunca inferior a06 UFEMG;

2.7 - por consignar valores diferentes nas vias do mesmo documento fiscal: 4% (quatro por cento) do valor do serviço omitido, atualizado monetariamente, e nunca inferior a.... 08 UFEMG;

2.8 - por qualquer omissão de receita, definida no art. 98 desta Lei: 4% (quatro por cento) do valor do serviço, atualizado monetariamente, e nunca inferior a06 UFEMG;

2.9 - emitir modelo de documento fiscal impresso sem autorização do órgão competente: 4% (quatro por cento) do valor do serviço, atualizado monetariamente, e nunca inferior a.... 06 UFEMG;

2.10 - emitir documento fiscal dado como extraviado, desaparecido ou inutilizado, assim como, após o encerramento de atividade: 4% (quatro por cento) do valor do serviço, atualizado monetariamente, e nunca inferior a06 UFEMG;

2.11 - por descrever, em qualquer das vias do documento fiscal ou contábil, serviço diferente daquele efetivamente prestado, que resulte em benefício de alíquota reduzida, isenção, não incidência ou imunidade: 4% (quatro por cento) do valor do serviço, atualizado monetariamente, e nunca inferior a06 UFEMG.

3 - MULTAS APLICÁVEIS COM BASE NO INCISO I DO ART. 110 DESTA LEI, EM RAZÃO DO NÃO-RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS:

3.1 - por atraso no pagamento dos tributos serão aplicadas multas no percentual de 0,33% ao dia limitado a 20,00% (vinte por cento)

3.2 - 50% (cinquenta por cento) do valor do tributo atualizado monetariamente, e nunca inferior a 12 UFEMG, ao contribuinte em cujas guias de recolhimento de tributo ocorrer falsificação de autenticação bancária.

3.3 - No caso de apropriação indébita, definida no art. 101 desta Lei, a multa prevista no item anterior será cominada em dobro.

ANEXO III - PLANTA DE VALORES GENÉRICOS

PLANTA DE VALORES DO M² DE TERRENOS

1. ALÍQUOTAS APLICADAS PARA CÁLCULO DO IPTU			
Código	Descrição	Alíquota	
1	Tratando-se de terreno/lote vago, sem edificação	1,00%	
2	Tratando-se de construção utilizada como residência/serviços	0,50%	
3	Tratando-se de construção utilizada como comércio	0,70%	
4	Tratando-se de construção utilizada como indústria	1,20%	
2. VALOR DO M ² DE TERRENO			

Código	Tipo	Descrição	Bairro	Setor	Terreno p/ m2	
1	Rua	Lapa Vermelha	Santa Cruz	1	R\$ 9,50	
2	Rua	Lindonor Ribeiro	Santa Cruz	1	R\$ 9,50	
3	Rua	Galdino José da Silva	Santa Cruz	1	R\$ 9,50	
4	Rua	Antônio José Gonçalves	Santa Cruz	1	R\$ 9,50	
5	Avenida	José Ribeiro Sobrinho	Santa Cruz	1	R\$ 9,50	
6	Rua	Raimundo Ricardo	Santa Cruz	1	R\$ 9,50	
7	Rua	Levi da Costa	Santa Cruz	1	R\$ 9,50	
8	Rua	Teolina Esteves Ribeiro	Santa Cruz	1	R\$ 9,50	
9	Rua	José Ribeiro dos Santos	Santa Cruz	1	R\$ 9,50	
10	Rua	Raimunda Marques	Santa Cruz	1	R\$ 9,50	
11	Rua	João Teixeira	Santa Cruz	1	R\$ 9,50	
12	Rua	Gersino Barbosa	Santa Cruz	1	R\$ 9,50	
13	Rua	Leocádia Valadares	Alto dos Pinheiros	2	R\$ 9,50	
14	Rua	Contorno	Alto dos Pinheiros	2	R\$ 9,50	
15	Rua	Terezinha de Jesus Carvalho	Alto dos Pinheiros	2	R\$ 9,50	
16	Rua	Gumerindo Ribeiro dos Santos	Alto dos Pinheiros	2	R\$ 9,50	
17	Rua	Maria de Lourdes Ribeiro	Alto dos Pinheiros	2	R\$ 9,50	
18	Rua	Ana Francisca dos Reis	Alto dos Pinheiros	2	R\$ 9,50	
19	Rua	Joaquim Ribeiro dos Santos	Alto dos Pinheiros	2	R\$ 9,50	
20	Rua	Manoel Ferreira	Alto dos Pinheiros	2	R\$ 9,50	
21	Rua	Francisco Gonçalves	Boa Vista	3	R\$ 9,50	
22	Praça	Romualdo Martins	Boa Vista	3	R\$ 9,50	
23	Rua	Contorno - do nº ao nº	Boa Vista	3	R\$ 9,50	
24	Vila	Precon	Boa Vista	3	R\$ 9,50	
25	Rua	Lindouro Ribeiro	Boa Vista	3	R\$ 9,50	
26	Rua	José Ribeiro	Boa Vista	3	R\$ 9,50	
27	Rua	Thieres Ribeiro	Boa Vista	3	R\$ 9,50	
28	Rua	Odorico Pereira	Boa Vista	3	R\$ 9,50	
29	Rua	Nelson Caetano	Boa Vista	3	R\$ 9,50	
30	Rua	Joaquim Martins	Boa Vista	3	R\$ 9,50	
31	Rua	Melquiades Gonçalves	Centro	4	R\$ 9,50	
32	Rua	José Ribeiro Sobrinho	Centro	4	R\$ 11,40	
33	Rua	Contorno	Centro	4	R\$ 11,40	
34	Rua	José Gonçalves Filho	Centro	4	R\$ 9,50	
35	Rua	Leonardo Paulino	Centro	4	R\$ 9,50	

36	Rua	Albino Paulino	Centro	4	R\$ 9,50	
37	Rua	João Cândido	Centro	4	R\$ 9,50	
38	Rua	Gustavo Rodrigues	Centro	4	R\$ 9,50	
39	Rua	José Ricardo	Centro	4	R\$ 9,50	
40	Rua	Marciliano Teixeira	Centro	4	R\$ 9,50	
41	Rua	Maria Rodrigues	Centro	4	R\$ 11,40	
42	Rua	Ceci Bargbosa	Centro	4	R\$ 9,50	
43	Rua	Pedro Gregório	Centro	4	R\$ 9,50	
44	Rua	João de Freitas	Centro	4	R\$ 9,50	
45	Praça	Getúlio Vargas	Centro	4	R\$ 9,50	
46	Rua	São José	Centro	4	R\$ 11,40	
47	Rua	Ivo Felismino	Centro	4	R\$ 9,50	
48	Rua	José Ferreira Leal	Centro	4	R\$ 9,50	
49	Rua	Jaime Pereira	Centro	4	R\$ 9,50	
50	Rua	Antônio Leles dos Santos	Centro	4	R\$ 9,50	
51	Rua	Ramiro Cândido	Centro	4	R\$ 9,50	
52	Beco	Mestre Mário	Centro	4	R\$ 9,50	
53	Rua	Claudina Teixeira	Centro	4	R\$ 9,50	
54	Rua	Alceu Ribeiro dos Santos	Centro	4	R\$ 9,50	
55	Rua	Licordino Barbosa	Quintas do Aeroporto	5	R\$ 9,50	
56	Rua	Maria Augusta Barbosa	Quintas do Aeroporto	5	R\$ 9,50	
57	Rua	Helvécio Barbosa	Quintas do Aeroporto	5	R\$ 9,50	
58	Rua	Paulino de Souza Rodrigues	Quintas do Aeroporto	5	R\$ 9,50	
59	Rua	José Major	Quintas do Aeroporto	5	R\$ 9,50	
60	Alameda	Padre José Kantenich	Quintas do Aeroporto	5	R\$ 9,50	
61	Rua	Gameleira	Gameleira	6	R\$ 9,50	
62	Rua	Alvina Gonçalves	Gameleira	6	R\$ 9,50	
63	Rua	Jaime Gonçalves	Gameleira	6	R\$ 9,50	
64	Rua	Geraldo França Simões	Gameleira	6	R\$ 9,50	
65	Rua	Teodolina Vieira	Gameleira	6	R\$ 9,50	
66	Rua	Vicente Costa	Gameleira	6	R\$ 9,50	
67	Rua	Joaquim Gonçalves	Gameleira	6	R\$ 9,50	
68	Rua	Vanderlei Alves Mendonça	Gameleira	6	R\$ 9,50	
69	Rua	Vinte e Oito de Outubro	Gameleira	6	R\$ 9,50	
70	Rua	Nelita Costa Gonçalves	Gameleira	6	R\$ 9,50	
71	Rua	Bernadete Salomé	Gameleira	6	R\$ 9,50	
72	Rua	São José	São José	7	R\$ 9,50	
73	Rua	Diácono Padre Luiz Pozzodon	São José	7	R\$ 9,50	

74	Rua	José Gonçalves Neves	São José	7	R\$ 9,50	
75	Rua	Rubens Leles	São José	7	R\$ 9,50	
76	Rua	Augusto Ribeiro	São José	7	R\$ 9,50	
77	Rua	Nazires Queiroz Lara	São José	7	R\$ 9,50	
78	Rua	Lourdes Leles Vieira	São José	7	R\$ 9,50	
79	Rua	Guilherme Rodrigues	São José	7	R\$ 9,50	
80	Rua	Lagoa Santa	Varzea Bonita	8	R\$ 9,50	
81	Rua	Pedro de Souza	Varzea Bonita	8	R\$ 9,50	
82	Rua	Luiz Vieira	Varzea Bonita	8	R\$ 9,50	
83	Rua	Rui de Souza	Varzea Bonita	8	R\$ 9,50	
84	Rua	Albertino Moreira	Varzea Bonita	8	R\$ 9,50	
85	Rua	Francisco José da Silva	Varzea Bonita	8	R\$ 9,50	
86	Rua	Vicente Costa	Varzea Bonita	8	R\$ 9,50	
87	Rua	Bernardino Lino de Souza	Varzea Bonita	8	R\$ 9,50	
88	Rua	Altair Estevão	Varzea Bonita	8	R\$ 9,50	
89	Praça	Geraldo Vieira	Varzea Bonita	8	R\$ 9,50	
90	Praça	Geraldo Barbosa	Varzea Bonita	8	R\$ 9,50	
91	Rua	Contorno	Lagoa dos Mares	9	R\$ 9,50	
92	Praça	Coqueiros	Lagoa dos Mares	9	R\$ 9,50	
93	Rua	São Mateus	Lagoa dos Mares	9	R\$ 9,50	
94	Rua	São Geraldo	Lagoa dos Mares	9	R\$ 9,50	
95	Rua	São Judas Tadeu	Lagoa dos Mares	9	R\$ 9,50	
96	Rua	Raimundo Lúcio Gonçalves	Lagoa dos Mares	9	R\$ 9,50	
97	Rua	São Cristovão	Lagoa dos Mares	9	R\$ 9,50	
98	Rua	Antoniop Cera	Lagoa dos Mares	9	R\$ 9,50	
99	Rua	Gabor Buzza	Lagoa dos Mares	9	R\$ 9,50	
100	Rua	Benandino José Vertelo	Lagoa dos Mares	9	R\$ 9,50	
101	Rua	Nossa Senhora de Fátima	Lagoa dos Mares	9	R\$ 9,50	
102	Rua	Necodemos F. de Almeida	Lagoa dos Mares	9	R\$ 9,50	
103	Rua	Otaviano Miranda	Lagoa dos Mares	9	R\$ 9,50	
104	Rua	Miguel Pedro Chalup	Lagoa dos Mares	9	R\$ 9,50	
105	Rua	Luiz Barbosa da Silva	Lagoa dos Mares	9	R\$ 9,50	

106	Rua	Tereza Vaz Monteiro	Lagoa dos Mares	9	R\$ 9,50	
107	Rua	Azaléia	Lagoa dos Mares	9	R\$ 9,50	
108	Rua	Ipê Amarelo	Lagoa dos Mares	9	R\$ 9,50	
109	Rua	Angicos	Lagoa dos Mares	9	R\$ 9,50	
110	Rua	Mangueira	Lagoa dos Mares	9	R\$ 9,50	
111	Rua	Orquideas	Lagoa dos Mares	9	R\$ 9,50	
112	Rua	Pau Brasil	Lagoa dos Mares	9	R\$ 9,50	
113	Rua	José Feliz Machado	Lagoa dos Mares	9	R\$ 9,50	
114	Rua	Flanboyant	Lagoa dos Mares	9	R\$ 9,50	
115	Rua	Nikolas Joncew	Lagoa dos Mares	9	R\$ 9,50	
116	Rua	Camélias	Lagoa dos Mares	9	R\$ 9,50	
117	Rua	Buganvilias	Lagoa dos Mares	9	R\$ 9,50	
118	Rua	José Oliveira e Silva	Lagoa dos Mares	9	R\$ 9,50	
119	Condomínio	Bernardino	Lagoa dos Mares	9	R\$ 9,50	
120	Avenida	Luiz Manoel	Lagoa dos Mares	9	R\$ 9,50	
121	Avenida	Angelina Maria	Lagoa dos Mares	9	R\$ 9,50	
122	Rua	Girassóis	Lagoa dos Mares	9	R\$ 9,50	
123	Rua	Dália	Lagoa dos Mares	9	R\$ 9,50	
124	Rua	Lacustre	Lagoa dos Mares	9	R\$ 9,50	
125	Rua	Francisco Vieira Souza	Retiro	10	R\$ 9,50	
126	Alameda	Aldeia do Engenho	Retiro	10	R\$ 9,50	
127	Rua	José Domingos Gomes	Retiro	10	R\$ 9,50	
128	Rua	Pedro Gomes	Retiro	10	R\$ 9,50	
129	Rua	Raimundo Gomes Guimarães	Retiro	10	R\$ 9,50	
130	Rua	José Adão	Retiro	10	R\$ 9,50	
131	Rua	Pedro Vicente	Retiro	10	R\$ 9,50	
132	Praça	Pedro Leles	Retiro	10	R\$ 9,50	
133	Rua	Manoel Oliviera	Capão	11	R\$ 9,50	
134	Rodovia	BR-424	Capim Seco	12	R\$ 9,50	

135	Marginal	BR-424		12	R\$ 9,50	
136	Rua	José Oliveira e Silva	Tavares	13	R\$ 9,50	
137	Avenida	Antônio José Gonçalves	Tavares	13	R\$ 9,50	
138	Rua	Santo Antônio	Tavares	13	R\$ 9,50	
139	Rua	Pedro José da Silva	Tavares	13	R\$ 9,50	
140	Rua	José Correia	Tavares	13	R\$ 9,50	
141	Rua	Isaias Gonçalves de Oliviera	Tavares	13	R\$ 9,50	
142	Rua	Olegário Lucas Evangelista	Tavares	13	R\$ 9,50	
143	Rua	João das Graças	Tavares	13	R\$ 9,50	
144	Rua	Santos Rodrigues	Tavares	13	R\$ 9,50	
145	Rua	Viala Otilia	Tavares	13	R\$ 9,50	
146	Rua	Raimundo Lúcio	Tavares	13	R\$ 9,50	
147	Rua	Alvim José da Silva	Tavares	13	R\$ 9,50	
148	Rua	Maria Luiza	Tavares	13	R\$ 9,50	
149	Avenida	A	Cond. Ville Royale	12	R\$ 45,00	
150	Rua	01 a 14	Cond. Ville Royale	12	R\$ 45,00	
151	Rua / Avenida	Outras denominações de Logradouros	Outros		R\$ 9,50	
152	Área	Áreas descaracterizadas de rural para urbana de 1.000 m² a 5.000 m² (não loteadas)	Qualquer localidade		R\$ 5,45	
153	Área	Áreas descaracterizadas de rural para urbana de 5.001 m² a 150.000 m² (não loteadas)	Qualquer localidade		R\$ 5,45	
154	Área	Áreas descaracterizadas de rural para urbana acima de 150.001 m² (não loteadas)	Qualquer localidade		R\$ 1,30	
3. VALOR DO HECTARE DE ÁREA RURAL PARA CÁLCULO DE ITBI						
	Área Rural	Tipo do Terreno Rural			Valor por Há	
155	Área Rural	Cerrado e Campo sem energia elétrica			R\$ 5.000,00	
156	Área Rural	Cerrado e Campo Com energia elétrica			R\$ 7.000,00	
157	Área Rural	Cultura sem energia elétrica			R\$ 8.000,00	
158	Área Rural	Cultura com energia elétrica			R\$ 9.000,00	

1. ANEXO IV - FÓRMULA PARA CÁLCULO DO IPTU

$$\text{IPTU} = (\text{VVC} + \text{VVT}) \times \text{ALÍQUOTA}$$

onde:

VVC - = Valor venal de construção

VVT = Valor venal do terreno

FÓRMULA PARA CÁLCULO DO VALOR VENAL DE CONSTRUÇÃO (VVC)

Tratando-se de imóvel edificado, pela multiplicação do valor do metro quadrado da edificação, aplicados os fatores corretivos do tipo do imóvel, do estado de conservação e dos componentes da construção, e pela metragem da construção. A este resultado soma-se o valor do terreno.

$$7. VVC = VMC \times FCC \times AC$$

onde:

VVC - = Valor venal de construção

VMC = Valor do m² de construção

FCC = Fator corretivo da construção (tipo da edificação x estado de conservação x somatório dos componentes da construção/100)

AC = Área da construção

3. FATORES CORRETIVOS			
TIPO DE EDIFICAÇÃO		ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
Casa isolada	1,0	Ótima	1,2
Casa conjugada	0,8	Boa	1,0
Sala	0,9	Regular	0,8
Apartamento	0,9	Má	0,6
Galpão	0,9	Péssima	0,4
Telheiro	0,7		
Barraco	0,6		

4. COMPONENTES DA CONSTRUÇÃO					
ESTRUTURA	INSTALAÇÃO ELÉTRICA		INSTALAÇÃO SANITÁRIA		
Adobe	12	Sem	00	Sem	00
Madeira	18	Externa	06	Externa	06
Mista	21	Embutida	08	Interna	08
Tijolo	22			Mais de uma	10
Concreto	26				
Metálica	29				

COMPONENTES DA CONSTRUÇÃO			
Sem	00	Sem	00
Caiação	08	Madeira	04
Pintura simples	12	Gesso	06
Pintura lavável	16	Laje	08
Especial	24	Especial	12

FÓRMULA PARA CÁLCULO DO VALOR VENAL DO TERRENO (VVT)

Pela multiplicação do valor do metro quadrado do terreno (conforme planta de valores), aplicado os fatores corretivos da situação do terreno e de sua topografia, pela metragem do terreno, pela sua fração ideal e pelo fator corretivo de benfeitorias.

$$1. VVT = VMT \times FCT \times AREAT \times FI$$

VVT = Valor venal do terreno

VMT = Valor M² do terreno

FCT = Fator corretivo do terreno (situação do terreno x topografia)

AREAT = Área do terreno

FI = Fração ideal

FATORES CORRETIVOS DO TERRENO			
5. SITUAÇÃO DO TERRENO XTOPOGRAFIA			
Uma frente	0,9	Aclive	0,8
Duas frentes	1,0	Declive	0,8
Três frentes	1,1	Plano	1,0
Quatro frentes	1,2		
Esquina	1,0		
Encravado	0,7		

1. FRAÇÃO IDEAL

Quando um mesmo imóvel houver mais de uma unidade autônoma edificada, será calculada a fração ideal do terreno, conforme a fórmula abaixo:

U
FI = _____, onde:

C -

FI = Fração ideal
U = Área da unidade autônoma edificada

C - = Área total construída

Download: Anexo - Lei Complementar nº 23/2020 - Confins-MG
(www.leismunicipais.com/MG/CONFINS/ANEXO-lei-complementar-23-2020-174842.pdf)

Download Anexo: Lei Complementar Nº 23/2020 - Confins-MG
(www.leismunicipais.comhttps://s3.amazonaws.com/municipais/anexos/confins-mg/2020/anexo-lei-complementar-23-2020-confins-

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 12/01/2023